



**O Partido Popular Democrático e a Revolução Portuguesa: uma
análise a partir do *Povo Livre* (agosto de 1974 – dezembro 1975)**

João Moreira dos Santos Lima

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Maio de 2024

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de
Ricardo Vieira de Campos d'Abreu Noronha.

Dedicado à Joana, à Carolina, à Minha Mãe e à Minha Avó Dolores.

Obrigado por me ensinarem a ser quem sou.

Antes de começar a trabalhar na dissertação disseram-me várias vezes que ia ser um processo solitário no qual ia ter muito tempo para pensar sozinho. Tenho a dizer que o último ano e meio da minha vida foi tudo menos isso. Resta-me então agradecer às pessoas que contribuíram para que todos os dias ficasse mais perto de acabar este trabalho, porque como diz a Minha Mãe, “temos de nos ajudar uns aos outros”.

Primeiramente quero agradecer ao meu orientador, Ricardo Noronha, pela ajuda que sempre me deu, pela disponibilidade, pela lucidez nas sugestões e sobretudo pela paciência que teve comigo ao longo deste processo.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, com especial atenção ao Senhor Paulo e à Dona São, por terem sempre um sorriso na cara e tornarem os dias mais suportáveis.

À minha professora de história na Escola Clara de Resende, a professora Arlete, que fez despertar o bichinho da história e me fez seguir este caminho.

Cabe-me também agradecer ao Tomás, ao António e ao Rui por terem sempre estado ao meu lado, desde o primeiro dia da licenciatura até agora, sei que sem eles não teria chegado aqui.

À Catarina, por me ajudar a conhecer e a sentir-me em casa na FCSH desde que lá pus os pés pela primeira vez.

Ao Simão, por ter sempre algo a dizer sobre tudo menos quando se fala de coisas sérias, obrigado por me distraíres deste trabalho sempre que foi preciso.

À Inês e à Mariana, por me terem aturado todos os dias e por estarem sempre disponíveis para me ajudar sempre que precisei.

Ao Ziggy, que apesar de ter um feitio muito especial não deixa de ser o melhor gato do mundo.

Ao meu Pai, pelas histórias que me contou quando era mais novo e estava na hora de ir dormir, porque sem elas não tinha ganho o fascínio por esta disciplina. Obrigado também pelo incentivo e pelo interesse que demonstrou em todo o processo de realização deste trabalho.

À Joana, por estar sempre pronta para me oferecer uma palavra de apoio e por me tornar um irmão mais velho muito orgulhoso.

À Carolina, pelo amor, por me permitir partilhar todos os dias da minha vida com uma pessoa tão especial e por não duvidar de mim durante um segundo, mesmo quando eu achei que era mais fácil desistir. Obrigado, porque sem ela este trabalho teria ficado a meio do caminho.

À Minha Mãe, por ser a pessoa mais forte que conheço, por ter a maior confiança do mundo em mim, por me dar força, por ser o maior exemplo que tenho na minha vida. Enfim, por ser a Minha Mãe, porque não há palavras que consigam descrever a gratidão que tenho para com ela.

Finalmente, gostaria de agradecer à minha Avó Dolores, que apesar de já não estar fisicamente entre nós, está sempre comigo e nunca deixo de pensar nela, porque sei que ela nunca deixa de pensar em mim.

**O Partido Popular Democrático e a Revolução Portuguesa: uma análise a partir do
Povo Livre (agosto de 1974 – dezembro 1975)**

João Moreira dos Santos Lima

PALAVRAS-CHAVE: Partido Popular Democrático, Revolução, Discurso Político, *Povo Livre*, Social-Democracia

Esta dissertação tem como objetivo analisar o discurso político do Partido Popular Democrático durante o Período Revolucionário Português a partir do jornal do partido, o *Povo Livre*, de modo a entender quais são os posicionamentos políticos e ideológicos dos partidários da social-democracia durante este período. A partir deste, são selecionados os temas chave da retórica do PPD, partindo do seu enquadramento no espectro político português, de forma a definir a sua posição na Revolução, dando a entender como esta se altera mediante os avanços e recuos das diversas facções envolvidas na mesma. Nestes temas integram-se a disputa entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral, na qual o PPD opta pela legitimidade eleitoral. A influência da Assembleia Constituinte no processo revolucionário e o papel do PPD na mesma, assumindo como objetivo perceber qual o papel que esta tem nas práticas discursivas do partido. Finalmente são abordadas as posições dos social-democratas em relação à economia e aos conflitos laborais que atravessam a Revolução. Desta forma, procura-se caracterizar as ações e o discurso do partido de modo a explicar se estes são estanques e a que rigores obedecem, de modo a traçar o percurso do PPD na Revolução.

**The Partido Popular Democrático and the Portuguese Revolution: an analysis
from *Povo Livre* (August 1974 - December 1975)**

João Moreira dos Santos Lima

KEYWORDS: Partido Popular Democrático, Revolution, Political Discourse, *Povo Livre*, Social Democracy

The aim of this dissertation is to analyze the political discourse of the Partido Popular Democrático during the Portuguese Revolutionary Period, based on the party's newspaper, *Povo Livre*, in order to understand the political and ideological positions of the supporters of social democracy during this period. From this, the key themes of the PPD's rhetoric are selected, starting from its framework in the Portuguese political spectrum, in order to define its position in the Revolution, showing how it changes through the advances and retreats of the various factions involved in it. These themes include the dispute between revolutionary legitimacy and democratic legitimacy, in which the PPD opts for democratic legitimacy. The influence of the Constituent Assembly on the revolutionary process and the PPD's role in it, with the aim of understanding its role in the party's discursive practices. Finally, the positions of the Social Democrats in relation to the economy and the labour conflicts that crossed the Revolution are addressed. In this way, we try to characterize the party's actions and discourse in order to explain whether they are watertight and what rigors they obey, in order to trace the PPD's path in the Revolution.

ARPE - Ação Revolucionária de Praças do Exército
CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
CEE - Comunidade Económica Europeia
CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CR - Conselho da Revolução
ELP - Exército de Libertação de Portugal
FEC - Frente Eleitoral de Comunistas
FSP - Frente Socialista Popular
FUR - Frente de Unidade Revolucionária
LCI - Liga Comunista Internacionalista
MDLP - Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MES - Movimento da Esquerda Socialista
MFA - Movimento das Forças Armadas
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PAOD - Período Antes da Ordem do Dia
PCP - Partido Comunista Português
PPD - Partido Popular Democrático
PS - Partido Socialista
PSD - Partido Social Democrata
PUP - Partido de Unidade Popular
RTP - Rádio e Televisão de Portugal
SUV - Soldados Unidos Vencerão
UCP - Unidades Coletivas de Produção
UDP - União Democrática Popular

Introdução	1
Capítulo I Legitimidade Eleitoral versus Legitimidade Revolucionária	6
1.1. A construção do PPD enquanto Partido de Esquerda	7
1.2. O PPD e a preparação das eleições para a Assembleia Constituinte	10
1.3. A Campanha Eleitoral	17
1.4. Os resultados eleitorais e a consolidação do PPD como segundo partido em Portugal	22
Capítulo II O PPD e a Assembleia Constituinte	35
2.1. A Constituinte no discurso pré-eleitoral do PPD	35
2.2. O Projeto de Constituição do PPD	38
2.3. O Período Antes da Ordem do Dia	41
Capítulo III O PPD face à Economia e aos Conflitos Laborais	50
3.1. A Questão Sindical	50
3.2. A Crise Económica	57
3.3. O PPD e a Transição para o Socialismo	59
3.4. O PPD e a Reforma Agrária: Avaliação de uma problemática	63
3.5. A Economia na vigência do VI Governo Provisório	66
3.6. As Soluções do PPD para a Economia Portuguesa	68
3.7. O PPD e a Gestão Empresarial	73
3.8. O PPD e a Reforma Agrária: Medidas a ser Implementadas	75
Conclusão	82
Fontes e Jornais	86
Bibliografia	87

E assim como na vida privada se distingue entre aquilo que um homem pensa e diz de si próprio e aquilo que realmente é e faz, nas lutas históricas há que distinguir ainda mais entre as frases e o que os partidos imaginam e o seu organismo efetivo e os seus interesses efetivos, entre a representação que têm e a sua realidade.

Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, 1852.

A propósito do 50º aniversário do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD), o seu atual líder, Luís Montenegro, ao realizar uma reflexão acerca da influência do partido ao longo da sua existência e avaliar o seu legado, declarou a 6 de maio de 2024, *“Estivemos sempre do lado certo, somos daqueles que nunca vacilámos, estivemos sempre do lado certo, desde a primeira hora, não quisemos que o espírito da revolução, o espírito da libertação estivesse perdido.”*¹. Montenegro salienta que durante os seus cinquenta anos de existência, o PPD/PSD nunca deixou de se pautar pelos seus valores e pelas suas diretrizes, nem que o distanciamento dos mesmos significasse a chegada ao poder político².

Cinquenta anos antes, no dia 25 de novembro de 1974, Francisco Sá Carneiro, ao realizar o seu primeiro discurso como Secretário Geral do então PPD, a propósito do encerramento do I Congresso do Partido Popular Democrático, caracteriza o momento atravessado por Portugal e assume, *“propomo-nos iniciar a construção de uma sociedade socialista em liberdade.”*³.

O Partido Popular Democrático apresenta-se no espectro político português como uma solução socialista moderada e não marxista para o futuro do país, afastando-se de partidos como o Partido Comunista Português e do Partido Socialista pela sua moderação, e de partidos como o Centro Democrático Social-Partido Popular pela sua demarcação da direita política, tendo como ideologia de eleição a social-democracia, que procurava estabelecer no país um regime de democracia pluralista e aproximar Portugal dos países do Ocidente e da Comunidade Económica Europeia.

Fundado por Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão, este tem desde cedo como prioridade afastar os rótulos de identificação de classe que lhe são atribuídos devido à origem dos seus fundadores. Feita esta breve contextualização é possível realizar uma breve reflexão sobre a sua posição na história da democracia portuguesa e justificar a importância da investigação que culmina na redação desta dissertação e que procura

¹ PSDTV. 2024. “Intervenção de Luís Montenegro no 50º aniversário do PSD”. YouTube, 00:05:19. <https://www.youtube.com/watch?v=mQwZ7OCFqFc>

² PSDTV. 2024. “Intervenção de Luís Montenegro no 50º aniversário do PSD”. YouTube, 00:07:02. <https://www.youtube.com/watch?v=mQwZ7OCFqFc>

³ Machete, Rui (dir.).1974. “I Congresso Nacional do PPD”. *Povo Livre*, 26 de novembro de 1974, número 16, página 10.

contribuir para o debate acerca da evolução ideológica do PPD através de uma análise do seu discurso entre os meados do verão de 1974 até ao dia 25 de novembro de 1975.

Ao longo da Revolução Portuguesa, a vontade dos social-democratas de construírem uma sociedade socialista em liberdade é abertamente questionada⁴, sendo que esta questão se prolonga no resto da história do partido, assumindo particular destaque aquando da governação de Cavaco Silva e das revisões constitucionais, que procuraram afastar definitivamente o texto fundamental da lei portuguesa de um intuito socialista⁵ e chegando à atualidade, na qual se utiliza o argumento de que a social-democracia presente reside apenas no seu nome e não nas suas opções políticas.

Esta é então uma das principais razões para a existência deste trabalho, uma vez que a possível mudança de rumo do PPD, ou a falta dela, fez surgir a dúvida sobre quais seriam as intenções do partido e dos seus militantes aquando da sua fundação, seria este um partido social-democrata que perdeu a sua identidade ao longo da história, ou seria esta opção ideológica apenas uma prova de que no contexto revolucionário português todos aqueles que quisessem uma verdadeira hipótese de ter sucesso político teriam que se alinhar à esquerda?

Lançada a questão essencial, este trabalho pretende, através da análise discursiva, dar a entender quais os posicionamentos do PPD ao longo do processo revolucionário português e perceber qual é o papel da social-democracia na sua prática política e nos seus planos para o futuro do país, procurando determinar as linhas ideológicas e os comportamentos que este partido adota ao longo deste processo político que comporta em si tão grandes mudanças numa cronologia tão condensada.

A ferramenta mais útil para completar esta tarefa é o jornal do PPD, o *Povo Livre*⁶, que funciona como principal órgão de propaganda partidária ao longo da Revolução e é a principal fonte utilizada neste trabalho. Neste âmbito foram analisadas todas as edições entre o número 1⁷, publicado a 13 de agosto de 1974 e o número 72⁸, publicado a 4 de dezembro de 1975. Estas cobrem, com a exceção do período de governação do I Governo Provisório, a cronologia

⁴ Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Página 97. Lisboa: Assembleia da República.

⁵ Barros, Tomás Marques. 2023. *Do thatcherismo ao cavaquismo: Contributos para o Estudo de uma época*. Página 91. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

⁶ *Povo Livre*, número 1 a 72.

⁷ Alegria, Manuel (dir.).1974. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1974, número 1

⁸ Machete, Rui (dir.).1975. *Povo Livre*, 4 de dezembro de 1975, número 72.

revolucionária e permitem ao leitor perceber as posições do PPD, as suas mudanças, permanências e ainda os padrões discursivos utilizados pelos seus principais militantes e dirigentes ao longo de um período estruturante da história de Portugal. Isto deve-se também à falta de obras dedicadas à história do PPD, tanto no período revolucionário como no seu percurso histórico após esse momento, encontrando-se a maioria das referências em obras de memórias ou auto-biografias, de que são exemplo a obra *A Revolução e o Nascimento do PPD*⁹ de Marcelo Rebelo de Sousa, datada de 2000 ou *Memórias*¹⁰, de Francisco Pinto Balsemão, um dos três fundadores do PPD. Neste contexto existem algumas obras ligadas à Ciência Política, como é o caso da tese de Doutoramento de Maria José Stock, intitulada de *Elites, facções e conflito intra-partidário: o PPD/PSD e o processo político português de 1974 a 1985*¹¹. É também relevante destacar a obra *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*¹², de Ana Catarina Pinto, que sendo uma biografia do primeiro líder do partido, funciona como um importante veículo para compreender a história do PPD durante a vida do seu principal fundador.

A importância do trabalho realizado expressa-se também no sentido de dar a conhecer um novo ponto de vista da história do PPD, através da análise do seu discurso, ao mesmo tempo que se acompanha a história da própria Revolução Portuguesa, criando uma narrativa historiográfica ímpar, que contribui para um melhor entendimento do papel deste partido neste momento da história e da importância do período revolucionário para a criação e evolução da matriz do próprio.

Pretende-se então contar esta história abordando os temas de maior relevância no discurso do PPD durante os anos de 1974 e 1975, dividindo os mesmos por capítulo e navegando a cronologia através destes.

Começando no primeiro capítulo com a questão da Legitimidade em cenário revolucionário, que se divide em dois campos: a legitimidade eleitoral e a legitimidade revolucionária. Neste procura então entender-se o porquê do PPD aderir ao campo da legitimidade eleitoral e de dar a entender a centralidade que esta questão tem durante toda a Revolução, acabando por pautar

⁹ Sousa, Marcelo Rebelo de. 2000. *A Revolução e o Nascimento do PPD*. 5ª ed. Volumes I-II. Lisboa: Bertrand Editora.

¹⁰ Balsemão, Francisco Pinto. 2021. *Memórias*. 1ª ed. Porto: Porto Editora.

¹¹ Stock, Maria José. 1989. *Elites, facções e conflito intra-partidário: o PPD/PSD e o processo político português de 1974 a 1985*. Tese de Doutoramento, Sociologia - Universidade de Évora.

¹² Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Lisboa: Assembleia da República.

a sua posição no espectro político. Será possível identificar os principais aliados do PPD, os seus rivais e a mudança dessas relações ao longo da luta pela supremacia no plano eleitoral e também no poder expresso através de mobilizações populares. As eleições serão então a máxima expressão deste conflito, servindo de propósito para uma maior afirmação do PPD e dando origem a todos os seus posicionamentos e conflitos da segunda metade de 1975.

O segundo capítulo procura abordar a Assembleia Constituinte e o papel do PPD dentro da mesma. É destacada a importância que este órgão tem para os social-democratas, sendo que resulta diretamente das eleições, apresentando-se como o espaço máximo da representação popular do PPD, no qual se faz sentir a verdadeira força do partido. É também analisado o projeto de Constituição do PPD e as suas intenções para o futuro da democracia portuguesa. O uso do Período Antes da Ordem do Dia como arma revolucionária no local de maior representatividade da legalidade neste contexto é outra das marcas deixadas pelo PPD durante este período, uma vez que é nestes momentos que estabelece as suas posições e reivindicações sobre a atualidade política de um Portugal em conflito, não sentindo uma necessidade tão grande de ser o partido com maior mobilização nos atos de rua que se realizavam por todo o país.

O terceiro e último capítulo tem como alvo as questões da Economia e do Trabalho, focando-se nas posições do PPD em relação aos vários conflitos que assolam estes setores da sociedade portuguesa. Abordando a questão dos conflitos no mundo do trabalho, através da batalha pelo domínio da esfera sindical, na qual o PPD defende a unidade sindical e clama por uma legislação laboral que enquadre as greves selvagens que afetam o tecido empresarial de todo o país. A crise económica serve de pano de fundo para toda esta cronologia, afetando todas as vertentes da sociedade portuguesa, tornando-se assim um dos temas essenciais da afirmação ideológica dos social-democratas, que focam muito do seu discurso nas suas preocupações com a situação económica em Portugal e as soluções que vão definindo para esta crise ao longo da Revolução. Esta expressa-se em âmbitos como o modelo da gestão empresarial e a progressão da Reforma Agrária ao longo de 1974 e 1975, forçando o PPD a ser peremptório no definir de linhas políticas mas também a alterar as suas ideias com a rápida mudança de cenário perante a constante instabilidade.

A conclusão deste trabalho pretende então debruçar-se sobre várias partes da prática política e discursiva do PPD em relação às temáticas analisadas e dar a entender se estas mudam, como é que se alteram e em que sentido ao longo do período revolucionário, procurando, para além

de esclarecer a questão inicial do trabalho, responder às perguntas: Será que o PPD mantém uma linha discursiva coesa e intacta durante a Revolução? Existe um objetivo uniforme para os social democratas durante toda a cronologia? Quais são as prioridades do Partido Popular Democrático numa situação de instabilidade generalizada em todos os setores da sociedade portuguesa?

É ainda de relevo denotar a importância de uma análise totalizante ao discurso dentro de um partido do tamanho e da influência social e geográfica do estudado, uma vez que a sua atividade e representação no período estudado é muitas vezes restrita a Francisco Sá Carneiro, mesmo tendo em conta a sua ausência da atividade política durante uma parte significativa da cronologia estudada, esta visão redutora verifica-se quer na discussão na sociedade civil, quer na obra académica sobre o próprio PPD. Este trabalho pretende também dar a entender que é possível abrir horizontes a análises e intervenções elaboradas por outros membros do PPD ao longo da cronologia, membros estes que se versam sobre as mais diversas questões, abordando diferentes temáticas e apresentando assim um partido com uma multiplicidade de opiniões e formas de comunicar mas também com um discurso coeso e representativo de um grupo único dentro do contexto da Revolução Portuguesa.

Sensivelmente um mês após a demissão de Adelino Palma Carlos e o fim do I Governo Provisório, é publicado o primeiro número do *Povo Livre*, o jornal do Partido Popular Democrático, dedicado à exposição do seu projeto político e à divulgação das suas ideias para o futuro do Portugal democrático. Na primeira página, um editorial procura distanciar o partido da ação de António de Spínola e demonstrar o seu apoio ao II Governo Provisório, afirmando que qualquer análise da crise política seria ainda prematura¹³. Tendo como objetivo criar estabilidade política num país que havia mudado de regime político há menos de seis meses, Manuel Alegria, editor do *Povo Livre*, sublinha, “(...) *há que dar confiança ao trabalhador, essa é agora a tarefa maior do Governo actual, pois só num clima de confiança, em que cada um enquadre o seu futuro, o investimento será estimulado, o desemprego será eliminado e finalmente nascerá o Portugal Democrático, livre e socialmente justo que pretendemos*”.¹⁴.

Este é o cenário com que se depara o PPD aquando da criação do seu principal órgão de propaganda política. Este permaneceria, até ao momento da criação da Assembleia Constituinte, em paralelo com as intervenções públicas dos seus militantes e dirigentes, o principal meio de expansão de apoio ao partido, que o utilizaria de modo a transformar uma crescente popularidade em resultados eleitorais palpáveis e significativos.

A importância destes resultados e da própria chegada ao momento de eleições, tal como a ação do partido após as mesmas são o foco do presente capítulo. Este pretende dar a entender como é que através do seu discurso, o Partido Popular Democrático pretende transformar Portugal e dar um novo rumo ao país após quarenta e oito anos de fascismo. Irá enfrentar a oposição de forças que pretendiam a mudança do panorama político através de uma ação focada na legitimidade da revolução e dos seus agentes, ao invés da utilização de meios considerados mais democráticos pelo PPD, que através da legitimidade eleitoral procura criar uma democracia pluralista e representativa.

¹³ Alegria, Manuel (dir.).1974. “Criar Confiança”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1974, número 1, página 1.

¹⁴ *Ibidem*.

1.1. A construção do PPD enquanto Partido de Esquerda

Em entrevista no primeiro número do *Povo Livre*, interrogado pelo jornal afeto ao próprio partido, Francisco Sá Carneiro caracteriza o Partido Popular Democrático, que considera estar, *“Situado numa linha progressista não marxista, o PPD pretende construir uma sociedade nova e aberta, Sem dogmatismos nem preconceitos, rejeitando os totalitarismos de direita ou de esquerda, pretendemos organizar a sociedade, na parte que ao poder político compete, a partir da pessoa e para a pessoa, com seus direitos e liberdades inalienáveis.”*¹⁵, posicionando-o no espectro político e declarando os seus objetivos na construção da sociedade portuguesa no contexto revolucionário, *“(...) todos vêem na nossa resposta a oportunidade de construir algo de novo e progressivo em Portugal, criado a partir da nossa realidade, sem obediência ao modelos de socialismo marxista.”*¹⁶. Cabe também ao líder dos social-democratas destacar que apesar de jovem, o seu partido é desde já popular, tanto na sua identidade partidária como entre o povo português, *“O Partido quer ser e é já eminentemente popular. (...) Isto explica que tenhamos nos trabalhadores e nos jovens a maioria dos nossos aderentes e filiados, sem prejuízo da presença numerosa de representantes de outros sectores;”*¹⁷.

Fica criada a distinção entre o PPD e os partidos que Sá Carneiro define como marxistas, o Partido Socialista e o Partido Comunista Português, bem como o objetivo de criação de um espaço à esquerda para os eleitores que não se identificassem com as experiências socialistas que estavam em curso na Europa de Leste. Para Sá Carneiro, os países Escandinavos eram a principal referência do ideal social-democrata a adotar pelo PPD e por Portugal e isso era divulgado nas sessões de esclarecimento promovidas por todo o país, *“Aproveitaremos evidentemente as experiências das sociais-democracias ocidentais estrangeiras, designadamente as dos países nórdicos e da Alemanha Ocidental.”*¹⁸, reforçando ainda a independência da solução que o seu partido pretende alcançar na construção de um país democrático, apesar da sua inspiração nas democracias referidas, *“(...) organizaremos, sem transplantações nem importações de figurinos alheios, a nossa própria via para uma sociedade humana e justa, em que a liberdade coexista com a igualdade; a igualdade se consigna sem revolução; e o desenvolvimento esteja ao serviço da pessoa.”*¹⁹.

¹⁵ Alegria, Manuel (dir.).1974. “Criar Confiança”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1974, número 1, página 3.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Alegria, Manuel (dir.).1974. “Sá Carneiro Responde”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1974, número 1, página 7.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.

Definidas as inspirações e objetivos do partido, o PPD procura alargar a sua base popular de apoio, *“Temos procurado contactar com toda a população e estamos a intensificar cada vez mais esses contactos. Não somos nem queremos ser um partido de quadros nem de elites.”*²⁰. Fundado apenas uma semana após o golpe de estado, o PPD encontra-se em atraso relativamente ao PS e PCP, que contavam com antecedentes antifascistas, dispondo já de um número considerável de apoiantes e militantes, *“A reacção da população às nossas iniciativas tem sido, para nós, entusiasmante, justificando plenamente a dedicação e os sacrifícios que os responsáveis nacionais, regionais e locais têm feito na execução desse trabalho essencial.”*²¹. Os social-democratas tentam contrariar esta inferioridade através de sessões de esclarecimento por todo o território nacional, enquanto procuram afirmar-se como um partido popular, distanciando-se da imagem de um partido das elites, que lhe está associado devido às origens de classe dos seus fundadores e ao seu passado político enquanto membros da Ala Liberal²². Sá Carneiro é elucidativo a este respeito após ser questionado pelo *Povo Livre* sobre a captação de massas pretendida pelo PPD, *“É isso que entendemos por captação de massas: a exposição sincera de um programa que não vive de ataques a outrem, mas da sua afirmação própria em diálogo franco e aberto.”*

*Rejeitamos a captação pela demagogia, pelas promessas irrealizáveis, pelos discursos exibicionistas e comicieiros.*²³.

O *Povo Livre* oferece variados exemplos de sessões do PPD durante o período pré-eleitoral, sendo possível analisar o tipo de discurso e a diferenciação da retórica consoante o local onde se realiza a sessão e a população que se pretende cativar. Tendo como base uma das primeiras sessões de esclarecimento, realizada em Santarém, mas também uma reportagem no *Povo Livre*, referente a um conjunto de sessões realizadas em Trás-os-Montes, é abordada a questão da agricultura e o tratamento que deve ser dado aos latifúndios desocupados, *“Esses latifúndios, na medida em que não cumprem a sua função social, devem ser expropriados e distribuídos pelos trabalhadores sem terra, de tal modo que a cada um caiba uma área em que seja possível*

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

²² Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota haviam sido deputados na Assembleia Nacional durante a última etapa do Estado Novo, sendo ainda provenientes de famílias da elite portuguesa e também profissionais liberais.

²³ Alegria, Manuel (dir.). 1974. “Sá Carneiro Responde”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1974, número 1, página 7.

fazer uma agricultura rendável”²⁴. No caso de Santarém, os oradores pretendem o incentivo à expropriação desses terrenos e o incentivo do seu uso por cooperativas de trabalhadores organizados, desincentivando a utilização cega de modelos estrangeiros e destacando o papel residual do cooperativismo e associativismo em Portugal, *“Debruçando-se então sobre o cooperativismo e associativismo sublinhou que o cooperativismo existente no nosso País é incipiente e que para corolário do panorama desolador”*²⁵.

Apesar da insistência na salvaguarda da propriedade privada, admite-se a expropriação e reaproveitamento dos terrenos agrícolas deixados ao abandono pelos grandes latifundiários, diferindo o método de local para local, *“Abordando (...) o problema fulcral de qualquer política agrária- a terra- o orador lembrou que o nosso Partido aceita a propriedade privada sem restrições no tempo e que a entende enquanto ela for instrumento da realização do cidadão. E frisou: «Para nós, isso, não é um obstáculo à realização do homem. Mas não pode criar empresas débeis»- admitiu*”²⁶.

A principal preocupação nestas sessões é definir e moldar os conceitos aplicados ao longo da revolução de acordo com a retórica necessária para fazer do PPD um partido do povo, tanto no seu discurso como na sua base de apoio. Num esclarecimento publicado no primeiro número do *Povo Livre*, apresentado numa sessão em Serpa, Carlos Macedo²⁷ ofereceria uma definição da palavra “burguês” que procurava dissociar o partido e os seus militantes da sua conotação negativa, *“Meus caros amigos. A palavra burguês é como a palavra fascismo. Fala-se muito de burguesia, fala-se muito de fascismo, e em determinada altura, começamos a deturpar os conceitos.”*²⁸, elaborando sobre a etimologia da palavra e a sua utilização ao longo da história este conclui, *“Esse é que é o burguês: é aquele, que entrava o progresso do seu semelhante e da sociedade em que está inserido, resultando daqui, o sentido pejorativo da palavra. Se assim for classificado o burguês, e assim é que tem que ser, é evidente, que esse elemento não terá o mais pequeno lugar dentro do PPD.”*²⁹.

²⁴ Machete, Rui (dir.).1974. “Passam por Todo o País os Caminhos do PPD”. *Povo Livre*, 24 de setembro de 1974, número 7, página 8.

²⁵ Alegria, Manuel (dir.).1974. “Criar Confiança”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1974, número 1, página 2.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Carlos Macedo foi um dos militantes fundadores do PPD e viria também a ser ministro no VII Governo Constitucional após a morte de Francisco Sá Carneiro.

²⁸ Alegria, Manuel (dir.).1974. “Criar Confiança”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1974, número 1, página 8.

²⁹ *Ibidem*.

O posicionamento do partido no espectro político revolucionário durante os últimos meses de 1974 assentava assim numa narrativa de legitimação que procurava contornar a noção de “classe”, em proveito de uma noção de “povo” cuidadosamente esvaziada de antagonismo.

Simultaneamente, essa narrativa enfatizava a necessidade de eleições, identificando-as enquanto a única forma democrática de medir o verdadeiro peso de cada partido na coligação governamental num momento em que se acentuam as diferenças entre as soluções apresentadas pelos apoiantes da legitimidade eleitoral e a legitimidade revolucionária, *“O governo do Povo- a feitura das leis e a tomada das decisões colectivas- não pode ser assegurada pela reunião quotidiana dos cidadãos na praça pública. Daí a necessidade de se encontrar um sucedâneo, a representação política.(...) Esse meio prático são as eleições.”*³⁰.

O PPD utiliza ainda o 28 de setembro e o falhanço do golpe da “maioria silenciosa” organizado por António de Spínola, condenando, *“o espírito reaccionário da manifestação”*³¹, para fortalecer a sua posição junto do MFA. Tentando afastar-se de Spínola e demonstrar o seu comprometimento com o processo revolucionário após a demissão do Presidente da República e adjetivando ainda a intentona como uma *“tentativa da conspiração fascista”*³². Os social-democratas pretendem com isto refutar as acusações que os situam numa esfera política próxima do General, dizendo, *“O PPD reafirma a sua confiança nos órgãos constitucionais, os únicos que podem exercer legitimamente o poder em Portugal, e que se têm mantido á altura do grave momento que o país atravessa”*³³. Estas afirmações contrastam o clima interno no partido, especialmente no caso de Francisco Sá Carneiro, uma vez que este, *“vive com agrura o afastamento de Spínola.”*³⁴.

1.2. O PPD e a preparação das eleições para a Assembleia Constituinte

Aproveitando o balanço das estratégia discursiva construída nos primeiros meses após o golpe militar, o PPD procuraria consolidar e clarificar os seus ideais, de modo a construir uma base

³⁰ Machete, Rui (dir.).1974. “Nova Lei de Arrendamento”. *Povo Livre*, 17 de setembro de 1974, número 6, página 7.

³¹ Machete, Rui (dir.).1974. “Grande Vitória do MFA: 28 de Setembro não Mudou 25 de Abril”. *Povo Livre*, 1 de outubro de 1974, número 8, página 9.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*.

³⁴ Sousa, Marcelo Rebelo de. 2000. *A Revolução e o Nascimento do PPD*. 5ª ed. Volume I. Página 226. Lisboa: Bertrand Editora.

programática para a sua campanha eleitoral. Num primeiro momento, as eleições para a Assembleia Constituinte foram marcadas para março de 1975, levando o partido a aumentar progressivamente a escala dos eventos políticos, mantendo em paralelo a realização das sessões de esclarecimento no território nacional, chegando eventualmente à realização de comícios de grande dimensão nos últimos meses de 1974, durante os quais decorre também o Primeiro Congresso do PPD³⁵.

Neste subcapítulo será analisada a ação política do PPD até à publicação das listas de candidatos para as eleições e o início oficial da campanha.

As grandes bandeiras do PPD nos últimos três meses do ano de 1974, e no início de 1975, são as condições que pretende para o recenseamento da população, a sua participação eleitoral e a data da realização das eleições. Para os social-democratas, o direito de voto teria que pertencer a todos os portugueses que fossem maiores de 18 anos, independentemente do seu nível de educação, classe social e género, incluindo os emigrantes portugueses no estrangeiro. Em termos de condições a cumprir para uma campanha e um ato eleitoral justos para todos os partidos que nele participassem, as exigências do PPD debruçavam-se sobre a participação de associações e movimentos neste mesmo ato, antagonizando desde cedo o MDP-CDE: *“O PPD reafirma a necessidade de excluir da concorrência às urnas movimentos de carácter unitário, por maiores que sejam os seus méritos na luta antifascista. Esses movimentos, pela sua própria natureza, ou evitam uma clara definição de uma alternativa política, pedindo aos eleitores um cheque em branco, ou definem claramente uma tal opção e não são unitários.”*³⁶. A questão da imprensa merecia também uma grande parte da atenção por parte dos dirigentes, uma vez que estes pretendiam meios de comunicação sem influência de qualquer partido, que informassem os eleitores de forma neutra e sem favorecimentos, *“Democracia é pluralismo: no acesso à imprensa, à rádio, à televisão e aos demais meios de comunicação social, na igualdade efectiva entre todos os partidos na disputa das eleições, na expectativa de qualquer deles vir a governar contando que obtenha a maioria dos votos, na presença das minorias no Parlamento para fiscalizar a maioria e para emitir a sua voz nos momentos graves do país.”*³⁷. A influência dos outros partidos da coligação governamental nos meios de comunicação como

³⁵ Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Página 69. Lisboa: Assembleia da República.

³⁶ Machete, Rui (dir.).1974. “O PPD tem Força para Concorrer Isolado às Eleições de Março”. *Povo Livre*, 22 de outubro de 1974, número 11, página 9.

³⁷ Machete, Rui (dir.).1974. “O Monopolismo Sindical”. *Povo Livre*, 3 de dezembro de 1974, número 17, página 6.

a RTP, a Emissora Nacional e a imprensa escrita, causava particular preocupação. No que diz respeito ao calendário eleitoral exige-se o cumprimento do Programa do MFA no que diz respeito à realização das eleições para a Assembleia Constituinte, apontando ainda para a data de março de 1975, estabelecida pela Junta de Salvação Nacional como objetivo, evitando o seu adiamento, na expectativa de que o ato eleitoral daria um papel de maior relevo aos social-democratas dentro da coligação governamental.

O afastamento das Forças Armadas da participação política ativa é insistentemente exigido pelo PPD, que atribui aos militares um papel de salvaguarda das instituições democráticas em construção, defendendo o seu regresso aos quartéis após o ato eleitoral de 1975. Esta ideia fica bem expressa num discurso de Sá Carneiro, publicado no *Povo Livre* a 22 de Outubro de 1974, no qual o Secretário-Geral do PPD elencava as motivações e justificações do partido para concorrer às eleições, *“Importa conservar e defender a pureza da revolução de 25 de Abril. Elemento essencial dessa pureza é a intenção das Forças Armadas, que assumiram o poder, de o devolver democraticamente ao povo e recolher aos quartéis, substituindo a legitimidade revolucionária do poder por uma legitimação democrática através de eleições.”*³⁸

O Congresso do PPD viria a realizar-se a 23 e 24 de novembro e definiria a composição dos órgãos do partido e as propostas de constituição que este levaria a eleições, tendo por isso um papel-chave na orientação dos social-democratas para o restante período revolucionário.

Este ficou marcado pela eleição de Francisco Sá Carneiro como Secretário-Geral do PPD, bem como a eleição das listas para os restantes órgãos do partido, como a Comissão Política e a Comissão Central de Admissão, ficando ainda definido o programa eleitoral a apresentar ao povo português. Sobressairia igualmente a vontade de demonstrar o envolvimento de todos os militantes do partido na discussão interna e no processo de elaboração do Programa, apresentando o PPD como um partido com decisões construídas “de baixo para cima” e afastando a ideia de que este era um partido de cúpulas, dominado pela influência de um grupo de militantes próximo de Sá Carneiro, *“Somos um partido popular. E somos um partido em que o programa foi sendo democraticamente elaborado, na prática e no debate diários, ao longo dos debates travados até com o próprio público nas sessões de esclarecimento.”*³⁹.

³⁸ Machete, Rui (dir.).1974. “O PPD tem Força para Concorrer Isolado às Eleições de Março”. *Povo Livre*, 22 de outubro de 1974, número 11, páginas 9-10.

³⁹ Machete, Rui (dir.).1974. “I Congresso Nacional do PPD”. *Povo Livre*, 26 de novembro de 1974, número 16, página 11.

O recém eleito Secretário-Geral do Partido apresentaria, no seu discurso de encerramento do Congresso, as linhas gerais do programa do PPD, antecipando a campanha eleitoral que se aproximava como um momento de intensa mobilização e polarização política: *“Não pode tirar-se o carácter democrático à campanha eleitoral, e uma campanha eleitoral democrática é feita de entusiasmo, de livre confronto, de ideias, de discussão objectiva de programas.”*⁴⁰. Sá Carneiro esforçava-se ainda por apresentar a imagem de um partido plenamente estabelecido, pronto a enfrentar o processo eleitoral com um programa sólido, que continha em si as linhas essenciais da social-democracia e as soluções adequadas aos problemas que Portugal enfrentava: *“O socialismo democrático que defendemos é garantia de que será o Povo a construir a sociedade em que quererá viver, pondo ele próprio em prática os grandes ideais do Socialismo e da Democracia: liberdade, igualdade e solidariedade. Estes ideais são resultado da convergência do Humanismo, do Cristianismo e da Filosofia ocidental, das lutas das classes trabalhadoras, do pensamento socialista reformista e do combate contra todas as formas de opressão”*⁴¹.

Em suma, o socialismo pretendido pelo PPD era um “socialismo em liberdade”⁴² reforçando os laços de Portugal com os restantes países da Europa Ocidental, utilizando as eleições como o principal determinante do direito de exercer o poder governativo e decidir sobre o futuro do país, fosse ele um futuro revolucionário ou uma via mais moderada para o Socialismo.

O grande foco do PPD no mês de dezembro torna-se o recenseamento eleitoral e realiza-se uma verdadeira campanha, em particular no *Povo Livre*, para que os militantes realizem o seu recenseamento e o daqueles à sua volta, como um ato de verdadeiro patriotismo e contributo para a democratização do país.

O ano de 1974 acaba com um PPD crente na possibilidade de vencer os restantes partidos e de reforçar a sua posição através das eleições: *“Ninguém por maior que seja a sua glória, se pode substituir ao povo. Ninguém pode invocar uma legitimidade revolucionária para a substituir à legitimidade eleitoral.”*⁴³. Esta convicção é no entanto acompanhada por repetidos apelos à cooperação entre todos os partidos que integram o Governo Provisório, *“Seja qual for o*

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ *Ibidem.*

⁴² Este lema pretendia funcionar como antítese a política de “liberdade em socialismo”, adotada pelo PS, e a questão da “ditadura do proletariado” utilizada no discurso do PCP, que era interpretada como o verdadeiro desejo do regresso a uma ditadura de partido único.

⁴³ Machete, Rui (dir.).1974. “Sá Carneiro em Viseu a Quatro Mil Pessoas: Temer o Resultado das Eleições é duvidar do Povo Português”. *Povo Livre*, 20 de dezembro de 1974, número 20, página 9.

*resultado das eleições há que manter a unidade das forças democráticas e a cooperação entre os partidos da coligação. Não queremos esmagar ninguém nem queremos que as eleições sejam pretexto para esmagar qualquer força Democrática. Unidade sim, Unidade antes, durante a campanha eleitoral, hoje aqui neste comício e depois das eleições.”*⁴⁴.

Os primeiros meses de 1975 serão, em todo o caso marcados por uma tendência de cada vez maior hostilidade relativamente ao PCP e ao setor da esquerda militar dentro do próprio MFA, que se viriam a acentuar no seguimento do golpe de 11 de Março, no qual se consagra a vitória definitiva das forças revolucionárias perante o spínolismo, iniciando a transição para o socialismo, criando o Conselho da Revolução e dando origem ao Período Revolucionário em Curso. Estes eventos marcam o tom do discurso adotado pelos social-democratas durante a campanha eleitoral, que pretendem conservar as posições adquiridas e defender a realização das eleições nos termos previamente determinados.

Uma das primeiras ocasiões em que é usado diretamente o nome do PCP como ameaça ao estabelecimento da democracia surge numa reportagem do *Povo Livre* no dia 4 de fevereiro, a propósito de um comício realizado pelo PPD em Aveiro, no qual vários intervenientes, nomeadamente Furtado Fernandes, Artur Santos Silva e Francisco Sá Carneiro, expressam a sua preocupação com a linguagem e meios utilizados pelos comunistas nas suas actividades políticas, bem como nos boicotes a iniciativas de partidos situados à direita, entre os quais o próprio PPD. Furtado Fernandes afirmaria então que *“chamar fascistas a todos aqueles que não são comunistas é o mesmo que chamar comunistas àqueles que não são fascistas”, considerando tratar-se de uma “miopia idêntica”, antes de concluir que “todos estes senhores deveriam saber que entre o preto e o branco há o cinzento e de várias tonalidades”*⁴⁵. Quanto a Artur Santos Silva, culpava os comunistas e os movimentos que lhes estavam ligados de criarem, através dos meios de comunicação social, *“um estado de histeria colectiva que traz desnorteado o Povo Português e deu lugar a um ambiente anarquizante de indisciplina social e de retração que nos pode levar diretamente a uma ditadura.”*⁴⁶. Estas acusações estender-se-iam a alguns setores do MFA. Segundo Sá Carneiro, chegara-se *“a um ponto de ruptura”, com “responsáveis do MFA” a falar “já em nova revolução se o resultado das eleições não*

⁴⁴ Machete, Rui (dir.).1974. “Sá Carneiro em Fafe: As Eleições não são Tudo mas as Eleições são Essenciais”. *Povo Livre*, 31 de dezembro de 1974, número 21, página 9.

⁴⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício em Aveiro”. *Povo Livre*, 4 de fevereiro de 1975, número 26, página 8.

⁴⁶ *Ibidem*.

*coincidir com a linha revolucionária que preconizam.”*⁴⁷. Tudo isto resultava, segundo o Secretário-Geral do PPD, da linguagem do PCP e das suas “aventuras revolucionárias”, que se arriscavam a *mergulhar o “País na desordem, no caos e no sangue, pois nenhuma acção de força deixaria de encontrar força oposta.”*⁴⁸. O comício acabaria com um grande ênfase no facto de as eleições ainda não se terem realizado e todas as possibilidades estarem em aberto, não podendo qualquer força política ou militar determinar o futuro de Portugal sem se sujeitar ao sufrágio do povo português. E, para que se tratassem de eleições autênticas, seria necessário assegurar condições indispensáveis à democracia, uma vez que não era aceitável que fossem *“realizadas em clima de insegurança pessoal, de ilegalidade sistemática, de monopólio da informação, de toda uma coacção que se vem criando contra quem não aplaude a revolução imediata.”*⁴⁹.

Existe uma mudança na retórica adotada pelo PPD e pelos seus militantes em relação aos restantes partidos e a setores do MFA, sendo esta mais acusatória relativamente ao ato eleitoral, que acaba por ser adiado para o dia 25 de abril de 1975, não satisfazendo as exigências social-democratas mas também não dando azo a protesto devido à data escolhida.

No nº30 do jornal afeto ao PPD, edição que, publicada a 4 de março, serve também para a divulgação das listas de candidatos à Assembleia Constituinte, surge um editorial, num tom alarmista de aviso contra a manipulação das massas através de uma campanha de medo e propaganda, pretendendo evitar o condicionamento das eleições por *“manobras totalitarescas”*⁵⁰, apelando aos portugueses que não se deixem condicionar por *“multidões manifestantes e muito menos por grupos armados”*⁵¹.

O mês de março é marcado, quer em intervenções públicas dos militantes e dirigentes do PPD, quer em artigos publicados no *Povo Livre*, por ataques contra o PCP, acusado de pretender criar uma ditadura inspirada nos métodos utilizados pela União Soviética: *“Têm medo de eleições livres, e procuram evitá-las, os defensores das doutrinas políticas que sabem, por experiência em outros países, que só pela força, se poderão impor já que nunca na História nenhum Povo, deliberadamente, desejou o despotismo de uma classe minoritária que exerça*

⁴⁷ *Ibidem*, p. 10.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “Editorial”. *Povo Livre*, 4 de março de 1975, número 30, página 2.

⁵¹ *Ibidem*.

uma ditadura férrea sob o pretexto de que serve a maioria.”⁵². Como sublinha Ana Catarina Pinto, o PPD procurava criar junto do eleitorado a ideia de que, com o apoio de certas secções do MFA, o PCP e os seus aliados tinham como objetivo utilizar os métodos da ditadura deposta a 25 de Abril de 1974: *“Estabelecia-se a comparação com o 28 de Maio de 1926, uma ditadura instalada com o apoio do exército, o controlo pela propaganda obsessiva dos dogmas do regime, a manipulação das massas, as palavras de ordem revolucionárias e pseudoprogressistas, a eliminação dos adversários.”*⁵³.

Esta mudança nas acusações do PPD demonstra a sua crença na ideia que qualquer ditadura tem a mesma ideologia totalitarista, não se afirmando como de esquerda ou de direita, sendo apenas necessário combater as mesmas, *“A única resposta é a posição, antitotalitária do PPD, a sua inequívoca adesão a uma democracia pluralista, a um socialismo livre e humanista, claramente em desacordo com as posições marxistas-leninistas do PCP.”*⁵⁴. Os social-democratas pretendiam assim, criar uma estratégia de combate político para com o PCP e a esquerda militar de modo a diminuir a influência dos mesmos no panorama político português na antecâmara das eleições.

O tom do discurso à entrada do período de campanha eleitoral era este, no qual se escrevem artigos com títulos como *“A Escalada da Violência É a Perfeita Demonstração de que a Lição Estalinista Foi Bem Apreendida”*⁵⁵, ao mesmo tempo existem discursos, como o de Magalhães Mota, que num comício em Lisboa após os acontecimentos do 11 de março declara *“Aqueles que utilizam os métodos do fascismo, por muito progressistas que se apregoem, são objectivamente os fascistas”*⁵⁶. A campanha começará ainda com a “nuvem” do golpe falhado e as acusações de reacionarismo que recaem sobre o PPD⁵⁷, dada a relação de proximidade de Sá Carneiro a Spínola e do apoio do partido ao mesmo e a Palma Carlos durante o I Governo Provisório. *“A verdade nua e crua é a de que estamos atravessando um período que pode, de facto, muito bem ser o prelúdio de uma guerra civil(…)”*⁵⁸. Este clima de crispação promoverá

⁵² Machete, Rui (dir.).1975. “Editorial”. *Povo Livre*, 11 de março de 1975, número 31, página 1.

⁵³ Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Página 79. Lisboa: Assembleia da República.

⁵⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “Confiamos no Povo Português que em Nós Confia ao Contrário do que diz Cunhal”. *Povo Livre*, 18 de março de 1975, número 32, página 13.

⁵⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “A Escalada da Violência É a Perfeita Demonstração de que a Lição Estalinista Foi Bem Apreendida”. *Povo Livre*, 4 de março de 1975, número 30, página 16.

⁵⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício em Lisboa”. *Povo Livre*, 11 de março de 1975, número 31, página 8.

⁵⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “Editorial”. *Povo Livre*, 1 de abril de 1975, número 34, página 1.

⁵⁸ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício em Lisboa”. *Povo Livre*, 11 de março de 1975, número 31, página 13.

o desgaste das relações entre os vários partidos da coligação governamental até ao momento das eleições mudar a dinâmica do xadrez político português.

1.3. A Campanha Eleitoral

A campanha eleitoral para as eleições dos deputados para a Assembleia Constituinte, marcadas para o dia 25 de abril de 1975, começa oficialmente à meia noite do dia 2 do mesmo mês, abrindo a porta ao ímpeto eleitoralista do PPD. Este anuncia o início deste processo na edição de dia 1 de abril de 1975 do *Povo Livre*, exortando os militantes e apoiantes do partido a participar na colagem de cartazes que atravessaria Lisboa durante toda a madrugada de dia 2, com a presença dos candidatos e figuras mais relevantes na esfera dos social-democratas.

Iniciada a campanha, destacam-se quatro grandes temas:, que seguem uma linha de continuidade com o que havia sido o discurso do PPD até aí⁵⁹.

- 1) A violência de militantes de extrema esquerda (sobretudo) do PCP contra militantes do PPD, tanto no contexto da campanha (sobretudo comícios), como em momentos da vida quotidiana, acelerando após o 11 de março: *“Quem arrancar cartazes, boicotar comícios, agredir militantes, está a actuar contra os desígnios do MFA, pois está a manobrar contra um dos pontos principais do seu Programa- a realização de Eleições Livres. Os provocadores deste tipo não têm lugar na sociedade democrática que queremos construir.”*⁶⁰.
- 2) As discrepâncias no tempo de antena dedicado a cada partido e na forma como são tratados nos meios de comunicação social surge também como um foco de controvérsia, uma vez que o PPD considera que outros partidos são beneficiados neste âmbito. *“As eleições servirão também para legitimar os partidos políticos e para lhes dar o seu real peso como representantes do POVO. Nessa altura se corrigirão certas imagens distorcidas que reflectem não o genuíno apoio popular mas poderosas organizações*

⁵⁹ O *Povo Livre* tem, durante o mês de abril de 1975, edições bi-semanais, compreendendo as edições regulares do jornal, compostas por 16 páginas e incluindo ainda edições adicionais que pretendem acompanhar de forma mais detalhada a campanha eleitoral, sendo compostas por metade das páginas de uma edição habitual.

⁶⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “A Campanha Eleitoral na RTP1”. *Povo Livre*, 5 de abril de 1975, número 36, página 3.

burocráticas largamente estipendiadas o favor de certos sectores das «mass media».”⁶¹.

- 3) Uma questão que preocupa bastante o PPD é a campanha a favor do voto em branco, apontada como uma continuação da estratégia de adiamento das eleições. Segundo os social-democratas, votar desta forma era apenas e só *a abdicação de um direito*”, *num momento em que “os portugueses não estão em situação de abdicarem dos seus direitos sobretudo políticos.*”⁶².
- 4) Finalmente, a questão do MFA enquanto garante de um período de eleições estável e sem qualquer boicote ou aproveitamento político do resultado das eleições, colocando ónus da cedência de poder e de capacidade de legitimação dos resultados eleitorais no Movimento das Forças Armadas, confrontando os setores das Forças Armadas que defendiam a legitimidade revolucionária com a necessidade de respeitar a vontade do povo expressa através do voto, *“A regra claramente adoptada no Programa do MFA é do escrupuloso respeito, pelas leis vigentes. Assim foi e assim tem de ser para que a democracia possa institucionalizar-se, pese embora a todos quantos se querem transformar em juizes revolucionários. Julgar e condenar, aplicando a lei, é tarefa que só aos tribunais incumbe. E os juizes portugueses têm sabido manter a soberania do poder que exercem imune a pressões demagógicas de forças que usurpam o nome e peso do Povo.*”⁶³.

Joaquim Magalhães Mota sumaria de forma bastante clara as expectativas do PPD em relação à campanha numa intervenção na RTP, transcrita no nº36 do *Povo Livre*: *“Um segundo 25 de Abril está à nossa espera e todos nós teremos de ser dignos dele. Precisamos de corresponder no segundo 25 de Abril ao primeiro, naquilo que ele traçou no caminho para o futuro. A política não é, nem pode ser, o esperar milagres, não é, como alguns querem, pela abstenção, ou pelo voto branco, ficar esperando que alguém decida por nós. A decisão é a nós*

⁶¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Editorial”. *Povo Livre*, 5 de abril de 1975, número 35, página 3.

⁶² Machete, Rui (dir.).1975. “Francisco Balsemão: Com a Realização das Eleições Daremos um Exemplo de Civismo ao Mundo e a Nós Próprios”. *Povo Livre*, 3 de abril de 1975, número 35, página 3.

⁶³ Machete, Rui (dir.).1974. “Sá Carneiro em Viseu a Quatro Mil Pessoas: Temer o Resultado das Eleições é Duvidar do Povo Português”. *Povo Livre*, 24 de dezembro de 1974, número 20, página 9.

que compete, somos nós que temos de escolher, somos nós que temos que decidir o futuro que queremos.”⁶⁴.

As expectativas internas do PPD em relação à campanha eleitoral pareciam ser simples, guiadas pela convicção de que o partido conseguiria não só cativar uma grande parte do eleitorado, como vencer as eleições e tornar-se o partido mais representado na Assembleia Constituinte. Existia também uma grande expectativa em relação ao retorno de Francisco Sá Carneiro, que se havia ausentado devido a doença⁶⁵, deixando Emídio Guerreiro como Secretário-Geral provisório do PPD:

*“É portanto, neste estado de espírito que arrancamos para as Eleições, calma mas firmemente seguros das nossas razões, dos nossos objetivos e do apoio de milhões de portugueses. Animados pelo próximo regresso à vida pública de Francisco Sá Carneiro, Secretário-Geral do Partido Popular Democrático, cujo estado de saúde, felizmente, já não inspira cuidados, e que estará presente na parte final da Campanha, arrancamos certos de que as nossas razões são as mais válidas, desejosos de que ela seja honesta, séria e convictos que a Social-Democracia vencerá...”*⁶⁶.

A campanha eleitoral do PPD será marcada por inúmeros comícios por todo o país, procurando espelhar a imagem de um partido descentralizado, utilizando também as sessões de esclarecimento às populações locais e sessões dirigidas a profissionais de setores específicos. Dentro deste plano, integra-se a sessão dedicada aos sócio-profissionais do Banco Internacional Português, dirigida por Marcelo Rebelo de Sousa, na qual são expressas as preocupações destacadas anteriormente, nomeadamente a questão do voto em branco, destacando-se que este poderia, “(...)significar um voto para a extrema direita.”⁶⁷, bem como o estado da economia portuguesa e o papel do PPD na sua recuperação e dinamização, caso vencesse as eleições e obtivesse um papel de maior legitimação governativa.

⁶⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “A Campanha Eleitoral na RTP”. *Povo Livre*, 5 de abril de 1975, número 36, página 3.

⁶⁵ Esta ausência é anunciada pela primeira vez no *Povo Livre* de 4 de fevereiro de 1975, Sá Carneiro partirá mais tarde para Londres, passando também por Espanha, regressando apenas a Portugal para a eleição de Emídio Guerreiro como Secretário-Geral do PPD e para exercer o seu direito de voto nas eleições para a Assembleia Constituinte, deixando Rui Machete como o representante da sua vontade política, até regressar em meados do Outono de 1975.

⁶⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “A Campanha Eleitoral na RTP”. *Povo Livre*, 5 de abril de 1975, número 36, página 3.

⁶⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “Sessões de Esclarecimento Socio-Profissionais”. *Povo Livre*, 5 de abril de 1975, número 36, página 4.

O PPD recorre a uma estratégia de diluição da luta de classes, que consiste em reconhecer a existência de classes sociais, integrando as mesmas em categorias de identificação cada vez mais vagas, passando da classe trabalhadora para o “povo” e chegando a uma categoria mais totalizante para, *“finalmente fazer equivaler todas as diferenças no sujeito da nação, os portugueses”*⁶⁸. Joaquim Magalhães Mota, por exemplo, num comício social-democrata em Lisboa, no Campo Pequeno, afirmaria: *“Não há democracias burguesas ou populares. Como não há liberdades burguesas ou populares. (...) Em defesa e por causa das liberdades. Democracia, repito, é ou não é. Existe ou não existe. Democracia pressupõe ser representativa ao nível dos órgãos supremos do Estado.”*⁶⁹.

Ao abordar a questão da continuidade do clima revolucionário após as eleições, os oradores do PPD defendem em vários comícios uma solução reformista, que preze pela legalidade, com vista ao estabelecimento de uma democracia plural, que evoluiria no sentido de eliminar as desigualdades a um ritmo progressivo, com um país integrado na comunidade internacional, tendo como objetivo a adesão à CEE (ainda que esta não seja um tema de particular destaque na retórica eleitoral do partido).⁷⁰

Para os social-democratas, o verdadeiro ato revolucionário do povo português seria expressar a sua vontade através do voto, e a sua participação nas eleições seria interpretada como um passar do testemunho da revolução para um ou mais partidos; *“Votar será também um acto revolucionário. Porque, se o MFA fez a revolução de 25 de Abril, se o seu programa prevê e impõe as eleições, porque se o MFA quer e empenhou nelas a sua palavra e a sua honra, é que as eleições são revolucionárias e não contra-revolucionárias como alguns pretendem fazer crer!”*⁷¹.

Verificam-se distúrbios e tentativas de condicionamento de comícios e sessões de esclarecimento total. Estes distúrbios são associados pelos dirigentes do PPD a uma campanha de manipulação em favor do voto em branco⁷².

⁶⁸ Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Página 67. Lisboa: Assembleia da República.

⁶⁹ Machete, Rui (dir.).1975. “No Campo Pequeno o “Sim” da Multidão”. *Povo Livre*, 8 de abril de 1975, número 37, página 13.

⁷⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício na Póvoa de Varzim”. *Povo Livre*, 10 de abril de 1975, número 38, página 5.

⁷¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício no Estádio das Antas”. *Povo Livre*, 22 de abril de 1975, número 41, página 13.

⁷² Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Páginas 76-77. Lisboa: Assembleia da República.

Rui Machete denuncia essa campanha em pleno Estádio das Antas: *“O Povo, na sua generalidade, talvez não saiba distinguir o que separa o partido comunista de Álvaro Cunhal, da FEC, do PUP, da LCI ou da UDP, confundindo as várias organizações que todas elas se reclamam Comunistas. Mas o Povo, na sua sabedoria, reconhece as ideias, os homens e as organizações que lhe merecem confiança.”*⁷³. O PPD apresentava por isso a sua campanha eleitoral como um ato de desmistificação, apelando ao “povo português” que depositasse a sua confiança nos partidos verdadeiramente democráticos e respeitadores da vontade popular, expressa nas urnas, pois entre um processo eleitoral democrático e *“a efervescência duma manifestação mesmo grandiosa, não há comparação possível.”*⁷⁴.

O *Povo Livre* incluiria durante este período um calendário correspondente à intervenção dos candidatos do PPD na rádio e televisão, com dias e horários atualizados a cada edição. Chegado o final da campanha, o partido congratulava-se com a sua intervenção na comunicação social, destacando igualmente as suas iniciativas próprias: *“Em cerca de dois mil Comícios e sessões de esclarecimento, em 1.30h de televisão, em 12 horas de rádio, em dezenas largas de comunicados- não se nos encontra um ataque ofensivo, uma calúnia gratuita, uma insinuação apressada.”*⁷⁵

Marcelo Rebelo de Sousa, numa avaliação da prestação do PPD na campanha eleitoral, sublinharia a sua diferença em relação à dos partido concorrentes: *“Optamos, ao mesmo tempo, por uma campanha de militarismo, sem o culto fácil dos dirigentes, sem o vedetismo oco das figuras de cartaz. Os nossos candidatos (...) Na sua esmagadora maioria foram eleitos pelas bases e representam a sua vontade.”*⁷⁶, deixando claro que mesmo perante a ausência do seu Secretário-Geral, o partido era capaz de se governar e de montar campanhas políticas dignas de uma estrutura partidária de grande escala e influência geopolítica.

A edição de 24 de abril do *Povo Livre* seria dedicada ao comício de encerramento da campanha do PPD, no Pavilhão dos Desportos, marcada por elogios ao papel do MFA e das Forças Armadas⁷⁷. A nota final da campanha caberia a Joaquim Magalhães Mota: *“Quem não dispõe de confiança nem da força, nem da esperança que o voto e só o voto conferem, poderá estar*

⁷³ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício no Estádio das Antas”. *Povo Livre*, 22 de abril de 1975, número 41, página 12.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 14.

⁷⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício em Cascais”. *Povo Livre*, 22 de abril de 1975, número 41, página 14.

⁷⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício no Pavilhão dos Desportos”. *Povo Livre*, 24 de abril de 1975, número 42, página 6.

*no poder por qualquer arranjo ou favoritismo. Mas está no poder sem poder. [...] Não somos nem queremos ser, um partido eleitoralista. Mas temos consciência de que, num processo democrático, é por eleições livres que se escolhem os destinos dum País e de suas equipas dirigentes.”*⁷⁸.

1.4. Os resultados eleitorais e a consolidação do PPD como segundo partido em Portugal

O dia 25 de abril de 1975 altera por completo a disposição do PPD no contexto revolucionário português, influenciando as suas práticas políticas e o rumo do seu discurso. Os 26% de votos obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte deixam os social-democratas apenas atrás do Partido Socialista, que ao obter 38% dos votos, se tornava o partido maioritário na futura Assembleia Constituinte. A segunda grande vitória do PPD nas eleições foram os resultados do Partido Comunista Português, que ao granjear apenas 12% do eleitorado, fica bastante aquém das expectativas estabelecidas no período pré-eleitoral, frustrando de certa forma a ideia de que era o partido com maior apoio popular. Finalmente, os votos em branco, ditos de “protesto”, para os quais havia sido feita uma campanha de incentivo por parte da extrema esquerda, registaram apenas uma adesão de 6.95%. Estes resultados permitem tanto ao PPD como ao PS reivindicar o apoio popular às suas posições, o que é reforçado pela participação de 91.6% dos portugueses recenseados.

As primeiras reações do PPD surgem no *Povo Livre* de 29 de abril. Num tom de congratulação, afirma-se que a verdadeira vontade do povo português fica expressa nos resultados do sufrágio do “segundo 25 de abril”, determinando que os social-democratas teriam expectativas realistas de ser um partido integrado na governação do país, ao mesmo tempo que afastam a legitimidade revolucionária como critério político:

“(...) A esmagadora maioria do povo português pronunciou-se pela Democracia, pelo voto pacífico contra a violência física e a coacção moral indispensáveis a qualquer ditadura, e pronunciou-se contra as ultrapassagens voluntaristas de qualquer dirigismo dito revolucionário mas esquecido de que o evoluir das sociedades é pontuado pelo ritmo do

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 5-6.

próprio ciclo da vida, que cada ser humano é um elo e uma ponte mas sempre fundamentalmente um indivíduo”⁷⁹.

No rescaldo das eleições, surge também o elogio ao comportamento do MFA, que havia correspondido ao repto lançado pelos social-democratas no final do período de campanha, reforçando a aliança Povo-MFA e incentivando o cumprimento do seu programa: *“O povo e o MFA unidos na construção de um novo país cumpriram as missões que neste momento histórico lhe cabiam. O povo deu prova de que quer intervir e participar democraticamente. O MFA assegurando a realização de eleições honrou a sua promessa.*”⁸⁰.

Finalmente, a análise que os social-democratas fazem quanto à demografia do seu eleitorado compõe um quadro da revolução nas várias regiões de Portugal. Os dirigentes do PPD reconhecem que, ao tendo obtido votos em todo o país e de todas as camadas da população, este *“foi menos expressivo em algumas regiões do interior ao sul do Tejo, onde forças reacionárias e anti-democráticas tudo fizeram para impedir a divulgação da nossa linha programática.*”⁸¹. A este respeito, são publicadas notas de cada um dos cabeças de lista do PPD em cada distrito, que, para lá do espírito de regozijo pelo resultado obtido, analisam o comportamento regional do eleitorado. Jorge Miranda, cabeça de lista pelo distrito de Braga, apresenta como principais oponentes do PPD, o CDS e o PS, dizendo, *“Num distrito de forte implantação do CDS, ela é a vitória de um partido de esquerda; e num Distrito em que se procurou evitar a polémica com o PS, ela é a vitória dum Partido democrático(...)*”⁸². Este era o principal aspeto destacado pelos militantes do PPD no norte do país, em marcado contraste com os testemunhos de quem se tinha sujeitado ao sufrágio nos territórios a “Sul do Tejo”. Adolfo da Palma Santos demonstra a frustração dos social-democratas com a campanha, ou falta dela, nessas regiões, destacando que *“se tudo se tivesse desenvolvido dentro da ordem, com possibilidades da ordem, com possibilidades de plena liberdade de expressão e de reunião, o PPD teria conseguido eleger pelo menos um deputado, pelo nosso círculo.*”⁸³.

⁷⁹ Machete, Rui (dir.).1975. “Povo Português Sancionou o Socialismo Democrático”. *Povo Livre*, 29 de abril de 1975, número 43, página 2.

⁸⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “O PPD Confirmado Como um dos Maiores Partidos Políticos”. *Povo Livre*, 29 de abril de 1975, número 43, página 3.

⁸¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Resultados Finais das Eleições”. *Povo Livre*, 29 de abril de 1975, número 43, página 10.

⁸² Machete, Rui (dir.).1975. “Deputados por Dez Círculos Comentam a Campanha e o Ato Eleitoral”. *Povo Livre*, 29 de abril de 1975, número 43, página 8.

⁸³ *Ibidem*, p. 9.

Em jeito de conclusão, registe-se o comentário de Joaquim Magalhães Mota, numa entrevista concedida ao jornal *A Capital*, na qual sublinhava as dificuldades de implantação do PPD no sul de Portugal e a relevância do papel de Sá Carneiro na captação do eleitorado nortenho, dando como nota final um apontamento que seria usado mais tarde: “*O que me parece, no entanto, de salientar é que, distrito a distrito, julgo que fomos nós que conseguiu melhores resultados em maior número de distritos.*”⁸⁴.

Ao mesmo tempo que se retiram conclusões das eleições, o PPD prepara a sua mobilização para o 1º de maio, incitando os seus militantes e simpatizantes a estar presentes e apelando a um clima de unidade e apoio ao MFA, “*É preciso que o Primeiro de Maio seja uma grande manifestação de unidade popular e de apoio ao MFA. Não pode nem deve assumir carácter partidário ou ser assumido por organizações que não têm o apoio unânime dos trabalhadores.*”⁸⁵.

Logo a seguir ao 1º de maio de 1975, na edição do dia 6 de maio do *Povo Livre*, é publicado um artigo intitulado *Lamentáveis Incidentes Ensombram o Dia do Trabalhador*, a expressar o descontentamento do PPD para com o comportamento adotado pela Intersindical, que, segundo Rui Machete, “*(...) não tem legitimidade nem competência, nem representatividade para se contrapor ao voto. Não pode substituir-se ao povo na escolha de partidos, nem identificá-los ou não com os trabalhadores*”⁸⁶. Esta indignação justificava-se pelo convite da Intersindical ao PCP e aos partidos minoritários da esquerda para a sua manifestação, excluindo o PS e o PPD. Chegado o Primeiro de Maio estes veem-se afastados da manifestação popular e são proibidos pela Intersindical e os seus proponentes de tomar a palavra nos discursos oficiais do Dia do Trabalhador, realizados no Estádio Primeiro de Maio em Alvalade, tal como no dia 1 de maio de 1974. Os social-democratas reivindicavam então o estatuto de segunda força mais representada entre a classe trabalhadora portuguesa, tendo “*(...) mais do dobro dos colhidos por outro grande partido, o PC, e cinco vezes mais do que os outros convidados - MDP, MES, FSP todos somados!*”, acusando estes partidos e a Intersindical de práticas divisionistas⁸⁷. Era mais uma vez utilizada a retórica de oposição às ditaduras e invocado o

⁸⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “Magalhães Mota ao Vespertino “A Capital”: Estamos Satisfeitos com o Resultado das Eleições!”. *Povo Livre*, 6 de maio de 1975, número 44, página 3.

⁸⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “Por um Primeiro de Maio de Pluralismo Democrático na Unidade com o MFA!”. *Povo Livre*, 29 de abril de 1975, número 43, página 3.

⁸⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Lamentáveis Incidentes Ensombram o Dia do Trabalhador!”. *Povo Livre*, 6 de maio de 1975, número 44, página 2.

⁸⁷ *Ibidem*.

perigo de uma rutura com o MFA, que poderia inviabilizar quaisquer possibilidades de estabelecer uma democracia pluralista. Tanto o PPD como o PS reivindicam maior influência no plano governativo, interpretando os seus resultados eleitorais como um mandato para conduzir a revolução: *“No seu discurso, o povo português, além de votar no socialismo, tinha votado na democracia, cujo estabelecimento formal devia ter primazia sobre qualquer tentativa «totalitária» de construir uma sociedade sem classes”*⁸⁸.

Os acontecimentos do 1º de maio e o agravamento da polarização política abriam caminho a um clima de crescente conflitualidade, que viria a aumentar durante o verão de 1975, com uma hostilidade cada vez maior entre os partidos mais votados nas eleições e o MFA, acusado de alinhar com o PCP, levando a uma escalada de violência no centro e norte do país. Esta escalada seria espoletada sobretudo pelo apoio do MFA ao projeto de estabelecimento do “Poder Popular”, em claro desrespeito pelas funções atribuídas à Assembleia Constituinte.

Este “Poder Popular” assentaria nas Comissões de Moradores criadas nos principais pólos urbanos portugueses, nas Comissões de Trabalhadores existentes em diversas empresas, e noutras “organizações de base” a criar. A aprovação do *Documento-Guia da Aliança Povo/MFA*, na Assembleia do MFA, a 8 de junho de 1975, que pretendia instituir formas de democracia direta supra-partidárias, estava em manifesto contraste com os programas dos partidos maioritários na Assembleia Constituinte⁸⁹.

Durante todo este período, é destacado o papel fundamental da Assembleia em S. Bento como principal órgão de proveniência da lei fundamental do País, apesar da influência do MFA e do Conselho da Revolução na elaboração da mesma, especialmente aquando da proposta de existência de assembleias populares, ao invés de eleições diretas para os órgãos de soberania portugueses, *“(…) uma estrutura vertical de assembleias ditas populares, tal como proposta, seria antidemocrática, em primeiro lugar porque as eleições nas bases não assentaram na participação livre de todos os cidadãos.”*⁹⁰.

⁸⁸ Cerezales, Diego Palacios; Diego, Almeida. 2003. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa: 1974-1975*. Coleção Estudos e Investigações. Volume 30. Página 127. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

⁸⁹ Neves, Orlando (org.). 1975. *A Revolução em Ruptura. Textos Históricos da Revolução*. 1ª ed. Volume II. Páginas 48-54. Lisboa: Diabril Editora.

⁹⁰ Machete, Rui (dir.). 1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 17 de julho de 1975, número 54, página 8.

Isso levaria o PPD a concluir que, *“as eleições realizadas a 25 de Abril estão a ser sistematicamente depreciadas, ou até ignoradas, por algumas das forças políticas não interessadas em avançar para uma efectiva ordem democrática, condição duma sociedade mais justa, mais progressiva e mais fraterna à medida da vontade e dos interesses dos Portugueses de hoje.”*⁹¹.

É dentro deste processo que se regista o Caso *República*, conflito que viria a motivar a saída do PS do IV Governo Provisório, seguido pelo PPD, criando a crise política que atravessaria o verão de 1975. Tudo começara com a ocupação da redação do jornal *República* por parte da Comissão de Trabalhadores, devido a conflitos relacionados com a linha editorial. Para os social-democratas, esta imposição de um grupo representativo do “Poder Popular” num órgão da comunicação social representava uma tentativa de uniformização do discurso nos meios de comunicação portugueses, favorável à influência do PCP e dos partidos de extrema esquerda, tal como acontecera na *“Hungria e Roménia, onde manobras semelhantes, desencadeadas por uma minoria de tipógrafos locais, levaram ao silêncio das redacções e à instalação de uma censura centralizadora nos jornais.”*⁹². Para os vencedores das eleições este tipo de comportamento e tomada de setores fundamentais da sociedade portuguesa refletia uma verdadeira ameaça à jovem democracia portuguesa e à própria revolução.

Em resposta a uma tentativa de apaziguamento por parte do MFA, o PPD rejeitaria frontalmente a estrutura das organizações de poder popular, argumentando que legitimar as estruturas propostas, *“(...)corresponderia a substituir a democracia por estruturas paralelas de tipo corporativista-populista (...)”*⁹³.

A saída do PPD do IV Governo Provisório seria acompanhada por críticas ao Conselho da Revolução e palavras de ordem como *“Nós estamos com o MFA enquanto ele estiver com o Povo.”*⁹⁴. Emídio Guerreiro sublinharia que, *“o MFA e especialmente o Conselho da Revolução, que têm a principal responsabilidade da passagem da sociedade capitalista para a sociedade socialista, devem assegurar um disciplina que até hoje não foi respeitada. Estou*

⁹¹ Machete, Rui (dir.).1975. “A Revolução Portuguesa a Democracia e os Partidos Políticos”. *Povo Livre*, 28 de maio de 1975, número 47, página 4.

⁹² Machete, Rui (dir.).1975. “Quem Quer Calar a Imprensa Livre?”. *Povo Livre*, 21 de maio de 1975, número 46, página 16.

⁹³ Machete, Rui (dir.).1975. “Comunicado”. *Povo Livre*, 10 de julho de 1975, número 53, página 2.

⁹⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “No Porto, Viseu e Leiria Grandes Comícios de Apoio à Luta Pela Liberdade e Pelo Socialismo”. *Povo Livre*, 23 de julho de 1975, número 55, página 4.

*convencido de que nesta crise de autoridade reside a principal causa deste clima de violência.”*⁹⁵

O clima de violência vinha aumentando de tom desde o momento das eleições, atingindo o auge após queda do IV Governo Provisório e durante a governação do V Governo Provisório, no qual não elencava nenhum dos três principais partidos portugueses, deixando Vasco Gonçalves e os seus apoiantes no MFA isolados, apenas reunindo o apoio do MDP-CDE no executivo.

O verão de 1975 é marcado pela escalada de violência contra os partidos de esquerda, com a intervenção de várias redes de terrorismo de extrema-direita, nomeadamente o ELP e o MDLP. Para o PPD, a solução para a crise política passava pelo respeito pelas instituições democráticas e pelo resultado das eleições enquanto expressão da vontade do povo português. Francisco Pinto Balsemão apelaria nesse sentido, num comício no Algarve: *“Se a chamada vanguarda que lidera a revolução em curso não é aceite nem acompanhada por aqueles em nome de quem fala, é preciso descobrir quem são os verdadeiros revolucionários a fazer a verdadeira revolução.”*⁹⁶

Apesar de condenar o clima de violência, o PPD considerava a sua escalada uma inevitabilidade, devido à infiltração dos órgãos governativos por parte do PCP. Como explicava a Comissão Distrital de Braga do PPD, após um assalto ao centro de trabalho do PCP naquela cidade, um dos principais focos de concentração da violência de extrema-direita, eram aqueles que desrespeitavam a vontade do povo, que se viam confrontados com o *“descontentamento popular que ora rebenta todos os diques da tradicional tolerância dos portugueses, frontalmente avessos a linhas políticas ditatoriais, como o demonstraram nas eleições de 25 de Abril de 1975.”*⁹⁷. Este descontentamento é ao longo de todo o verão utilizado como forma de justificar a violência perpetrada pelos grupos organizados de extrema-direita e minorar a gravidade do envolvimento destas forças na luta política portuguesa, que acabaria por

⁹⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “O PPD Não Participará no Governo Enquanto Não Forem Aceites os Pontos de Vista que Defendemos”. *Povo Livre*, 23 de julho de 1975, número 55, página 3.

⁹⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Francisco Balsemão ao Povo Algarvio: O PPD Não Desiste, Não Abdica Pois Lutará Hoje e Sempre Pela Verdadeira Revolução Portuguesa”. *Povo Livre*, 6 de agosto de 1975, número 57, página 4.

⁹⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “Comunicado da Comissão Política Distrital de Braga”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1975, número 58, página 3.

contribuir para a degradação da imagem das forças de extrema esquerda no país, diminuindo também o apoio para com a legitimidade revolucionária.

Estes eventos coincidiram com a nomeação do V Governo Provisório, sem quaisquer militantes do PPD ou do PS, que ao reivindicar uma proporcionalidade entre o seu peso eleitoral e a sua presença no governo, rejeitavam fazer parte de um governo liderado por Vasco Gonçalves, deixando-o isolado. Este vácuo de poder levaria à entrada em cena dos “moderados” do MFA, que rapidamente receberiam o apoio dos partidos maioritários após a publicação do *Documento dos Nove*. Esta convergência permitir-lhes-ia pressionar o V Governo Provisório e o Conselho da Revolução, criando uma equivalência entre as divisões dentro do MFA e a clivagem existente no seio do povo português: *“E hoje, neste momento, tal como as minorias civis deixaram de poder falar em nome do povo português também o documento chamado dos Nove e a ampla adesão que obteve entre as Forças Armadas impede minorias fardadas de falar em nome do MFA. À volta deste documento podemos dizer que no juízo feito sobre a situação política portuguesa e na aspiração nele contida a uma evolução democrática para o socialismo, se reencontrou a aliança entre o Povo e o MFA.”*⁹⁸.

Estava desta forma criada como que uma nova “aliança Povo-MFA”, paralela à que fora propalada pela Esquerda Militar e o PCP, levando à demissão de Vasco Gonçalves. A porta para a criação de um governo representativo do peso eleitoral dos partidos ficava aberta e tanto o PS, como o PPD, aproveitaram a oportunidade para agarrar as rédeas do processo revolucionário e repor a legalidade: *“suportados pela legitimidade eleitoral, impuseram como condições da sua participação governativa, entre outras coisas, o desalojamento das casas ocupadas e o desmantelamento das estruturas de «poder popular» que punham em causa a governabilidade, assim como a substituição das comissões administrativas dos governadores civis do MDP, que era quem mais tinha colaborado com o movimento de moradores.”*⁹⁹.

Os dois grandes momentos do PPD pós-eleições surgem neste período de reorganização do xadrez político da revolução, com a sua inclusão no VI Governo Provisório e o regresso de Francisco Sá Carneiro à atividade política, propulsionando o partido para uma nova dimensão, ainda que permanecesse atrás do PS e de Mário Soares, numa espécie de limbo político: *“De*

⁹⁸ Machete, Rui (dir.).1975. “Grande Comício do PPD em Cascais”. *Povo Livre*, 20 de agosto de 1975, número 59, página 4.

⁹⁹ Cerezales, Diego Palacios; Diego, Almeida. 2003. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa: 1974-1975*. Coleção Estudos e Investigações. Volume 30. Página 101. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

novo a mesma tensão entre o partido que representava a legitimidade eleitoral e o partido que representava a legitimidade revolucionária. O segundo partido mais votado não tinha papel neste jogo”¹⁰⁰. Numa das suas primeiras intervenções após o regresso a Portugal, o líder e fundador dos social-democratas declara:

*A vontade popular, pela primeira vez, está com o Governo. Quando as forças minoritárias se vêem reduzidas ao lugar que lhes compete, eis que o VI Governo é sabotado por forças civis e militares.*¹⁰¹

Com esta mudança de paradigma, surgem cada vez mais denúncias aos comportamentos insurrecionalistas adotados por organizações como os SUV, a FUR e outros grupos de militares, dando azo a acusações de tentativas de golpe de estado de teor “Soviético”, ao invés da tentativa anterior da criação de uma maioria esquerdista nos órgãos de poder. Esta escalada retórica leva Sá Carneiro a declarar, de forma cada vez mais definitiva, que qualquer ação de sabotagem resultaria, não só numa tentativa de imposição do “comunismo”, mas também de um sistema fascista, entrando num plano discursivo que flutua entre acusações de proximidade a ambos os extremos do espectro político e aproximando o PCP das organizações terroristas de extrema direita, *“Ora a verdadeira vanguarda da ELP é o PCP e os seus satélites e agitadores. A verdadeira vanguarda da ELP são os SUV, os FUR e o ARPE que abrem apenas a porta a um regime de ditadura, à guerra civil que nos espreita.”*¹⁰², apresentando ainda uma versão histórica dos eventos do golpe de estado que impôs a ditadura militar em Portugal, tendo apenas como objetivo criar um clima de hostilização popular para com o PCP, *“Foi apesar da revolução patriótica do apego à liberdade dos autênticos republicanos que, na 1ª República, os anarquistas os comunistas preparam a ditadura nascida a 28 de Maio de 1926.”*¹⁰³. Esta hostilização tinha como objetivo excluir os comunistas do governo, apresentando-os como “anti-democráticos”, chegando a perguntar, em tom acusatório, *“Não foi Staline aliado de Hitler até à denúncia do Pacto germano-soviético em 1939?”*¹⁰⁴.

¹⁰⁰ Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Página 90. Lisboa: Assembleia da República.

¹⁰¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Sá Carneiro ao Povo do Norte: A Vontade Popular Pela Primeira Vez Está com o Governo”. *Povo Livre*, 1 de outubro de 1975, número 64, página 5.

¹⁰² Machete, Rui (dir.).1975. “O Povo de Coimbra Demonstrou Entusiástico Apoio ao VI Governo e ao Brigadeiro Charais”. *Povo Livre*, 17 de outubro de 1975, número 66, página 7.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “Avanços Democráticos Ataques Reacionários e Social-Democracia”. *Povo Livre*, 30 de outubro de 1975, número 68, página 16.

Segundo Ana Catarina Pinto, a insistência nesta temática por parte de Sá Carneiro deve-se ao facto de este reconhecer a dificuldade da tarefa de excluir o PCP de todas as esferas de poder no VI Governo Provisório¹⁰⁵.

A legitimação do VI Governo e a afirmação do PPD como partido de poder continuaria com uma onda de comícios e manifestações realizados ao longo de Outubro e Novembro de 1975, sendo a mais importante das mesmas a manifestação convocada pelo PS e pelo PPD para o dia 30 de setembro, na qual se exige Lei e Ordem na continuidade da revolução, vindo ao encontro com a retórica do Almirante¹⁰⁶.

Esta vaga de apoio popular teria incidência de uma forma mais destacada nas regiões a norte do Rio Tejo, muitas vezes com a presença de militares afetos ao Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo e ao Grupo dos Nove bem como membros do PS: *“Para reforçar a posição do primeiro-ministro, o PS e o PPD começaram uma nova campanha plebiscitária de massas, apoiando o VI GP e o «almirante sem medo». Um novo grito entoado por milhares de vozes, «disciplina, disciplina!», dominou as suas manifestações sucessivas.”*¹⁰⁷. Torna-se uma prioridade demonstrar a capacidade de mobilização da população na rua, sobretudo nas semanas que antecederam o 25 de novembro.

Apesar da unidade no seio do VI Governo Provisório, a relação entre o PS e os social-democratas sofre também alterações e conflitos, estando o PPD de certa forma a tentar sair da sombra dos Socialistas, acusando-os de quererem instituir um governo exclusivamente PS-MFA e criando a imagem do PS como o partido da burguesia: *“Ficou bem claro que a burguesia não votou no nosso Partido. O voto tático da burguesia foi para o PS, que lhe dava maiores garantias de estabilidade e anticomunismo depois do golpe do 11 de Março.”*¹⁰⁸. Segundo os militantes e dirigentes social-democratas, o PS e ainda o CDS, *“Sentindo aumentar a nossa força e fugir-lhes terreno, procuram ambos ocupar o nosso espaço político- o da social-democracia que somos- numa campanha de carácter nitidamente sectário e*

¹⁰⁵ Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Página 96. Lisboa: Assembleia da República.

¹⁰⁶ Noronha, Ricardo. 2018. *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. Página 308. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

¹⁰⁷ Cerezales, Diego Palacios; Diego, Almeida. 2003. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa: 1974-1975*. Coleção Estudos e Investigações. Volume 30. Página 133. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

¹⁰⁸ Machete, Rui (dir.). 1975. “Se isto não é o Povo Trabalhador então onde está o Povo”. *Povo Livre*, 13 de novembro de 1975, número 70, página 14.

eleitoralista.”¹⁰⁹. Mesmo tendo em conta a criação desta fricção, mantém-se a relevância do apoio ao governo de Pinheiro de Azevedo e a legitimação do mesmo com ações de apoio popular.

Em conjunto com uma mudança de foco do discurso do PPD, cada vez mais orientado para o apoio ao VI Governo Provisório, continua a existir preocupação relativamente à possibilidade de um golpe de estado que levasse à instalação de uma ditadura. Os numerosos rumores acerca de possíveis movimentações da Esquerda Militar prolongavam o clima de insegurança que havia sido sentido durante o verão: *“De facto o que se está a querer preparar para o 11 de Novembro, ou antes, é um novo 11 de Março. Mas não o conseguindo, porque os próprios militares do MFA, em especial os do grupo dos 9, têm plena consciência de que a repetir-se 11 de Março ficaria em perigo a democracia portuguesa.”*¹¹⁰.

É perante este cenário de instabilidade política que o cerco à Assembleia Constituinte, realizado por parte dos trabalhadores da construção civil é recebido como uma tentativa de golpe de estado totalitária e uma obstrução do funcionamento de um órgão de soberania¹¹¹, uma vez que os legítimos representantes do povo haviam sido sequestrados e impedidos de continuar a elaboração da lei fundamental do país. Estava em causa a soberania dos representantes da vontade popular, levando o PPD a um ultimato: *“ou Pinheiro de Azevedo, ou Vasco Gonçalves; ou o VI Governo Provisório, ou um Governo Provisório que pode e quer ser o governo definitivo da ditadura do proletariado, suprimindo a liberdade do povo português; ou um Conselho da Revolução, ou um Golpe Revolucionário que vai deitar abaixo o próprio Conselho”*.¹¹²

A possibilidade da instituição de uma ditadura estava afinal bem presente, e segundo os deputados do PPD, entre eles Orlandino Farejão e Fernando Amaral, para os quais, os participantes desta manifestação (e, consequentemente, adeptos da solução ditatorial) eram favoráveis ao PCP. A sua descrição dos eventos procurava reforçar a imagem dos comunistas como responsáveis por um golpe e dos operários da construção civil como verdadeiros peões

¹⁰⁹ Machete, Rui (dir.).1975. “Comunismo em Uniforme?”. *Povo Livre*, 13 de novembro de 1975, número 70, página 16.

¹¹⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “Não há poder popular com autarquias ocupadas, com sindicatos teledirigidos, com os órgãos de informação ocupados, com as comissões de trabalhadoras instrumentalizadas. Isso não é poder popular”. *Povo Livre*, 13 de novembro de 1975, número 70, página 15.

¹¹¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Sá Carneiro à Imprensa no Porto: Ou VI Governo ou Ditadura do Proletariado”. *Povo Livre*, 20 de novembro de 1975, número 71, página 5.

¹¹² *Ibidem*.

numa conspiração: *“Porque se é verdade que os trabalhadores presentes desejavam ver melhorada a sua condição de vida, o que é perfeitamente aceitável, grande parte dos delegados sindicais pretendiam tão só obter ganhos políticos para os respectivos partidos em particular o PCP e a UDP.”*¹¹³. Ao mesmo tempo que era posto em causa o papel dos sindicalistas, era também questionada a presença de supostos “infiltrados” que tinham apenas a intenção de acicatar os ânimos: *“Muitos, de mãos calejadas e rosto queimado davam expressão ao valor duro do trabalho: muitos, de rosto e mãos limpas de rugas e calos e de unhas bem tratadas, davam a nota segura de que se não tratava de trabalhadores da construção civil: outros, falando um português difícil, com forte sotaque de estrangeiros, marcavam uma descolorida presença de ostensivo estrangeirismo.”*¹¹⁴.

Sá Carneiro, questionado pela imprensa sobre os acontecimentos, deixava clara a tensão do momento, revelando que a solução para uma governação tranquila e a transição para uma democracia pluralista se encontraria na mudança do governo para a cidade do Porto, *“e na capital do País, não há condições para tal função, poderão vir a funcionar noutra sítio do País onde todas as condições seriam garantidas. Como no Porto estão garantidas- suponho que continuariam a estar sempre- seria uma hipótese. Neste momento, não há qualquer decisão a este respeito, mas é, em princípio, a nossa posição.”*¹¹⁵.

Para o PPD, os eventos do dia 25 de novembro de 1975 são sobretudo uma forma de justificar o seu discurso de hostilidade para com o PCP desde o momento das eleições. A edição de 4 de dezembro do *Povo Livre* é praticamente toda dedicada aos acontecimentos da semana anterior. Na opinião dos social-democratas: *“O 25 de Novembro é já uma data histórica da Revolução: a da derrota das forças que, rejeitando os resultados da eleição de 25 de Abril de 1975 violando o Programa do MFA, pretendiam submeter-nos a nova e sangrenta ditadura.”*¹¹⁶ O PPD acusa o PCP de ser contra-revolucionário, classificando os acontecimentos como um golpe *“social fascista”*¹¹⁷, fruto da colaboração dos comunistas com *“minorias aventureiristas*

¹¹³ Machete, Rui (dir.).1975. “Deputados Eleitos Pelo Povo Vítimas do Golpismo Totalitário”. *Povo Livre*, 20 de novembro de 1975, número 71, página 6.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “Sá Carneiro à Imprensa no Porto: Ou VI Governo ou Ditadura do Proletariado”. *Povo Livre*, 20 de novembro de 1975, número 71, página 9.

¹¹⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “O PPD Perante a Intentona Social-Fascista”. *Povo Livre*, 4 de dezembro de 1975, número 72, página 4.

¹¹⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “O Criminoso Golpe dos Sociais-Fascistas”. *Povo Livre*, 4 de dezembro de 1975, número 72, página 1.

ultra-esquerdistas”¹¹⁸, que resultam num “*social-fardismo-fascista*”¹¹⁹. Seria necessário o julgamento e responsabilização do PCP pelas ações perpetradas e pela traição ao MFA e ao Conselho a Revolução, com a afirmação por parte de Sá Carneiro que, “*tendo nós completa razão quando denunciámos o comportamento do PCP e quando pedimos a sua saída do Governo não podemos agora mudar de atitude, antes pelo contrário.*”¹²⁰.

O MFA tinha, para os social-democratas, de deixar de imiscuir-se da esfera do poder político, uma vez que a sua missão estava cumprida após o derrube do fascismo, sob pena de conduzir à criação de uma situação semelhante à de 1926. De uma só vez, o PPD procurava excluir o PCP do governo e o MFA do controlo sobre a revolução portuguesa. O Secretário-Geral dos social-democratas seria peremptório a esse respeito: “*Parece-me que já há muito se devia ter reconhecido que os partidos democráticos devem ser os verdadeiros motores da política portuguesa. Depois das eleições de 25 de Abril deste ano, é um facto inegável, uma realidade política inegável e, portanto, há que adaptar toda a estrutura antes tratada, a essa realidade.*”¹²¹.

O 25 de novembro veio clarificar a situação política, determinando que o futuro de Portugal seria um regime democrático pluralista e representativo, acabando progressivamente com o poder paralelo e afastando militares da Esquerda Militar e da extrema esquerda de posições de comando. Este cenário era claramente favorável ao PPD: “*Cada vez mais central, afastado o PCP como partido antidemocrático, era a disputa com o PS pela social-democracia e por quem designava o espaço que o outro partido ocupava.*”¹²².

É este o PPD que, no mês de dezembro, abrirá portas para o seu segundo Congresso, marcante para o futuro do partido. As narrativas e opções discursivas adotadas durante o período revolucionário dariam lugar à crescente pessoalização do partido na figura de Francisco Sá Carneiro, levando à saída de militantes fundamentais durante 1974 e 1975, como era o caso de Emídio Guerreiro e Jorge Sá Borges, num clima descrito como intempestivo, motivado pelo “*(...)choque(...) a propósito de alterações nos estatutos tendentes a retirar representatividade às minorias de decisão do partido e concentrar poderes na figura do secretário-geral,*

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “Sá Carneiro Categórico: O 25 de Novembro foi um Teste de Estratégia na Europa”. *Povo Livre*, 4 de dezembro de 1975, número 72, página 8.

¹²¹ *Ibidem*, p. 14.

¹²² Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Página 99. Lisboa: Assembleia da República.

libertando-o da dependência dos órgãos colegiais.”¹²³ e ainda pela indefinição ideológica relativa ao propósito da social-democracia, que havia sido apregoada após o golpe de 25 de abril.

É possível concluir que para o PPD a batalha a favor da legitimidade eleitoral começa desde o momento da criação do partido e da escolha da sua ideologia, implementando um programa e uma divulgação partidária concordante com estes. A importância da expressão da vontade popular através do ato eleitoral é destacada durante todo o período revolucionário pelos social-democratas, pretendendo abrir caminho a uma democracia representativa, que se manteria como tal estabelecendo a legalidade revolucionária. Veremos então em seguida que esta intenção é mantida não só na rua pelos militantes do PPD, nos comícios através dos seus dirigentes e oradores mais destacados mas também no órgão que consubstancia a grande vitória dos adeptos da legitimidade eleitoral, a Assembleia Constituinte. Esta será o grande bastião do PPD e também do PS no *Verão Quente* e dará aos dois partidos com maior expressão eleitoral um local alternativo para fazer a sua luta política e obter uma maior relevância no plano discursivo da Revolução, chegando ao povo português através dos seus discursos no hemiciclo de S. Bento, alimentando a disforia entre legitimidade eleitoral e revolucionária, que acabará por desequilibrar a balança do poder político em Portugal para o lado pretendido por estes.

¹²³ *Ibidem*, p. 97.

Partindo das contribuições do capítulo anterior, e da noção de que o confronto entre legitimidade eleitoral e legitimidade revolucionária se sente durante todo o processo revolucionário, este capítulo debruça-se sobre a questão da Assembleia Constituinte, desde o momento das eleições até ao 25 de Novembro de 1975. Mais do que a ação do PPD na elaboração da Constituição de 1976, a questão fulcral é a do papel que a Assembleia adota no seu discurso e na sua atividade política. Procura-se entender como é que os social-democratas enquadram a Assembleia antes das eleições de 1975 e qual é a importância da mesma na luta política que se segue depois da obtenção de 26.39% dos votos nesse ato eleitoral. Servirá esta apenas para dar um novo rumo à democracia portuguesa num ambiente isolado e sem influência no contexto da revolução ou existirá uma porta aberta que permite à Revolução entrar para o hemiciclo, permitindo também a S. Bento ter algo a dizer, tornando-se os deputados mais do que meros feitores de uma Constituição?

2.1. A Constituinte no discurso pré-eleitoral do PPD

A Assembleia Constituinte desempenha um papel fundamental no processo revolucionário português e especialmente para um partido como o PPD, que baseia uma grande parte da sua estratégia e discurso político neste órgão de soberania, que viria a ser formado após as eleições de 25 de Abril de 1975, deixando sempre aparente a importância que este tem para si, *“Não entendemos que se trate, quanto à Assembleia Constituinte, de um terceiro órgão do poder constituído, embora não possamos prescindir de o considerar um órgão de soberania.”*¹²⁴. Apesar da constituição desta Assembleia se verificar apenas um ano após o início da revolução em Portugal, a sua existência está prometida desde o primeiro momento, através do Programa do MFA, uma vez que este “foi também”, segundo o constitucionalista e personalidade chave no PPD durante os seus primeiros anos de vida, assumindo um papel de grande relevância durante o período de elaboração da Constituição de 1976 e nas discussões relativas à mesma que estão presentes no *Povo Livre*, Jorge Miranda, *“(...)desde o início, um texto carregado de*

¹²⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 25 de junho de 1975, número 51, página 9.

sentido jurídico, pois, com o êxito da ação revolucionária, transformou-se de ato interno do movimento em ato constitucional do Estado.”¹²⁵.

A noção de que a voz do povo português iria ser ouvida no ato eleitoral faz com que o PPD centre uma grande parte do seu discurso na questão eleitoral e na legitimação das suas ações através do voto, tornando o seu possível peso na Assembleia Constituinte numa prioridade, fazendo corresponder ao mesmo a influência no processo revolucionário. Os social-democratas focam-se na elaboração de uma Constituição, enquanto veículo da soberania do povo. Esta ideia fica bem expressa nas primeiras abordagens que feitas nas páginas do *Povo Livre*, no fim de 1974:

“A titularidade do poder constituinte num sistema democrático, por definição, só ao Povo pertence. Essa é a nota característica essencial de democracia. No esquema adaptado no Programa das Forças Armadas, de eleição de uma Assembleia Constituinte, os representantes do Povo podem unicamente ser escolhidos através do sufrágio popular, universal e secreto também se acentua no Programa.”¹²⁶ .

Os meses que antecedem as eleições são dedicados à projeção dos moldes para um Portugal democrático e livre, sendo que o PPD apresenta as suas ideias para a organização dos órgãos de soberania e o seu funcionamento através de uma série de artigos intitulados *“Para uma Organização Constitucional Democrática”*, que derivam do projeto de Constituição elaborado por Jorge Miranda, que o havia entregue à Comissão Política do partido¹²⁷. Este projeto tinha como inspiração as constituições alemã e italiana, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, procurando sintetizar em si estas bases e o programa projetado pelo PPD.

As normas a respeitar nas eleições são estabelecidas através da Lei nº3/74, decretada a 14 de maio, entre elas encontra-se definido, *“(...)o número de membros da Assembleia Constituinte, os requisitos de elegibilidade dos deputados, a organização dos círculos eleitorais e o processo de eleição(...)*”¹²⁸, sendo que esta também incide em questões fundamentais como, a limitação do direito de voto aos maiores de 18 anos, a criação de uma Comissão Nacional de Eleições,

¹²⁵ Miranda, Jorge. 2015. *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*. Página 48. Parede: Principia.

¹²⁶ Machete, Rui (dir.).1974. “Reflexões Sobre a Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 12 de novembro de 1974, número 14, página 12.

¹²⁷ Miranda, Jorge. 2015. *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*. Página 106. Parede: Principia.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 63.

de modo a tornar possível a existência de um órgão regulador do ato eleitoral, determina os círculos eleitorais baseados nos distritos de Portugal, escolhe o sistema proporcional do método de Hondt, e, contrariando uma das grandes bandeiras do PPD, é definido que o voto estaria vedado aos emigrantes.

No seguimento destes acontecimentos, o PPD propõe *“congregar os esforços dos principais partidos e forças políticas empenhados em instaurar um sistema democrático estável em Portugal, à volta duma plataforma comum assente no ideário do Programa do Movimento das Forças Armadas. Esse conjunto comum de princípios representaria o compromisso que todos acordariam em manter durante e mesmo após a Constituinte.”*¹²⁹, sendo esta uma ideia que acaba representada, embora, do ponto de vista dos social-democratas, de uma forma truncada, no Pacto MFA-Partidos, assinado a 11 de abril de 1975. Esta dota o MFA de poder de supervisão e, em último caso, de veto no processo de elaboração da Constituição, salvaguardando as suas posições e objetivos, pretendendo integrar nesta as conquistas revolucionárias que se haviam conseguido até ao momento. Ficou então determinado que, *“(…) haveria uma comissão do MFA que, em colaboração com os partidos, acompanharia os trabalhos da Constituinte «de forma a facilitar a cooperação entre os partidos e a impulsionar o andamento dos trabalhos, dentro do espírito do Programa do MFA e da presente plataforma» (C., 2); e, elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte a nova Constituição, deveria esta ser promulgada pelo Presidente da República, depois de ouvido o Conselho da Revolução (C., 3), o que poderia traduzir-se numa espécie de homologação da Constituição.”*¹³⁰. Segundo Jorge Miranda, para o PPD, num cenário próximo das eleições este é um documento “doutrinário-socialista”¹³¹, uma vez que, *“(…) moral e politicamente, é evidente que o Pacto limita a Assembleia, pois, (...) todos os Deputados eleitos foram propostos por partidos que o subscreveram e, no contacto político revolucionário em que vivemos, a Assembleia só poderá funcionar na medida em que ocupar um lugar predeterminado- o que agora lhe é dado pelo Pacto- em todo o processo.”*¹³², acabando por ser aceite com algumas reticências.

¹²⁹ Machete, Rui (dir.).1974. “Reflexões Sobre a Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 12 de novembro de 1974, número 14, página 12.

¹³⁰ Miranda, Jorge. 2015. *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*. Página 98. Parede: Principia.

¹³¹ *Ibidem*, p.97.

¹³² Machete, Rui (dir.).1975. “Jorge Miranda a “Povo Livre” - O Fundamento de uma Assembleia Constituinte é o Princípio Democrático”. *Povo Livre*, 6 de maio de 1975, número 44, página 5.

Na primeira edição do *Povo Livre*, publicada a 4 de junho de 1975, após a abertura das sessões que se havia verificado no dia 2 do mesmo mês, os social-democratas demonstravam-se esperançosos e motivados para a realização “(...)da tarefa transcendente que dele se espera: traçar as directrizes que hão-de conformar a sociedade portuguesa no futuro.”¹³³ após o “segundo 25 de Abril”, mesmo que com a sombra do MFA a pairar sobre os trabalhos do hemiciclo:

*Para além dos aspectos organizatórios consignados no pacto e que o MFA e os deputados estão moralmente vinculados a honrar, fica aberta à iniciativa e ao engenho da Assembleia todo o vasto campo da declaração de direitos fundamentais do cidadão e dos grupos que integra, bem como a forma de os garantir, e toda a larga zona dos princípios e normas que deverão presidir à vida económica, social e mesmo política do Portugal renovado. Trata-se de matérias de significado mais profundo e bem mais importantes do que a efémera consagração de alguns preceitos sobre órgãos, transitórios pela sua origem e natureza.*¹³⁴

Encontra-se criado o órgão de soberania que permitiria, sobretudo ao PPD e ao PS, combater a legitimidade revolucionária podendo contrariar, quando necessário, o Conselho da Revolução e os elementos da esquerda militar. Jorge Miranda remata esta questão dizendo que após as eleições e a constituição da Assembleia, “*Havia uma dualidade de poderes constituintes: o poder constituinte revolucionário, que fazia normas de carácter precário e de vigência transitória, e o poder constituinte democrático, que fazia as normas constitucionais definitivas, sendo o primeiro exercido pelo Conselho de Estado e o segundo pela Assembleia Constituinte.*”¹³⁵, denotando então a dualidade de poderes criada, que marcaria o restante debate e definiria a vida política da revolução até ao final da mesma.

2.2. O Projeto de Constituição do PPD

Para entender a ação e o discurso do PPD no contexto da Assembleia Constituinte e o seu papel na viragem do processo revolucionário é também necessário perceber qual era o projeto de

¹³³ Machete, Rui (dir.). 1975. “Editorial”. *Povo Livre*, 4 de junho de 1975, número 48, página 1. *Povo Livre*, nº48, p.1.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ Miranda, Jorge. 2015. *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*. Página 55. Parede: Principia.

Constituição que este partido adota e propõe para guiar a recém criada democracia portuguesa. A maior bandeira ideológica apresentada pelo PPD neste contexto é um Socialismo personalista¹³⁶, definido por Francisco Pinto Balsemão através da sua concepção personalista e no qual os trabalhadores definam o ato de produção como um de afirmação da personalidade ao invés da alienação ficando este patente na sua proposta de preâmbulo, na qual este afirma, “(...) a vontade do Povo Português de construir uma sociedade mais justa, mais livre, mais fraterna, da qual sejam abolidas todas as formas de opressão, de exploração e de privilégio, correspondente aos ideais de um socialismo personalista;”¹³⁷, destacando as conquistas derivadas da vitória do Movimento das Forças Armadas e exigindo respeito pelos direitos e liberdades da pessoa humana tal como são reconhecidos pela “consciência universal dos Povos”¹³⁸.

Este Socialismo tem, para o PPD, propostas basilares e únicas em todas as áreas da sociedade portuguesa, desde as leis fundamentais da organização do sistema político, o sistema económico, o sistema de justiça, aos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos portugueses. Na opinião dos social-democratas, a sua proposta de Constituição é uma continuação da Revolução ao invés do fim da mesma. Afirmam, querer “fazer uma Constituição Revolucionária, sincronizada com os objetivos da Revolução e para um povo em libertação (...)”¹³⁹, destacando ainda a diferença dos projetos políticos e constitucionais de outros partidos, assinalando que “(...)uma Constituição de transição para o socialismo não pode ser igual a capitalismo de Estado ou a ditadura de partido, antes tem de ser poder real dos trabalhadores e modo de existir de uma sociedade donde desapareçam, de uma vez para sempre, a necessidade e o medo.”¹⁴⁰.

Esta diferença é marcada pelo destaque constante do humanismo e personalismo das ideias social-democratas, contrastando com o coletivismo apontado tanto a PS como a PCP, “(...) uma Constituição tem de ser garantia daquilo que há de mais essencial na pessoa, daquilo que permanece independentemente dos interesses de qualquer classe dominante ou de qualquer partido no poder, e tem de ser, simultaneamente, instrumento ou arma de libertação de todas

¹³⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 17 de julho de 1975, número 54, página 15.

¹³⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “Projecto de Constituição da República Portuguesa”. *Povo Livre*, 10 de julho de 1975, número 53, página I.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Nacional Constituinte”. *Povo Livre*, 30 de julho de 1975, número 56, página 11.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

as forças e de todos os obstáculos que, no momento em que deve ser aplicada, se opõem à integral realização da personalidade de todos os homens.”¹⁴¹. Por outro lado, a adesão ao socialismo afastava o PPD do CDS.

Durante todo este período, é destacado o papel fundamental da Assembleia Constituinte como principal órgão de proveniência da lei fundamental do País, apesar da influência do MFA e do Conselho da Revolução na elaboração da mesma, especialmente aquando da proposta de existência de assembleias populares, ao invés de eleições diretas para os órgãos de soberania portugueses, “(...) *uma estrutura vertical de assembleias ditas populares, tal como proposta, seria antidemocrática, em primeiro lugar porque as eleições nas bases não assentaram na participação livre de todos os cidadãos.*”¹⁴².

A linha personalista mantém-se na discussão da política económica a ser adotada em Portugal, Francisco Pinto Balsemão destaca que “*Na Constituição pretendem os deputados do PPD alinhar os requisitos de uma vida económica posta ao serviço do homem.*”¹⁴³, acrescentando que no socialismo em que o PPD acredita “*A participação dos trabalhadores no acto de produção definilo-à como a afirmação de personalidade, e não como tarefa geradora de alienação.*”¹⁴⁴.

Importa ainda destacar a mentalidade com que o Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático cumpre o seu dever na Assembleia Constituinte, apontando sempre o momento histórico em que se encontra, pautando a sua intervenção na criação de uma nova Constituição ao, “(...) *partir sempre do princípio que o detentor do Poder está de má fé, com o propósito de atentar contra os direitos individuais que nela se consagram, para, pelo menos, no caso de esse detentor do Poder vier a concretizar os seus propósitos, não possa proclamar que age dentro da legalidade constitucional.*”¹⁴⁵. É essencial para os social-democratas prevenir a repetição de qualquer ditadura, ao mesmo tempo que se tem como objetivo continuar a revolução através da legislação fundamental.

¹⁴¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Constituição e Revolução”. *Povo Livre*, 23 de julho de 1975, número 55, página 11.

¹⁴² *Ibidem*, p. 8.

¹⁴³ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 17 de julho de 1975, número 54, página 15.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Nacional Constituinte”. *Povo Livre*, 20 de agosto de 1975, número 59, página 11.

2.3. O Período Antes da Ordem do Dia

O Período Antes da Ordem do Dia, doravante referido como PAOD, podia, segundo Maria Inácia Rezola, “(...) ser utilizado para: a apresentação de reclamações e correspondência; apresentação ou entrega de projectos de Constituição, disposições constitucionais ou outras propostas; emissão de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar; e, ainda, para o uso da palavra para versar assuntos de política nacional de interesse para a Assembleia Constituinte”¹⁴⁶. O estabelecimento do PAOD, que se enquadra na discussão do regimento, é ainda segundo Inácia Rezola, uma das discussões mais importantes e mais acesas em S. Bento: “As posições extremam-se dando lugar a um aceso debate que ocupará essa e as seis sessões seguintes. Em causa, três questões centrais: a forma de votação (escrutínio secreto ou não); a limitação do uso da palavra no debate do texto constitucional; e, sobretudo, os objectivos e poderes da Assembleia”, criando pólos opostos dentro do hemiciclo.¹⁴⁷ Como esclarece Jorge Miranda, “Na prática, ainda antes da aprovação do regimento, o período de antes da ordem do dia impôs-se com toda a naturalidade.”¹⁴⁸. O PAOD rapidamente se tornaria o momento de maior importância política dentro do hemiciclo da Assembleia Constituinte, abordando questões do quotidiano revolucionário em S. Bento, permitindo aos partidos com maior representação, o PS e o PPD, amplificar o alcance das suas posições fora do contexto da luta nas ruas do país.

Os dois grandes partidos têm o apoio do CDS-PP e do deputado da UDP aquando da aprovação do Período Antes da Ordem do Dia, enquanto os deputados do PCP e do MDP/CDE defendem que a Assembleia é um espaço dedicado apenas à elaboração da Constituição, conforme estava previsto no Programa do MFA e no Pacto Partidos-MFA: “Segundo os deputados comunistas, vários artigos do regimento alargavam “abusiva e ilegítimamente” a competência e os poderes da Assembleia, ameaçando transformá-la “muito perigosamente, numa ‘assembleia nacional’” (Lopes de Almeida) ou num “terceiro poder” com capacidade de intervenção na “condução da política nacional”, ao lado do Governo ou do CR (Vital Moreira).”¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Rezola, Maria Inácia. 2021. «“Antes da ordem do dia”: a revolução na Assembleia Constituinte». *Língua-Luar: Literatura, História, Estudos Culturais* 2 (3). Página 52.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 53.

¹⁴⁸ Miranda, Jorge. 2015. *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*. Página 125. Parede: Principia.

¹⁴⁹ Rezola, Maria Inácia. 2021. «“Antes da ordem do dia”: a revolução na Assembleia Constituinte». *Língua-Luar: Literatura, História, Estudos Culturais* 2 (3). Página 53.

Aprovado o regimento a 23 de junho, com o PAOD incluído, este continua a ser motivo de polémica dentro da Assembleia. Apesar disso polémica, a sua inclusão aumenta a possibilidade de intervenção dos maiores partidos, num momento em que estes se viam afastados dos centros de decisão governamental.

Os debates do PAOD no verão de 1975 vão servir, então, de contraponto para os focos de progresso da via revolucionária, este tem como propósito dar ao País um meio de comunicar com aqueles que participavam ativamente na elaboração do texto fundamental da lei portuguesa, através de cartas, telegramas e outros meios de comunicação que recebiam sempre a devida atenção, ao mesmo tempo que a Revolução chegava aos portugueses através da Assembleia Constituinte¹⁵⁰.

Alguns exemplos desta utilização são apresentados no *Povo Livre*, que passa a ter um espaço dedicado aos acontecimentos dentro do hemiciclo, com particular destaque para as intervenções dos deputados do PPD no Período Antes da Ordem do Dia.

Desde logo, o PPD manifesta-se a favor do PAOD de duas formas diferentes, primeiro apontando uma certa incoerência aos partidos que o pretendem excluir do regimento, pelo facto de estes também beneficiarem do mesmo: *“Todos os grupos parlamentares e, designadamente também o Grupo Parlamentar Comunista, já fizeram aqui antes da ordem de trabalhos intervenção tipicamente de antes da ordem do dia. Portanto, neste ponto, observando a prática, nós não podemos deixar de considerar que ela, com certeza, aponta, em coerência, para a sua projecção no futuro regimento definitivo da Assembleia Constituinte.”*¹⁵¹, e argumentando que, para se construir uma Constituição em clima revolucionário, é necessário estar em contacto com a revolução e os seus acontecimentos: *“A Assembleia terá de que estar conscientemente sintonizada com todo o processo revolucionário, acompanhando-o e ultrapassando-o sempre que possível, orientada no objectivo aliciante de realizar socialismo.”*¹⁵².

O PPD regozija-se com a aprovação do regimento, reafirmando a importância da Assembleia Constituinte como órgão soberano, dando destaque também ao papel que os seus deputados viriam a ter, salientando que uma verdadeira democracia, que seria socialista e humanista, seria

¹⁵⁰Miranda, Jorge. 2015. *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*. Página 125. Parede: Principia.

¹⁵¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 25 de junho de 1975, número 51, página 9.

¹⁵² *Ibidem*, p. 11.

o objetivo dos seus representantes: *“Eles vão lutar por uma Constituição que garanta a democracia económica, social e cultural.”*¹⁵³. Cabe ainda a Marcelo Rebelo de Sousa declarar, numa intervenção, que a supervisão do MFA nos trabalhos, e a influência do recém-criado Plano de Ação Política, não poderiam interferir na construção de uma Constituição plural demonstrativa da vontade partilhada por todos os partidos representados na Assembleia, de criar um clima propício ao avanço da democracia, afastando qualquer tipo de tendência ditatorial: *“Com serenidade, serenidade disponível ao diálogo, mas com a convicção de que o respeito do pluralismo democrático não pode nem deve acabar onde começam as inconveniências de um qualquer partido. (sejam elas eleitoristas ou putshistas) ou as tentações de uma qualquer autocracia, mais ou menos populista, mais ou menos carismática.”*¹⁵⁴.

Após o início dos trabalhos dedicados à elaboração da Constituição propriamente dita, surgem críticas por parte dos social-democratas ao MFA, por incumprimento do pacto que havia assinado com os partidos. Estas críticas estendiam-se igualmente aos partidos mais à esquerda, que, segundo os deputados do PPD, pretendiam boicotar a Assembleia em conjunto com alguns setores do MFA, favorecendo a legitimidade revolucionária com atitudes que, *“Desde o desrespeito e o menosprezo por esta Assembleia Constituinte, que é a verdadeira expressão da votação popular, até ao não cumprimento de leis constitucionais, tem-se assistido a uma escalada que põe em causa a própria subsistência da plataforma, num momento em que a gravidade da situação política, económica e social mais exigiria um empenho comum de todas as partes na defesa da mesma.”*¹⁵⁵. Estas acusações de violação do Pacto Partidos-MFA são trocadas durante todo o período de atividade da Assembleia, até ao 25 de novembro, visto que o PCP acusava os partidos favoráveis ao PAOD de violar não só o pacto mas o próprio Programa do MFA, ao trazer a atualidade revolucionária para S. Bento. Estes, por sua vez, acusavam o PCP e a Esquerda Militar de tentar sabotar a atividade da Assembleia, quer dentro da mesma ou através de manifestações populares, com o objetivo de minimizar a sua atividade e relevância para o processo revolucionário.

¹⁵³ Machete, Rui (dir.).1975. “Em Albergaria-a-Velha e no Porto: Emídio Guerreiro na Arrancada de um Amplo Movimento de Formação Pedagógica e Política”. *Povo Livre*, 2 de julho de 1975, número 52, página 8.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 9.

¹⁵⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Nacional Constituinte”. *Povo Livre*, 6 de agosto de 1975, número 57, página 8.

Estas denúncias são muitas vezes acompanhada de acusações de violência por parte dos partidários da legitimidade revolucionária, que acusam os grupos de extrema direita de organizar e incitar multidões de modo a violentar sedes partidárias de esquerda e sedes sindicais da CGTP, bem como os seus membros, verificando-se estes ataques longo de todo o verão. O PPD reage com intervenções como a de Moura Guedes, que utiliza o Período Antes da Ordem do Dia para fazer uma avaliação sobre este fenómeno e de certa forma dar a entender que a influência da extrema-direita em Portugal no verão de 1975 não é de uma dimensão que possibilite tais atos, desculpabilizando ainda os populares que participam em tais ações, *“Não é, neste momento, em Portugal essa força onnipresente e liderante que se quer fazer crer, capaz de lançar as populações ao assalto a uma simples palavra de ordem ou a um imperativo apontar do indicador. Nem essas populações, decorrido que vai já quase ano e meio de intensiva pedagogia revolucionária, seriam os rebanhos submissos, capazes de obedecer docilmente a esse género de pastores.”*¹⁵⁶. Apesar disto, o deputado social-democrata sublinha que o seu partido nunca teria como método de ação política a violência ou apoiaria o uso da mesma neste sentido, pretendendo um pluralismo autêntico, que leve a uma política assente no respeito. Tendo ainda como tema a polarização no clima revolucionário e a sua presença no quotidiano do debate político remata, *“O que acontece é que se usa e abusa, neste momento e neste país, do nome da reacção para sufocar toda a espécie de contestação, crítica ou até simples manifestação de desacordo que se esboce.”*¹⁵⁷.

É neste clima que se verificam dois fenómenos na esfera revolucionária portuguesa, agudizando ainda mais o tom dos debates no PAOD: a publicação do Documento dos Nove e a tomada de posse do V Governo Provisório.

A importância deste documento para os social-democratas é demonstrada pela intervenção de Mota Pinto, Presidente do Grupo Parlamentar do PPD, que se pronuncia dizendo, *“Para nós o documento elaborado e apresentado à Nação por nove ilustres membros do Conselho da Revolução é um clarão de esperança. Um clarão de esperança na preservação dos ideais de 25 de Abril; um clarão de esperança na resistência a uma eventual ditadura; um clarão de esperança da superação da crise política.”*¹⁵⁸, sendo estas as palavras de principal destaque na capa da edição do *Povo Livre* no dia 13 de agosto de 1975. Esta aliança e o isolamento de

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 9.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ Machete, Rui (dir.).1975. “O Presidente do Grupo Parlamentar do PPD pronunciou-se sobre o “Documento Melo Antunes”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1975, número 58, página 1.

Vasco Gonçalves e da Esquerda Militar fazem do PAOD o cenário ideal para criticar a atuação do V Governo Provisório e a sua ilegitimidade para governar Portugal. Para o PPD, o seu destino inevitável: *“Se Vasco Gonçalves é teimoso, persistindo em permanecer no lugar de Primeiro-Ministro, temos de ser mais teimosos do que ele na defesa das aspirações e da vontade do povo de que somos legítimos representantes nesta Assembleia. E a vontade da maioria do povo português já se exprimiu claramente e por várias formas no sentido de não querer Vasco Gonçalves.”*¹⁵⁹.

Esta crítica transforma-se então num apelo à formação de um governo de unidade que contenha em si elementos dos partidos com maior representatividade na Assembleia Constituinte, pondo já em causa algumas das bandeiras e conquistas daqueles que faziam a revolução fora do que seria a legalidade para os representantes do PPD e de outros partidos:

*“Respeitar a vontade do povo seria nesta altura formar um governo de autêntica unidade e de salvação nacional colocar à frente das autarquias locais os homens que as populações desejam e querem: fazer eleições verdadeiramente livres e democráticas nos sindicatos e nas Casas do Povo: eliminar de vez com os saneamentos selvagens e com as ocupações abusivas e ilegais: respeitar os pluralismo nos órgãos da comunicação social e em todas as estruturas do Poder.”*¹⁶⁰.

Após a formação do VI Governo Provisório e a recomposição do Conselho da Revolução, é possível concluir que *“A luta travada, dentro e fora do parlamento, dera os seus frutos, ficando assim patente mais uma vitória da via eleitoralista sobre a revolucionária, ou, pelo menos, o reconhecimento do peso da primeira por parte dos oficiais que agora dominavam o CR.”*¹⁶¹.

Pela parte do PPD é o Secretário-Geral, Emídio Guerreiro a dar o mote para a consolidação da vitória da legitimidade eleitoral e a construção de uma democracia apoiada por uma constituição própria de um país pluralista e ocidental:

“A reestruturação tão esperada do Conselho da Revolução cremos firmemente que deverá consagrar um consenso popular que já se formou acerca das opções políticas expressas pelos vários sectores do MFA. Como a dignidade democrática respeitadora da vontade da maioria

¹⁵⁹ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 4 de setembro de 1975, número 60, página 11.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 10.

¹⁶¹ Rezola, Maria Inácia. 2021. «“Antes da ordem do dia”: a revolução na Assembleia Constituinte». *Língua-Luar: Literatura, História, Estudos Culturais* 2 (3). Página 62.

dos membros do MFA, com o progressismo requerido por uma revolução que não deve soçobrar perante os golpismos de direita e de esquerda; com o realismo que resulta da percepção dos homens e das linhas políticas que o povo português esmagadoramente apoia, e daquelas que ele já inequivocamente mostrou repudiar.”¹⁶².

É a partir deste momento que o principal foco do PPD no PAOD se torna o apoio ao VI Governo Provisório e, especialmente, a denúncia de ações do PCP e da FUR, que teriam como intenção sabotar a realização das sessões da Assembleia Constituinte, chegando ao episódio do cerco organizado pelos trabalhadores da construção civil nos dias 12 e 13 de novembro de 1975: *“Infelizmente, a Revolução pode perder-se, mesmo apesar da constituição quase democrática do VI Governo Provisório.*”¹⁶³.

Com as acusações por parte do PPD, surge novamente a oportunidade de utilizar a violação do Pacto como arma política, como é o caso da intervenção de Fernando Pinto, *“Quem representa esta Frente? Representa uma corrente liderada e manipulada pelo PCP. Curiosamente á ainda este partido que, depois de ter procurado ser aqui o denunciante dos violadores do pacto, o vem violar, agora, ao subscrever a palavra de ordem que pedia a dissolução desta Assembleia Constituinte.*”¹⁶⁴. Através deste discurso os deputados social-democratas acreditavam que haviam desmascarado o Partido Comunista Português e que através das suas intervenções no PAOD teriam elucidado os portugueses quanto às intenções do mesmo, *“O povo português está consciente desta táctica dúplice- um pé discreto no Governo, toda a sua força na rua a atacá-lo. O povo português está consciente desta táctica dúplice das cúpulas do Partido Comunista e sabe que nela está o mais grave perigo que hoje ameaça a democracia em Portugal...*”¹⁶⁵. O clima tornava-se ideal para o estabelecimento de um maior domínio dos partidos como o PPD e o PS dentro da Assembleia, sendo destacado por Marcelo Rebelo de Sousa que, *“Não apoiar o VI Governo pode ser a forma mais subtil e encapotada de o atacar,*

¹⁶² Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 11 de setembro de 1975, número 61, página 11.

¹⁶³ Machete, Rui (dir.).1975. “Constituinte: A Assembleia do Povo”. *Povo Livre*, 1 de outubro de 1975, número 64, página 10.

¹⁶⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 18 de setembro de 1975, número 62, página 8.

¹⁶⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 23 de outubro de 1975, número 67, página 8.

de sapar continuamente o seu poder, de pôr em cheque o seu programa. É forma que será um dia serenamente julgada pela história e pelo povo português.”¹⁶⁶.

Este tom é adotado até ao 25 de novembro de 1975, registando-se ainda o episódio que leva os deputados do PPD, especialmente Mota Pinto, a ecoar o sentimento de Francisco Sá Carneiro, que chega a apontar o Porto como local para nova sede de governo devido à instabilidade política, ao denunciar o comportamento de quem pretende fazer a revolução em torno de Lisboa, *“A centralização administrativa e ideológica na capital é ainda a melhor arma contra o desenvolvimento das diversas regiões do país e, nos tempos que correm, falseia como nunca a realidade nacional, tomando-se por representativas posições que só encontram eco em minorias e apenas em Lisboa.*”¹⁶⁷.

Relativamente ao 25 de novembro, os deputados do PPD, mais uma vez através da voz do seu líder na Assembleia Constituinte, são inequívocos e adotam o discurso do seu Secretário-Geral, condenando os que pretendiam acabar com a democracia no processo revolucionário português, sacrificando a vontade do Povo Português,: *“Condenamos vivamente e sem ambiguidades o golpe anti-democrático e contra-revolucionário perpetrado contra o poder legitimamente constituído, contra entidades e órgãos indelutavelmente apoiados, pela esmagadora maioria do Povo. O golpe contra-revolucionário nos termos em que aflorou, é a face patente e aberta de uma conspiração anti-democrática mais vasta, com agentes e instigadores semi-encobertos.*”¹⁶⁸

Este é o percurso do Partido Popular Democrático no que toca à sua utilização do Período Antes da Ordem do Dia como momento de trazer a Revolução para dentro da Assembleia Constituinte, , sendo importante dar relevo ao testemunho de Jorge Miranda quanto ao papel deste órgão soberano nos meses mais acesos do processo revolucionário português, este salienta então que, ao contrário do que muitos dizem sobre a Assembleia, ela não operou sob coação ou pressão mas, contrariamente, *“(...) ela foi- através do período de antes da ordem do dia e das suas principais deliberações entre julho e outubro de 1975- um centro primordial de resistência às tentativas de implantação de regimes vanguardistas ou basistas e de afirmação dos princípios do constitucionalismo democrático de tipo ocidental. Basta recordar*

¹⁶⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 10 de outubro de 1975, número 65, página 9.

¹⁶⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 6 de novembro de 1975, número 69, página 8.

¹⁶⁸ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 4 de novembro de 1975, número 72, página 10.

a denúncia do poder popular e do V Governo Provisório; ou o primado dos direitos fundamentais sobre a organização económica na sistematização, o regime de direitos, liberdades e garantias, a recusa de discriminações revolucionárias, as regras sobre liberdade de imprensa e sobre liberdade sindical."¹⁶⁹.

Em suma, a Assembleia Constituinte, e o PAOD em particular, têm um papel fundamental na mudança de rumo da Revolução após as eleições, projetando os partidos com maior representação eleitoral, especialmente o PPD, para um plano de relevância e influência política sem precedente. Estes partidos ampliam a sua base de apoio, visando ainda um condicionamento dos partidos à sua esquerda na Assembleia Constituinte, da esquerda militar e da extrema esquerda, de modo a que estes se tornem mais moderados. Este condicionamento procura o sucesso com o uso da sua retórica favorável à legitimidade eleitoral no hemiciclo de S. Bento, espaço ideal para a sua efetivação, uma vez que permite discursar sem a interferência do MFA, em pé de superioridade para com o PCP e sem intervenção da extrema esquerda. Isto permite a criação de uma Constituição que adota contornos e medidas consideradas revolucionárias mas que trava o ímpeto daqueles que defendiam que se deveria optar por uma linha mais revolucionária. A perda de influência dos setores mais à esquerda do MFA e a pouca relevância de partidos como o PCP no espaço da Assembleia Constituinte criam a possibilidade de isolar os mesmos e de criar centros de contestação, como se viu durante o período de governo de Vasco Gonçalves à frente do V Governo Provisório, mas permitem também tornar estes centros de contestação em centros de governação através de uma conquista cada vez maior de espaço efetivo do uso do poder político adjacente ao Governo, com a exigência do respeito pela representatividade eleitoral, que adquire um papel chave na determinação da ocupação dos ministérios do VI Governo Provisório.

No fundo, o grande objetivo revolucionário dos social-democratas era a criação de uma lei fundamental que permitisse aos mesmos projetar Portugal como um país aberto a um futuro democrático e à integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, fugindo das tendências adjetivadas como totalitárias, que previam a transição para um socialismo de estado¹⁷⁰, retirando a liberdade ao povo português. Esta aspiração tem a sua expressão máxima na Assembleia Constituinte, e como maior aliado na sua luta o Período Antes da Ordem do

¹⁶⁹Miranda, Jorge. 2015. *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*. Página 119. Parede: Principia.

¹⁷⁰Machete, Rui (dir.).1975. "Assembleia Nacional Constituinte". *Povo Livre*, 30 de julho de 1975, número 56, página 11.

Dia. O PPD afirma então: *“Não há contradição entre Constituinte e Revolução. O que pode haver é contradição entre um projecto de Constituição em concreto e o projecto revolucionário, quer porque aquele vise alterar qualitativamente o sentido da Revolução, quer porque leve, em linha recta, objectivamente, à contra-revolução.”*¹⁷¹.

¹⁷¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Constituição e Revolução”. *Povo Livre*, 23 de julho de 1975, número 55, página 11.

A economia portuguesa e as leis laborais do país são também alvo de grande mudança e discussão durante a Revolução, desde a luta referente à lei sindical, passando pela crise económica que se verifica ao longo dos anos de 1974 e 1975, pelas nacionalizações e ainda pelas propostas de gestão do tecido empresarial e rural de Portugal. Este capítulo procura abordar as ideias do PPD para solucionar estes problemas e dotar o país de um sistema económico diferente do corporativismo que se verificava no Estado Novo. Levanta-se assim a questão sobre qual é o discurso adotado pelos social-democratas sobre o mundo do trabalho e a estrutura económica portuguesa na cronologia proposta.

3.1. A Questão Sindical

Uma das questões de maior centralidade no debate e na acção política do Período Revolucionário é a questão sindical, esta apresenta-se desde logo na discussão das greves em Portugal. Para o PPD esta é também uma questão fulcral na evolução da democracia portuguesa, como se pode verificar na primeira edição do *Povo Livre*, estando presente nesta um artigo intitulado “*Greve: Palavra Difícil A Problemática dum Estatuto*”¹⁷², no qual se discute o futuro da legislação acerca das greves e a sua importância no contexto dos sindicatos. Este artigo aborda a legislação sobre as greves em diversos regimes políticos, tentando dar a entender qual é o mais adequado para Portugal, articulando esta questão com a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores portugueses. Para o PPD importa definir as greves como último recurso em disputas laborais, tendo como alvo o estabelecimento de uma legislação que, “*(...) venha institucionalizar práticas sindicais democráticas e eficazes, que permitam e potenciem uma estruturação e uma acção sindicais fortes e com elevado grau de consciência social, política e económica.*”¹⁷³. O estabelecimento desta legislação e de sindicatos fortes é,

¹⁷² Alegria, Manuel (dir.).1974. “Greve: Palavra Difícil A Problemática dum Estatuto”. *Povo Livre*, 13 de agosto de 1974, número 1, página 7.

¹⁷³ *Ibidem*.

para os social-democratas, o primeiro passo no estabelecimento de uma democracia, não só política mas também social e económica. Esta permitiria o estabelecimento de contratos coletivos de trabalho. O problema da greve fica entregue ao confronto entre sindicatos e a classe patronal, uma vez que o PPD vê neste confronto a possibilidade da realização de greves legais e com regras pré-estabelecidas na lei a ser elaborada pelo Governo, evitando as situações de greves ilícitas conduzidas por trabalhadores organizados fora de sindicatos, sendo estas consideradas “*greves selvagens*”¹⁷⁴.

Estabelecida a vontade dos social-democratas em relação à greve, parte-se para o plano sindical, existindo nesta fase da revolução duas soluções, a unicidade sindical, que defende a existência de uma Confederação de todos os sindicatos, neste caso, a CGTP, recebendo o apoio do PCP e MDP-CDE, e a unidade sindical, ou pluralismo sindical, que tendo como principais apoiantes, o PS e o PPD, defende a existência de uma multiplicidade de confederações e uniões de sindicato sem qualquer limite estabelecido legalmente. O PPD mantém então a opinião de que “*A democracia sindical só ganha em poder ser vivida desde já em pluralismo dialogante, a todos os níveis, desde o dos sindicatos, até aos das uniões, federações, e Confederações Gerais do Trabalho.*”¹⁷⁵. A discussão sobre estas duas soluções é mantida ao longo de todo o período revolucionário, sendo um dos maiores focos de debate na sociedade portuguesa entre 1974 e 1975.

Com o reconhecimento do direito à greve no decreto de lei nº392/74¹⁷⁶ a 27 de agosto de 1974, o PPD traça os objetivos de uma futura lei sindical. Para os social-democratas essa lei teria que reconhecer várias liberdades:

- liberdade da constituição de sindicatos segundo o princípio da liberdade de associação;
- liberdade de organização e direcção internas dos sindicatos pelos respectivos trabalhadores;
- liberdade de união, federação e confederação dos sindicatos;

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 8.

¹⁷⁶ Ministério do Trabalho. 1974. “Decreto-Lei n.º 392/74”, *Diário do Governo* 1ª série, 199 (agosto): 946-4. Páginas 1-4.

-liberdade de acção sindical.¹⁷⁷

É a partir deste momento que o PPD passa a utilizar as deliberações da Organização Internacional do Trabalho como bandeira para defender a pluralidade sindical, apelando à adesão do Governo português à Convenção nº87 da OIT¹⁷⁸, que se debruça sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical. A vontade dos social-democratas de ver a lei sindical elaborada o mais rapidamente possível deriva da ideia de que a própria democracia não existirá sem o reconhecimento da unidade sindical, estando Portugal perante o risco de manter um sistema idêntico ao do anterior regime, sacrificando a própria liberdade sindical e criando uma situação na qual o regime que se instaura “(...) *não é de unidade sindical, mas sim de unicidade sindical, de que tivémos exemplo, entre nós antes do 25 de Abril, e de que ainda existem exemplos nas ditaduras de direita e de esquerda.*” Assim, um sindicalismo unitário só é correcto quando em regime de liberdade sindical, de acordo com a Convenção nº87 da OIT (...).¹⁷⁹

Para o Partido Popular Democrático a diferença entre as duas soluções para a lei sindical está na sua demonstração de coesão e solidariedade, dado que os trabalhadores que se unem livremente consoante a sua liberdade associativa quando se verifica um estado de liberdade sindical, enquanto nos regimes em que existe unicidade sindical esta coesão e solidariedade não existem, uma vez que, relativamente aos sindicatos, “(...) *a sua génese é exterior à vontade livre dos trabalhadores, situando-se na vontade política do estado ou de outras forças políticas ou partidárias.*”¹⁸⁰. A vontade política exterior à dos trabalhadores é uma arma utilizada para criar uma “(...) *colonização sindical partidária, pondo-a acima do respeito da liberdade associativa dos trabalhadores e da sua autonomia individual e colectiva.*”¹⁸¹. É assim que, segundo os social-democratas, a força dos sindicatos é utilizada a favor de um domínio ideológico e partidário, subvertendo a democracia e não defendendo os trabalhadores e a sua autonomia.

¹⁷⁷ Alegria, Manuel (dir.).1974. “O Direito (Fundamental) à Greve”. *Povo Livre*, 3 de setembro de 1974, número 4, página 7.

¹⁷⁸ International Labour Organization. 148. C087 - *Freedom of Association and Protection of the Right to Organise Convention*. (87)

¹⁷⁹ Machete, Rui (dir.).1974. “O PPD Contra os Sindicatos Únicos”. *Povo Livre*, 8 de outubro de 1974, número 9, página 12.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*.

O final de 1974 é marcado por mais denúncias sobre a falta de democracia e eficácia da unicidade sindical, no artigo “*O Monopolismo Sindical*”, publicado a 3 de dezembro no número dezassete do *Povo Livre*, o PPD argumenta, através de uma explicação de como funcionaria este regime sindical, demonstrando a ingerência governamental que se verificaria no mesmo, sendo que esta interviria em várias vertentes, “*(...) desde a formação dos Sindicatos através do controle das percentagens exigidas para as bases, até à prevalência dada, em hipótese de concorrência, a uma forma de organização sobre a outra, isto é, ao Sindicato do ramo de actividades sobre o da profissão.*”¹⁸². É então sublinhada a necessidade do Estado garantir o direito de todos os cidadãos se sindicalizarem livremente nos sindicatos por si desejados, respeitando a “*individualidade inseparável de Homem-Trabalhador.*”¹⁸³, sendo essa individualidade apenas respeitada através da legislação da pluralidade sindical.

Dezembro é também marcado pela publicação de um suplemento dedicado aos “*Problemas Sindicais*”¹⁸⁴, no qual o PPD expressa mais uma vez o seu desagrado com a unicidade sindical, mas elabora também sobre o porquê da unidade sindical se integrar no ideal da social-democracia. Esta integração nos princípios social-democratas prende-se com a crença de que os sindicatos contribuem decisivamente para a criação de uma sociedade livre de exploração e opressão, desde que esteja garantida a sua autonomia e liberdade de associação. Para que isto se verifique, a ação sindical, “*(...) não deverá confundir-se com a acção política partidária, não visará tomar e exercer o poder político, nem poderá comprometer-se com forças que pretendam exercer ou exerçam o poder político;*”¹⁸⁵. Se não for esse o caso, o PPD considera que os sindicatos serão apenas fontes de dirigismo para com os trabalhadores portugueses e mais uma força que pretende a sua dominação em vez da libertação.

O ano de 1975 inicia-se com um PPD empenhado em pressionar o Governo de Vasco Gonçalves para que este legisle o mais rápido possível em relação à questão sindical. Marcelo Rebelo de Sousa expõe em comício a ideia de que “*Está-se a dar argumentos à reacção quando se impõe uma unicidade sindical de cúpulas, manifestamente oposta ao Programa do MFA.*”¹⁸⁶, acusando não só o Governo de violar o Programa do MFA, mas também de fazer o

¹⁸² Machete, Rui (dir.).1974. “O Monopolismo Sindical”. *Povo Livre*, 3 de dezembro de 1974, número 17, página 7.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Machete, Rui (dir.).1974. “O PPD e o Sindicalismo”. *Povo Livre*, 17 de dezembro de 1974, número 19, páginas I-VI.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. I.

¹⁸⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Comício em Cascais”. *Povo Livre*, 14 de janeiro de 1975, número 23, página 10.

jogo da reacção. A elaboração do decreto de lei nº 215-B/75 e a sua aprovação por parte do Conselho dos Vinte do MFA é recebido com a maior das contestações por parte dos partidários da unidade sindical.

A discussão sobre a questão sindical apenas se acentua e o tom de contestação dos social-democratas aumenta, levando à sua participação nas ações contestatárias organizadas pelo Partido Socialista e culmina na publicação de uma edição especial do *Povo Livre*, dedicada inteiramente à questão da unicidade sindical, intitulada de “*Unicidade Sindical É Opressão Quando Imposta Por Lei*”¹⁸⁷. Nesta, os social democratas alegam que a escolha da unicidade por parte dos trabalhadores portugueses nos seus locais de trabalho é uma fabricação, “*Logo se verificará que muitas assembleias e muitos trabalhadores se pronunciaram contra a unicidade sindical, e que o que aconteceu é que as censuras internas com as quais se tenta também a «unicidade» da informação impediram a difusão dessas notícias. Para não falar na grande percentagem dos que não foram consultados ou não se pronunciaram.*”¹⁸⁸. É também apontada como causa da suposta escolha da unicidade uma confusão estabelecida entre unidade e a unicidade, levando os trabalhadores a escolher sem reconhecer a diferença entre as duas palavras¹⁸⁹. Regressando à Convenção nº87 da OIT, os social-democratas alegam que a pluralidade sindical é nada mais nada menos que um exercício dos direitos humanos fundamentais, “*Em conclusão: o projeto da lei sindical é verdadeiramente inconstitucional e ofensivo da Declaração dos Direitos e Liberdades Fundamentais do Homem.*”¹⁹⁰ e que a sua proibição poderia levar, “*(...)à supressão dos estímulos e das iniciativas que são essenciais ao progresso humano.*”¹⁹¹.

Como exemplo das situações que se verificam em todo o país, o PPD utiliza a eleição dos órgãos representativos dos trabalhadores da função pública de Lisboa para denunciar as práticas daqueles que são a favor da unicidade sindical. Este caso é caracterizada pela falta de representatividade na votação:

¹⁸⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “Unicidade Sindical É Opressão Quando Imposta Por Lei”. *Povo Livre*, 16 de janeiro de 1975, Edição Especial, página 10.

¹⁸⁸ Machete, Rui (dir.).1975. “Dizer que o Povo Escolheu a Unicidade Sindical é Mistificação”. *Povo Livre*, 16 de janeiro de 1975, Edição Especial, página 5.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 4.

¹⁹¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Um Direito Fundamental do Homem: Escolher Livremente o Sindicato que Pretende”. *Povo Livre*, 16 de janeiro de 1975, Edição Especial, página 8.

*Neste contexto se vêem os trabalhadores da função pública coagidos a aceitar uma eleição para um órgão directivo e executivo, eleição em que não vão tomar parte e de que não tiveram qualquer conhecimento, e que pretende ser imposta por 66 votos aos 100000 trabalhadores da função pública da região de Lisboa!*¹⁹².

Esta sabotagem de uma ação democrática como são as eleições leva o PPD a apelar a um sindicato em que os princípios democráticos sejam respeitados e não tidos apenas como um ato formal que tenha apenas de ser ultrapassado, exigindo que todos sejam ouvidos para que os sindicatos não sejam apenas locais para manobras de cúpula e utilização dos trabalhadores para ações que não defendem os seus direitos¹⁹³.

Vendo-se adiada a publicação da legislação sindical devido à situação política, o 11 de março e a realização das eleições levam a que o IV Governo Provisório publique finalmente o Decreto de Lei nº 215-B/75, a 30 de abril, nas vésperas de um Primeiro de Maio tempestuoso para todos os envolvidos e com a questão sindical na ordem do dia. É neste contexto que o PPD vem demonstrar a sua insatisfação com a legislação sindical e também com o próprio Dia do Trabalhador, deixando claro que, *“A INTERSINDICAL, organização de cúpula não eleita democraticamente, antes evitando cuidadosamente eleições livres na organização sindical de acordo com as suas dependências internacionais e nacionais, de ordem política e financeira, pretendeu uma vez mais manipular o Povo que diz servir.”*¹⁹⁴. Mais uma vez, os social-democratas deixam claro que na sua opinião os sindicatos não podem fazer o jogo dos partidos e não são organizações adjacentes aos mesmos, servindo apenas para complementar as suas decisões.

A partir do momento em que a Assembleia Constituinte entra em funcionamento, a questão sindical e o debate sobre a mesma ganham novo cenário e esta torna-se arma de arremesso contra o V Governo Provisório e o próprio PCP durante o verão de 1975, acusando o executivo de não respeitar a vontade popular *“Respeitar a vontade do povo seria nesta altura formar um governo de autêntica unidade e de salvação nacional colocar à frente das autarquias locais os homens que as populações desejam e querem: fazer eleições verdadeiramente livres e*

¹⁹² Machete, Rui (dir.).1975. “A Próxima Constituição Portuguesa”. *Povo Livre*, 25 de fevereiro de 1975, número 29, página 6.

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “Lamentáveis Incidentes Ensombram o Dia do Trabalhador”. *Povo Livre*, 6 de maio de 1975, número 44, página 2.

democráticas nos sindicatos e nas Casas do Povo(...)”¹⁹⁵. É perante a crescente instabilidade política que surgem as acusações para com os comunistas, estes são acusados de ocupar posições de poder em todas as vertentes da sociedade portuguesa, “*Hoje são os sindicatos, amanhã serão as autarquias locais, os órgãos da comunicação social e todos os lugares que implicam para os detentores respeito pela vontade popular.*”¹⁹⁶ levando Furtado Fernandes, em plena Assembleia Constituinte, a ultimar o PCP e consequentemente a CGTP, “*O PCP e os seus satélites só têm de clarificar a sua posição. Ou estão com a Revolução e abandonam o golpismo, ou estão contra a Revolução. O nosso povo pouca paciência tem já para esperar. Está cansado de viver em golpes de Estado permanente.*”¹⁹⁷.

A maior vitória dos partidários da unidade sindical surge aquando da discussão sobre o sindicalismo em S. Bento, “*O tema da liberdade sindical dominou toda a semana. Não foi uma discussão fácil para o PPD que defendia a unidade na liberdade.*”¹⁹⁸. Nesta sessão, verificasse a unidade entre PS e PPD que juntos rejeitam a presença da unicidade sindical na futura lei fundamental portuguesa e fazem com que mal esta entre em vigor a derrota do PCP e da CGTP se materialize, tornando inconstitucional o decreto de lei vigente.

As vésperas do 25 de novembro são marcadas pelo apoio ao VI Governo Provisório nos meios sindicais em que o PPD tinha presença, quer através de denúncias de sabotagem por parte do PCP¹⁹⁹, utilizando também a mobilização em assembleias sindicais de modo a proteger o executivo nestes meios, como se verifica no Sindicato dos Professores, “*Que os colegas repudiem em Assembleia de Escola a moção de apoio aos SUV. Que os colegas aprovem a moção de apoio ao VI Governo repudiando assim a moção que uma minoria fez aprovar no plenário.*”²⁰⁰. Esta mobilização resulta também na mudança de administração de vários executivos camarários, como é o caso do Município de Lisboa, “*No caso da Câmara Municipal de Lisboa os trabalhadores venceram organizados e sem se deixarem influenciar pelo*

¹⁹⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 4 de setembro de 1975, número 60, página 10.

¹⁹⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 25 de setembro de 1975, número 63, página 12.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ Machete, Rui (dir.).1975. “Constituinte: A Assembleia do Povo”. *Povo Livre*, 1 de outubro de 1975, número 64, página 8.

¹⁹⁹ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 10 de outubro de 1975, número 65, página 11.

²⁰⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “Desmascarar as Manobras da Direção Provisória do Sindicato dos Professores”. *Povo Livre*, 30 de outubro de 1975, número 68, página 12.

facciosismo partidário.”²⁰¹. A postura adotada pelo PPD relativamente a estes eventos é a de vitória perante os comunistas e os seus aliados políticos, uma vez que se sentia uma mudança de tendência no plano político, “*Quando os trabalhadores actuam libertos do caciquismo do PCP e seus satélites, estes ficam apavorados e tudo fazem por contrariar a luta por muito justa que ela seja.*”²⁰².

A questão sindical é um tema central da Revolução Portuguesa e o PPD faz desta uma das suas principais lutas, acabando por vencer a mesma através da colaboração com o PS, mesmo após o apoio dos Governos Provisórios de Vasco Gonçalves e certos setores do MFA à unicidade. Esta vitória é conseguida com uma estratégia que opta por centralizar a necessidade da pluralidade sindical e a criação de Centrais Sindicais exteriores à CGTP de modo a criar um sindicalismo mais democrático em Portugal. O discurso dos social-democratas passa também pela desvirtuação da unicidade, através da denúncia das práticas que adjetiva de anti-democráticas e cupulistas, sendo os sindicatos apenas objetos de um regime, como se verificava nos regimes totalitários.

3.2. A Crise Económica

A crise económica que se verifica após o golpe militar do 25 de abril de 1974 é uma constante durante todo o processo revolucionário, estimulando um intenso debate sobre as suas causas e possível resolução. O Partido Popular Democrático vê nesta temática mais uma das chaves da Revolução, perante uma situação revolucionária que faz com que a economia portuguesa esteja a, “*(...) viver um clima de incerteza e não ter condições para absorver, sem consequências, o choque que lhe é introduzido pelas alterações profundas do momento presente.*”²⁰³. É nesta situação de crise nacional, impulsionada ainda pela crise económica de escala mundial que assolava as economias dos países ocidentais, que os social-democratas articulam o seu discurso em relação à economia do país e às propostas que têm para a mesma²⁰⁴.

²⁰¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Vitória dos Trabalhadores do Município de Lisboa”. *Povo Livre*, 20 de novembro de 1975, número 71, página 11.

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ Alegria, Manuel (dir.).1974. “Desemprego - É Urgente Criar Postos de Trabalho”. *Povo Livre*, 20 de agosto de 1974, número 2, página 8.

²⁰⁴ Machete, Rui (dir.).1974. “Política Económica de Emergência”. *Povo Livre*, 24 de dezembro de 1974, número 20, página 3.

Na segunda metade de 1974, verifica-se em Portugal, o aumento da inflação, um aumento de salários que, para Alfredo de Sousa, figura principal do PPD no que toca à economia, não são suportáveis no quotidiano do tecido empresarial português²⁰⁵, um desemprego galopante, uma diminuição de investimento, tanto público, como privado e o aumento do custo de vida. Elencados alguns dos vários problemas que agravam a crise, cabia aos social-democratas analisar os mesmos. Essa tarefa recai sobre vários membros do PPD, nomeadamente ao já mencionado Alfredo de Sousa, que, ao longo de vários artigos publicados no *Povo Livre*, e outros que se encontram compilados na obra *Em Defesa da Democracia*²⁰⁶ na qual o economista, que era também militante destacado do PPD e futuro deputado do partido na Assembleia Constituinte, se propõe a analisar a situação económica, política e social no Portugal revolucionário.

Para os social-democratas, a nacionalização imediata de empresas em diversos setores não representa uma solução adequada aos problemas que existem em Portugal, uma vez que é necessário dar uma resposta às que já se encontram nesta situação²⁰⁷. Cabe ao Governo mobilizar as reservas do país de modo a aumentar o investimento público²⁰⁸ com o objetivo de criar empregos de modo a combater a inflação e o desemprego crescente, tudo isto “(...) *sem prejudicar as pessoas dispostas a poupar.*”²⁰⁹. Tendo isto em consideração, o PPD teme ainda que a instabilidade no meio sindical e que a utilização das greves selvagens como meio de reivindicação, acompanhadas das subidas salariais sem um padrão definido causem, “*um novo impulso à subida de preços, tornando assim aleatórios os benefícios recebidos pelos trabalhadores.*”²¹⁰.

Reforçando ainda o papel da crise internacional e o seu impacto na economia portuguesa, o PPD destaca o fraco aparelho produtivo português como uma das razões que obriga o país a aumentar as suas importações, desequilibrado a balança comercial nacional, sendo impossível

²⁰⁵ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 14. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²⁰⁶ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²⁰⁷ Machete, Rui (dir.).1974. “Intervenção do Estado na Actividade Económica”. *Povo Livre*, 10 de setembro de 1974, número 5, página 5.

²⁰⁸ Machete, Rui (dir.).1974. “Quem Poupa em Tempos de Inflação”. *Povo Livre*, 24 de setembro de 1974, número 7, página 12.

²⁰⁹ *Ibidem*.

²¹⁰ Alegria, Manuel (dir.).1974. “Desemprego - É Urgente Criar Postos de Trabalho”. *Povo Livre*, 20 de agosto de 1974, número 2, página 8.

que esta situação não se reflita no custo de vida e na inflação²¹¹, levantando também a questão da impreparação para um momento de crise revelado pelo estado em que o antigo regime havia deixado a economia portuguesa. O 25 de abril de 1974 não é então o culpado pelo momento de crise que se apresenta como quase insuperável, mas para o PPD, este, “(...) *até podia ser dadas as oscilações que necessariamente tem de sofrer um País a atravessar um período pós-revolução (...)*”²¹², verificando-se que outro dos motivos da instabilidade é “(...) *uma pesada herança de um regime que enriqueceu alguns para lançar na miséria a quase totalidade dos portugueses.*”²¹³. As medidas essenciais para a resolução dos problemas imediatos do país estavam definidas no ponto de vista do PPD, apesar disso os social-democratas não deixam de apelar à cautela e deixam o aviso, “*As medidas de curto prazo não podem comprometer pelo seu imediatismo o progresso continuado em largo prazo da nossa economia, introduzindo rupturas no sistema produtivo dificilmente reparáveis.*”²¹⁴.

A discussão à entrada de 1975 é marcada pelo agravamento da crise, mantendo-se a posição do PPD, de que as prioridades devem ser o investimento e a manutenção das empresas privadas na posse dos seus proprietários, de modo a reforçar o tecido empresarial português nos planos público e privado²¹⁵, enquanto surge também o Plano Melo Antunes, ao qual os social-democratas decretam o seu apoio, declarando sobre o mesmo, “*Este Programa estabelece as linhas da política económica e social para os próximos três anos, conforme determinado pelo Governo e pelo MFA. Mas constitui também um apelo. Um apelo à iniciativa, ao trabalho, à disciplina e ao sentido de responsabilidade de todos os portugueses.*”²¹⁶.

3.3. O PPD e a Transição para o Socialismo

Os meses que antecedem o 11 de março e o aproximar das eleições, trazem à ordem do dia a denúncia de tentativas de sabotagem económica que condicionem o setor privado e procuram,

²¹¹ Machete, Rui (dir.).1974. “Política Económica de Emergência”. *Povo Livre*, 24 de dezembro de 1974, número 20, página 3.

²¹² Machete, Rui (dir.).1975. “PPD e a Política de Preços”. *Povo Livre*, 13 de fevereiro de 1975, número 27, página 8.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ Machete, Rui (dir.).1974. “Política Económica de Emergência”. *Povo Livre*, 24 de dezembro de 1974, número 20, página 3.

²¹⁵ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 43. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²¹⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Plano Económico de Transição”. *Povo Livre*, 25 de fevereiro de 1975, número 29, página 9.

*“precipitar um conjunto de transformações de grande envergadura antes da realização de eleições para a Assembleia Constituinte.”*²¹⁷. Neste sentido, Alfredo de Sousa é rápido a levantar questões sobre a possível sabotagem e o propósito da mesma, pondo a hipótese de que os culpados desta, seriam também aqueles que apelavam ao adiamento das eleições²¹⁸, associando assim os sabotadores à esfera partidária e deixando o aviso, *“(...) neste domínio da execução do plano ainda corremos o risco de ver muita tentativa de distorção da parte de certas instituições partidariamente controladas.”*²¹⁹.

Os acontecimentos do 11 de março²²⁰ trazem consigo a nacionalização dos bancos e das seguradoras em Portugal, medida que recebe o apoio do PPD, *“Apoiando incondicionalmente o Governo e o MFA os núcleos de bancários do PPD declaram, mais uma vez que estão intransigentemente empenhados na defesa do processo democrático iniciado em 25 de Abril.”*²²¹, que reage aos acontecimentos tentando ultrapassar a intenção das medidas pela esquerda, mostrando-se a favor da verdadeira socialização dos meios de produção de modo a criar uma verdadeira democracia social e económica. O argumento dos social-democratas para contradizer as nacionalizações realizadas ao longo do processo revolucionário e proteger o setor privado baseia-se, na realização de um socialismo verdadeiro que tem como finalidade evitar, *“(...) a simples passagem do sistema de capitalismo privado para o capitalismo de Estado e totalitário.”*²²². De modo a procurar evitar o controlo partidário do PCP e dos seus aliados nos setores nacionalizados as palavras chave do PPD no avanço da via portuguesa para o socialismo são *“nacionalizar não é socializar”*²²³.

A avaliação de Alfredo de Sousa ao decorrido após o 11 de março, realizada a 25 do mesmo mês num artigo que não teve publicação, destaca que tudo o que se cumpriu nas duas semanas que se seguiram ao golpe falhado contrariam a vontade expressa no discurso social-democrata, apesar da sua concordância com a escolha inicial das nacionalizações, *“A nacionalização da*

²¹⁷ Noronha, Ricardo. 2018. *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. Página 151. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

²¹⁸ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 42. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ Noronha, Ricardo. 2018. *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. Páginas 173-189. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

²²¹ Machete, Rui (dir.).1975. “O Sector Bancário do PPD Preconiza: Gestão dos Bancos Pelos Trabalhadores”. *Povo Livre*, 18 de março de 1975, número 32, página 13.

²²² *Ibidem*.

²²³ Machete, Rui (dir.).1975. “A Nacionalização das Companhias de Seguro”. *Povo Livre*, 18 de março de 1975, número 32, página 13.

banca, que reforçou o capitalismo de Estado, retirou poder a uma classe para aumentar o de um grupo.”²²⁴. Com a transferência do poder da classe dominante para o dito grupo, que é identificado com o PCP o MDP-CDE e a sua representação sindical na CGTP²²⁵, esta conquista torna-se um retrocesso para a democratização deste setor e do próprio avanço para o socialismo em Portugal, representando apenas uma vitória para a “esquerda não moderada”²²⁶ na sua tentativa de estabelecer um regime totalitário com a infiltração dos seus membros nas esferas de poder, tanto no meio económico, como no meio político, estando isto expresso na reconfiguração política que se sucede após o 11 de março, com a criação do Conselho da Revolução e a formação do IV Governo Provisório no fim do mês de março.

O avanço do tempo e das nacionalizações por parte do executivo de Vasco Gonçalves fazem com que iniciada a governação do V Governo Provisório, o poder do Estado no tecido produtivo português adquirisse uma escala sem precedente²²⁷, dando um novo rumo à economia portuguesa rumo ao socialismo através de um novo plano concebido por Mário Murteira²²⁸, que como explica Ricardo Noronha, se pode resumir na simbiose dos trabalhadores com o Estado rumo ao socialismo, “*No esforço para reconstruir a economia por via do socialismo, os trabalhadores controlariam o que o Estado coordenaria.*”²²⁹.

Para o PPD, esta solução socialista indicada inicialmente pelo MFA, estaria a ter um resultado indesejado, afastando a classe trabalhadora dos centros de decisão nos locais de trabalho, ao invés de cumprir aquela que seria a sua interpretação da transição para o socialismo, que permitiria a realização plena dos trabalhadores com a socialização dos meios de produção, “(...) *permitindo-se que a gestão das Empresas passasse a estar também «na mão» dos mais interessados- OS TRABALHADORES.*”²³⁰.

O relançamento da economia portuguesa deveria ser feito através da distribuição da riqueza de forma equitativa e equilibrada que promovesse o progresso, ao invés de promover a

²²⁴ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 55. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ Noronha, Ricardo. 2018. *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. 1ª ed. Página 210. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

²²⁸ *Ibidem*, p. 212.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “As Companhias de Seguros Nacionalizadas e a Participação dos Trabalhadores”. *Povo Livre*, 12 de junho de 1975, número 49, página 3.

“miséria”²³¹, que é fomentada pela solução encontrada pelo MFA e o IV Governo Provisório, estando o país perante um reforço da crise na qual se destacam, as greves e ocupações de empresas, que o PPD considera abusivas e realizadas com o propósito premeditado de “(...) *fazer um controlo estatal quando às vezes ao Estado não conviria estar a meter-se antes de gerir o que neste momento controla e de gerir racionalmente.*”²³². Para os social-democratas estes métodos de ação têm como objetivo a destruição do setor privado da economia portuguesa de modo a “*socializar, e nós diríamos de estatizar*”²³³ e a satisfazer vontades políticas, levando Alfredo de Sousa a afirmar, “*Estamos indubitavelmente numa economia de capitalismo de Estado, em que este passou a ser o grande e directo responsável pelo andamento da economia.*”²³⁴.

A análise feita pelo economista do PPD em meados de junho, ao agravamento da crise, que o leva, como vimos, a acusar o executivo de tentar estabelecer um capitalismo de Estado é profunda e detalhada, explorando todos os setores da atividade económica em Portugal. Este evidencia que, à exceção do Plano Melo Antunes, que não se viu aplicado, não existe qualquer anúncio de uma política económica articulada²³⁵. As políticas de rendimento não são uniformes, levando ao aumento de salários de forma desorganizada e que muitas vezes, nas zonas mais urbanas do país, propagam o aumento do custo de vida devido à maior procura de bens. Este aumento do poder de compra coincide ainda com uma “*desaceleração e depois com a baixa de produção.*”²³⁶, que tem como consequência um aumento das importações, e um desequilíbrio ainda maior da balança comercial. Este aumento da dependência de produtos importados coincide também com a dificuldade do escoamento de bens produzido pelas indústrias transformadoras portuguesas.

Verifica-se, a criação da tempestade perfeita para a dependência das reservas por parte da economia portuguesa, sendo que este cenário, “*(...)depressa (...) se tornará insustentável logo que as reservas diminuírem para o limiar indispensável.*”²³⁷. O cenário presente nas empresas portuguesas que revelam uma baixa de produção deve-se à sua má situação financeira e ainda

²³¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Alfredo de Sousa à EN: A Gravidade da Crise Económica Exige Soluções Construtivas Imediatas”. *Povo Livre*, 12 de junho de 1975, número 49, página 16.

²³² *Ibidem*.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 66. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²³⁵ *Ibidem*, p. 63.

²³⁶ *Ibidem*, p. 64.

²³⁷ *Ibidem*, p. 65.

à instabilidade que rodeia as empresas privatizadas, levando à “(...) decapitação de quadros dirigentes e técnicos, através dos saneamentos selvagens, o clima geral de inquietação e de ameaças, e o apetite de nacionalizações”²³⁸, criando situações de grande aflição, nas quais as soluções disponíveis são o endividamento, ou a eventual paralisação e eventual paragem total da atividade nestas empresas devido à sua falência, levando ao despedimento da força de trabalho²³⁹. É perante estas conclusões e o estado crítico da economia portuguesa que o PPD e Alfredo Sousa anunciam, em tom de aviso, no número 53 do *Povo Livre*, datado de 10 de julho de 1975, que, “É urgente uma política sensata e realista que dê efectivamente corpo às justas aspirações contidas no programa do MFA que à sua volta mobilizam então o país.”²⁴⁰. Uma vez que o socialismo anunciado não se está a cumprir, sendo que este não se cumpre através de decretos de lei, insistindo novamente que a nacionalização não corresponde à imediata socialização, “ou confunde-se o verdadeiro socialismo e democrático com ditadura do proletariado?”²⁴¹, apelando a uma solução devidamente planeada para a resolução dos problemas económicos em Portugal.

3.4. O PPD e a Reforma Agrária: Avaliação de uma problemática

A crise afeta também o setor agrícola português, fazendo eclodir a questão da reforma agrária, que se desenvolveu durante o verão de 1975 de uma forma extremamente acelerada, sendo uma das áreas visadas pela transição para o socialismo, dando aos social-democratas ainda mais razões de manifestação nesse período, levando a que estes afirmem diversas vezes que, “A reforma agrária é o maior desafio à nossa capacidade revolucionária, e os interesses de minorias não podem sobrepor-se aos reais interesses do País e das classes mais desfavorecidas, e, a continuarmos a actuar deste modo, ela será um desastre no processo revolucionário e um entrave às conquistas dos trabalhadores agrícolas, dos pequenos e médios agricultores.”²⁴².

²³⁸ *Ibidem*, p. 73.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ Machete, Rui (dir.).1975. “Alfredo de Sousa a Jornalistas Nacionais e Estrangeiros: O Socialismo Só Será Aceite Pelo Povo se Consistir na Repartição de Riqueza Crescente e Não na Igualização de Todos na Miséria”. *Povo Livre*, 10 de julho de 1975, número 53, página 4.

²⁴¹ *Ibidem*.

²⁴² Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Nacional Constituinte”. *Povo Livre*, 6 de agosto de 1975, número 57, página 11.

De maneira a compreender este fenómeno é essencial perceber a avaliação que o PPD faz da situação das sociedades rurais na fase inicial da Revolução, e o percurso que torna esta área da economia portuguesa num ponto de disputa tão importante. Para os social-democratas, os pontos chave que causam o atraso do setor agrícola em Portugal são o problema da propriedade, ou seja, uma má distribuição dos terrenos agrícolas e o aproveitamento desses mesmos terrenos. Acompanhando estas questões existe, aos olhos do PPD, também um problema associado ao cooperativismo, *“O movimento cooperativo na agricultura portuguesa incide ainda neste momento, como é sobejamente conhecido, sobre um conjunto muito restrito da população agrícola e alcança baixos índices de penetração sectoriais (...)”*²⁴³. São estes os três problemas chave neste setor da economia, que se urge resolver durante a Revolução.

Uma das primeiras menções por parte do PPD à efetivação da Reforma Agrária é o artigo *“Ocupações Indiscriminadas nos Distritos de Beja e Évora”*²⁴⁴, publicado no *Povo Livre* a 12 de junho de 1975. Como indica o próprio título, este artigo destina-se a denunciar a ocupação de terrenos agrícolas no Alentejo. Esta manifestação de desagrado em relação às ocupações baseia-se na sua vontade de ver a Reforma Agrária realizada de forma ordeira e definida pelo executivo, ao invés de ser feita através do poder popular e da ocupação de terras. Esta vontade não exclui a transferência da propriedade dos grandes proprietários para os pequenos e médios agricultores²⁴⁵, mas afirmam que esta teria de ser feita de acordo com a lei e um plano de reforma estabelecido pelos decisores políticos do país, e o PPD esclarece, *“O desenvolvimento do processo da Reforma Agrária, cujos verdadeiros beneficiários têm de ser os assalariados agrícolas e os pequenos e médios agricultores, pode ser efectivamente prejudicado por ocupações desordenadas de terras ou outras iniciativas similares, que pode pôr em perigo o próprio processo revolucionário em que todos devem estar verdadeiramente empenhados.”*²⁴⁶. Os comportamentos denunciados pelos social-democratas verificam-se desde a publicação do Decreto de Lei n.º203-C/75²⁴⁷ no dia 15 de abril de 1975, que definia as medidas dos terrenos

²⁴³ Machete, Rui (dir.).1974. “Os Problemas Agrários do País”. *Povo Livre*, 10 de outubro de 1974, número 10, página 4.

²⁴⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “Ocupações Indiscriminadas nos Distritos de Beja e Évora”. *Povo Livre*, 12 de junho de 1975, número 49, página 14.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ *Ibidem*.

²⁴⁷ Ministério Para o Planeamento e Coordenação Económica. 1975. "Decreto-Lei n.º203-C/75". *Diário do Governo* 1ª série, 88 (abril), 21-27. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/183/2009/08/10/p/dre/pt/html>.

que deveriam ser nacionalizados²⁴⁸, levando à precipitação da sua ocupação pelas populações locais.

Estes apelos verificam-se na própria Assembleia Constituinte, na qual o Grupo Parlamentar do PPD apela ao bom senso e à calma no processo de reforma da agricultura em Portugal, relembrando que a maioria das reformulações da agricultura noutros países obtiveram o seu sucesso, ao ter em conta a sensibilidade do setor e do seu tecido social, tendo o seu maior benefício sido o facto de estas serem, “*lentas e prudentes*”. A pressa teria que ser tida na elaboração de um plano adequado à reformulação da vida económica neste setor e para este seria necessário, “*o acompanhamento da indispensável assistência técnica e financeira*.”²⁴⁹. Para que tal plano fosse criado e tivesse o apoio para a sua realização os social-democratas consideram imperativo que, “*se ponha termo às ocupações selvagens de terras e propriedades e às usurpações de competências que se têm verificado*.”²⁵⁰, só assim estariam reunidas as condições para a implementação de um projeto de reforma agrária que agradasse aos partidários da social-democracia.

Finalmente, cabe ainda dar a entender quais são os perigos identificados pelo PPD na Reforma Agrária que se encontra em andamento durante o Verão Quente. Estes são apresentados em S. Bento numa intervenção de Joaquim Lourenço, publicada no *Povo Livre*, na qual este caracteriza as ações de ocupação como perigosas para o setor agrícola, sendo que afetam a “ética”²⁵¹ do processo da reforma, desacreditando a mesma devido à possível, “*ineficácia económica ou desarticulação do aparelho produtivo, com a inevitável quebra de produção a curto prazo*”²⁵². O deputado social-democrata acaba também por dar a entender que tais ações podem adquirir o cariz de uma verdadeira sabotagem se durante a sua realização causarem a, “*desmobilização de vasto conjunto de trabalhadores, por estes não terem tido oportunidade de participar num processo definido e acessível para todos os interessados*.”²⁵³.

O avanço da Reforma Agrária no plano da via socialista desagradava ao PPD, uma vez que este mantém a posição de que, “*A «colectivização dos meios» de produção tem historicamente esse*

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ Machete, Rui (dir.).1975. “Alfredo de Sousa a Jornalistas Nacionais e Estrangeiros: O Socialismo Só Será Aceite Pelo Povo Se Consistir na Repartição de Riqueza Crescente e Não Na Igualização de Todos na Miséria”. *Povo Livre*, 12 de julho de 1975, número 53, página 5.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 73.

²⁵¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 18 de setembro de 1975, número 62, página 11.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ *Ibidem*.

sentido que rejeitamos: o da colectivização da propriedade que conduz à colectivização da vida social e à perda de liberdade.”²⁵⁴. Para os partidários da social-democracia, estas medidas não representam medidas socialistas, justificando essa rejeição com a ideia de que não se pode confundir, “os meios com os fins e sabemos que uma vez instalada uma nova classe no poder ou um ramo de poder ela tende a preservá-lo e com ele os privilégios que conquistou.”²⁵⁵. Os social-democratas demonstram a sua insatisfação com as opções escolhidas e com a forma como as expropriações são efetivadas, argumentando que estas, “Favorecem ainda a acção de muitos oportunistas, mas também fazem diminuir a confiança das populações nos órgãos de poder político, quando vêem essas acções a ser conduzidas e exploradas por minorias políticas.”²⁵⁶, não havendo nelas qualquer benefício para aqueles que eram donos das terras ocupadas em 1975, levando Alfredo de Sousa a concluir que neste cenário, “(...) não deve haver beneficiários exclusivos.”²⁵⁷. A prioridade do PPD neste cenário seria a de “travar a ofensiva contra a propriedade privada”²⁵⁸, e para atingir esse mesmo propósito era necessária a, “limitação dos poderes das Comissões de Trabalhadores e Sindicais”²⁵⁹.

3.5. A Economia na vigência do VI Governo Provisório

O final do verão de 1975 traz consigo o já abordado isolamento político de Vasco Gonçalves e o fim do V Governo Provisório, dando origem a um clima de maior moderação na esfera governativa com a entrada em exercício do VI Governo Provisório, liderado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo e com representação das forças partidárias com maior relevo no plano eleitoral, o PS e o PPD, estando no sentido contrário, a representação do PCP e do MDP-CDE.

Para este executivo, “O controlo e estabilização da situação económica foi uma das prioridades mais evidentes (...)”²⁶⁰, tendo como prioridade imediata, “inverter diversas decisões tomadas ao longo dos meses anteriores”²⁶¹. Esta moderação no setor governativo

²⁵⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 30 de outubro de 1975, número 68, página 9.

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 68. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 69.

²⁵⁸ Noronha, Ricardo. 2018. *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. 1ª ed. Página 286. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 212.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 318.

²⁶¹ *Ibidem*.

permite também a Portugal regressar, “*gradualmente à sua inserção tradicional na esfera da economia europeia e atlântica*”²⁶², possibilitando a entrada de empréstimos vindos da CEE e dos EUA. Estas medidas são tomadas como forma de tentar estabilizar a situação precária na economia portuguesa, de forma a contrariar a tendência que se verificava durante todo o processo revolucionário, apesar disso, o cenário de crise mantém-se ao longo deste período.

Do ponto de vista do PPD, a formação do novo executivo representa um sucesso político, que o partido espera ver refletido na economia, e Alfredo de Sousa cria a noção de que os social-democratas e o próprio povo português olham para este novo passo no processo revolucionário como o despertar de uma renovada esperança, que se reflete ao ter em conta “*A situação catastrófica, tanto política como económica, a que chegamos*”²⁶³.

O economista e o próprio partido fazem então uma avaliação do estado da economia ao longo dos últimos meses de 1975, dando a conhecer os motivos de permanência da crise e criando expectativas para que esta seja ultrapassada o mais rápido possível, alimentando as mesmas com a confiança de que a, “*autoridade se restabeleça e que a vida política se encaminhe para a democracia política que tanto se fala*”²⁶⁴.

Verifica-se neste período um grande número de desempregados, cerca de 340 mil²⁶⁵, um aumento de prejuízos nas empresas nacionalizadas e no setor bancário, a continuação da inflação e a dificuldade na exportação dos produtos produzidos em território nacional devido à desconfiança dos investidores estrangeiros, gerada pelo estado de conflito nas empresas transformadoras que se verificou durante todo o verão e se transportou para os meses seguintes, “*Num país em indisciplina ninguém nos encomenda nada. E não nos encomenda nada porque não tem confiança em que as encomendas sejam satisfeitas.*”²⁶⁶. A questão das empresas nacionalizadas continua a ser uma das mais importantes questões que se levantam. Nesse aspeto a posição do PPD permanece a mesma que havia estabelecido desde o 11 de março, “*Defendemos a irreversibilidade das nacionalizações nos sectores fundamentais ou básicos e não, necessariamente das mil e uma pequena empresa nacionalizada reflexamente.*”²⁶⁷,

²⁶² *Ibidem*, p. 321.

²⁶³ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 183. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 185.

²⁶⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Artur Santos Silva ao “PL” - Existe um Plano Concreto Para Provocar a Desagregação da Economia Portuguesa”. *Povo Livre*, 30 de outubro de 1975, número 70, página 11.

²⁶⁷ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Constituinte”. *Povo Livre*, 6 de novembro de 1975, número 69, página 8.

acrescentando ainda que grande parte destas pequenas empresas nacionalizadas parecem não recolher qualquer atenção por parte do Estado apesar do seu estado deficitário.

O ponto final antes do 25 de novembro de 1975, no que diz respeito à crise económica, é deixado por Alfredo de Sousa num artigo escrito a 23 de novembro, no qual este demonstra que apesar da governação do VI Governo Provisório, o estado da economia portuguesa não parece demonstrar melhorias significativas. Isto reflete-se na continuada queda do PIB, no continuado aumento do desemprego apesar do aumento dos salários da população empregada, alertando para um, *“mau sintoma da profunda distorção da nossa economia”*²⁶⁸. Destaca-se ainda a falta de investimento apesar do continuado aumento do consumo, sendo esta uma situação que o economista classifica como sabotagem económica²⁶⁹, sublinhando que o panorama da economia nacional levaria a que o país estivesse *“obrigado a vivermos à custa das reservas de ouro e de divisas de que dispúnhamos”*²⁷⁰.

Esta situação de crise sem a previsão de um fim deve-se, para Alfredo de Sousa à *“desagregação do poder democrático, do poder institucional”*²⁷¹, impossibilitando o cumprimento de qualquer plano económico, perante *“os projectos mais delirantes, onde ambições partidárias e pessoas se disfarçam numa linguagem «revolucionaríssima»”*²⁷², reclamando para as “forças democráticas” a tarefa de pôr em prática um plano de recuperação económica o mais rápido possível, uma vez que o tempo necessário para o fazer, *“esgota-se progressiva e suicidariamente com cada dia que passa”*²⁷³.

3.6. As Soluções do PPD para a Economia Portuguesa

Estabelecido o percurso da economia portuguesa e da sua crise, resta apresentar as ideias do PPD para o setor no contexto revolucionário, sendo que estas se alteram com a evolução da Revolução e a sua divulgação é feita através de diferentes meios, partindo de comunicados, comícios, propaganda política como o *Povo Livre* e finalmente os discursos na Assembleia Constituinte. A análise partirá do plano geral dos social-democratas para a economia,

²⁶⁸ Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 192. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 196.

²⁷² *Ibidem*, p. 197.

²⁷³ *Ibidem*.

abordando em seguida o modelo desejado na gestão das empresas e, finalmente, explorando as soluções para a Reforma Agrária.

O primeiro esboço de um plano concreto apresentado no *Povo Livre* surge na sua primeira edição, com o título “*A Economia Portuguesa com o PPD no Poder*”²⁷⁴, apresentando-se como um programa de estruturação da economia como um todo, assumindo a ideia base de que o seu estabelecimento, “*só tem sentido quando enquadrado num projecto global de sociedade*”²⁷⁵, propondo ser a base de um socialismo humanista e democrático, criando uma sociedade onde, “*cada cidadão se sinta livre e onde tenha desaparecido toda a inequidade social.*”²⁷⁶. Dois pontos chave apresentados antes de elaborar sobre medidas específicas para a economia portuguesa são, o papel da criação de riqueza material no estabelecimento da sociedade, uma vez que este deve ser utilizado na tarefa da libertação do “Homem”²⁷⁷ e a subjugação do poder económico a um, “*poder político democraticamente constituído, de forma a responder aos profundos desejos e interesses colectivos expressos pelo voto dos cidadãos.*”²⁷⁸. A realização deste depende também de uma noção histórica do passado do país e da herança trazida do Estado Novo, não sendo necessária uma replicação de modelos económicos importados, de modo a dar origem a uma solução original num processo democrático e antitotalitário²⁷⁹.

As linhas gerais deste plano supõem a forte presença do Estado na vida económica, com a promoção da “livre iniciativa”²⁸⁰, desde que esta seja tomada para o interesse coletivo e para a realização pessoal, tudo isto sem que se recorra a, “*posições doutrinárias extremas e simplistas*”, como a limitação absoluta da propriedade privada e a criação de um Estado Patrão que contenha em si toda a propriedade.

Passando então a elencar alguns dos pontos chave do plano apresentado, este destaca como prioridades no campo da Política Económica e Social:

- *Formação do capital humano de cada cidadão*
- *Incentivação das organizações cooperativas*
- *Integrar-nos no movimento de unificação europeia*

²⁷⁴ Alegria, Manuel (dir.).1974. “A Economia Portuguesa com o PPD no Poder”. *Povo Livre*, 20 de agosto de 1974, número 1, páginas 1-6.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 1.

²⁷⁶ *Ibidem*.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 6.

²⁸⁰ *Ibidem*.

- *A segurança social deverá ser reorganizada num sistema único que cubra o conjunto da população portuguesa*
- *A reestruturação dos serviços de saúde deve passar pela criação de um serviço nacional de saúde*
- *(...) direito de encontrar no seu país um trabalho digno e justamente remunerado*
- *(...) é urgente a criação de um seguro de desemprego abrangendo todos os profissionais e os pequenos empresários por conta própria*
- *(...) fiscalidade severa e progressiva sobre altos rendimentos, sobre ganhos de mais-valia e sobre consumos de luxo.*
- *(...) criação de um dossier fiscal para cada cidadão maior de idade, onde se consigne todo o seu rendimento global, submetendo este a um imposto único progressivo.*
- *Aumento progressivo mas rápido da participação do trabalho no rendimento nacional e garantia de um salário mínimo*
- *(...) é necessário que a riqueza nacional seja mais equitativamente repartida através da distribuição de partes de capital aos trabalhadores, através de emissões de acções de pequeno valor nominal(...) e através de impostos sobre as heranças e doações que impeçam a concentração de riqueza nas mãos de uns poucos*
- *(...) elevação do ritmo de crescimento do investimento em todos os domínios*
- *(...) racionalização dos circuitos de produção, a fim de melhor satisfazer o consumidor e diminuir o diferencial entre o preço pago ao produtor e o preço pago pelo consumidor.*
- *Desenvolvimento da investigação tecnológica*
- *Apoio e desenvolvimento das pequenas e médias empresas*
- *Lançamento de uma efectiva política de construção de habitações sociais.*
- *(...) socializar os solos urbanos e suburbanos susceptíveis de edificação.*
- *(...) acolher criteriosamente investimentos estrangeiros²⁸¹*

Com o passar do tempo e o agravamento da crise económica o PPD propõe, em dezembro de 1974 uma, *Política Económica de Emergência*²⁸², abordando especificamente os problemas da economia em Portugal após uma “consideração atenta dos principais problemas auscultados pelos nossos militantes no seu contacto directo directo e diário com os trabalhadores com as

²⁸¹ *Ibidem.*

²⁸² Machete, Rui (dir.).1974. “Política Económica de Emergência”. *Povo Livre*, 24 de dezembro de 1974, número 20, páginas 3-14.

realidades do País.”²⁸³. Assinala-se, a necessidade de o país “*produzir mais para se distribuir mais e melhor, e se compensarem as perdas anteriores*”²⁸⁴, e para que isso seja possível é imperioso investir com poupanças acumuladas através da exclusão de gastos desnecessários. Em suma, “*a política económica deve realisticamente tentar evitar a conjugação explosiva do desemprego e da inflação. (...) deve criar novos empregos e assegurar remunerações condignas, mobilizando todos os recursos disponíveis.*”²⁸⁵. Esta solução de emergência surge depois da análise do Programa do MFA dentro da conjuntura económica no momento em que é publicada.

Apesar de já mencionado, o Plano Melo Antunes, ou Plano de Transição Económica, merece também atenção neste plano, de modo a entender quais são as medidas mais destacadas pelo PPD para a sua efetivação e sucesso. Os social-democratas escolhem sublinhar dentro deste plano, a possibilidade de desbloquear todo o potencial da economia nacional, adquirido com a realização do 25 de abril de 1974 e a revolução que se segue, estes denotam que, “*os povos só progridem produzindo e trabalhando mais como de que existe uma ordem democrática (...)*”²⁸⁶, aproveitando-se da mesma para gerar um clima de entusiasmo e confiança na construção do futuro. O plano inclui em si uma clara “*via socializante*”²⁸⁷, pretendendo construir uma sociedade antimonopolista ao mesmo tempo que adverte para a capacidade de gestão por parte do Estado, que “*é ainda muito limitada*”²⁸⁸, não sendo o objetivo, “*a passagem de um capitalismo privado para um capitalismo de Estado burocratizado*”²⁸⁹. Em resumo, Alfredo de Sousa explica que com o Plano Melo Antunes se pretende, “*através de reformas de estruturas, arrancar decididamente para a construção de um país novo, de construirmos com as nossas próprias mãos a democracia política, a democracia económica e a democracia social.*”²⁹⁰

No seguimento do 11 de março e perante o verão de 1975, é o economista do PPD que aponta o caminho a ser seguido, apelando à contenção no que toca a restrições, admitindo mesmo assim, “*É evidente que vai ser preciso fazer restrições nomeadamente nos consumos*

²⁸³ *Ibidem*, p. 14.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 3.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 10.

²⁸⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Plano Económico de Transição”. *Povo Livre*, 25 de fevereiro de 1975, número 29, página 8.

²⁸⁷ *Ibidem*.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 9.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ *Ibidem*.

sumptuários, mas não nos podemos limitar a fazer essas restrições.”²⁹¹. Este elenca algumas das propostas que acha relevantes para o sucesso da recuperação económica em Portugal, alertando que estas são de, “aplicação urgente”²⁹². Debruçando-se sobre o investimento de que o país carece, denota que de modo a atrair investimento, “*é imprescindível a definição clara do sector estatal e do sector privado, quais as regras, limites e garantias e direitos dos investidores privados e estrangeiros.*”²⁹³. Segue-se o tema mais abordado neste período da revolução, a questão das nacionalizações, no qual Alfredo de Sousa apresenta uma solução que não é consensual ao alegar, “*Parece prudente parar as nacionalizações (...) até que se estruture a nova gestão das empresas estatizadas*”²⁹⁴. Para este, é também necessário encontrar uma forma de controlar a inflação, a subida descontrolada dos salários e a política de emprego, deste modo pretende, “*Estabelecer uma cuidada política de rendimentos não só quanto a lucros quanto a salários.*”²⁹⁵.

Às portas do 25 de novembro e sobre a governação do VI Governo Provisório, cabe também a Alfredo de Sousa definir as linhas gerais a sugerir para a contenção da crise. Nestas estão expressas medidas como, uma política de impostos sobre “*os rendimentos de qualquer tipo a partir de um nível equivalente ao do bloqueamento de salários.*”²⁹⁶, o congelamento de salários a partir de certo nível e a suspensão da contratação coletiva à exceção dos “*salários, pensões e reformas mínimos*”²⁹⁷. A reativação do mercado financeiro e a indemnização dos “*pequenos e médios accionistas das empresas nacionalizadas, mediante títulos*”²⁹⁸, de modo a trazer liquidez ao sistema é também uma prioridade, devendo-se ainda, “*Impor limites de endividamento às empresas nacionalizadas e as controladas pelo Estado*”²⁹⁹ de modo a responsabilizar quem gere este setor. Escrutinar de forma mais cuidada os gastos da administração pública³⁰⁰, favorecer a exportação de produtos nacionais através da isenção de impostos³⁰¹ e providenciar assistência social aos emigrantes ao mesmo tempo que se deve

²⁹¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Alfredo de Sousa à EN: A Gravidade da Crise Económica Exige Soluções Construtivas Imediatas”. *Povo Livre*, 12 de junho de 1975, número 49, página 16.

²⁹² Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Página 92. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

²⁹³ *Ibidem*, p. 89.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 90.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 92.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 194.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 195.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ *Ibidem*.

“promover a emigração dos nossos desempregados para países amigos”³⁰², são outras das medidas concebidas para relançar a economia portuguesa.

Francisco Sá Carneiro elabora também um conjunto de ideias, num plano mais abrangente, explorado na entrevista que dá ao jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, estando esta publicada no número 72 do *Povo Livre*³⁰³. O Secretário-Geral do PPD é peremptório ao dizer que acha pertinente a criação de “uma espécie de plano Marshall para Portugal.”³⁰⁴, mas apenas mediante a consulta da classe política portuguesa e do MFA por parte dos governos Europeus. Este adverte também para a iminente “bancarrota até ao fim do ano”³⁰⁵, sugerindo como forma de prevenir a mesma, dar a, “possibilidade aos trabalhadores uma participação responsável nos centros de decisão”³⁰⁶.

3.7. O PPD e a Gestão Empresarial

A questão da participação dos trabalhadores na gestão dos locais de trabalho é uma das bandeiras do PPD durante todo o processo revolucionário. Esta funciona de duas formas para os social-democratas, na medida em que ao mesmo tempo que se afigura como uma forma de promover o socialismo através de um certo controlo operário, funciona também como uma espécie de tampão para o avanço da socialização dos meios de produção. Para explicar este fenómeno é importante analisar em que momentos é proposto este modelo e em que moldes ocorre essa proposta.

Ao abordar a questão do funcionamento interno das empresas portuguesas, o PPD opõe a ideia da empresa de tipo capitalista, na qual, “o direito de direcção e os poderes se baseiam na propriedade”³⁰⁷ à noção de uma empresa do futuro, ou seja, uma empresa na qual estes direitos sejam concedidos às, “pessoas que a ela dão o seu esforço e trabalho.”³⁰⁸. Esta deve ser desenvolvida como meio de produção comum, no qual, “O fruto do trabalho em comum deve

³⁰² *Ibidem*, p. 196.

³⁰³ Machete, Rui (dir.).1975. “Sá Carneiro Receia a Bancarrota Até ao Fim do Ano (in *Frankfurter Allgemeine Zeitung*)”. *Povo Livre*, 4 de dezembro de 1975, número 72, página 16.

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ Machete, Rui (dir.).1974. “A Empresa e a Linha Social-Democrata”. *Povo Livre*, 15 de outubro de 1974, número 10, página 12.

³⁰⁸ *Ibidem*.

beneficiar todos os que participam e colaboram”³⁰⁹. Os social-democratas procuram chegar a este funcionamento das empresas através da “*co-propriedade, a co-gestão e a co-decisão*”³¹⁰, de modo a evitar a mercantilização do trabalhador, procurando dar origem a uma, “*unidade de trabalho e colaboração entre pessoas livres e responsáveis*”³¹¹. A implementação deste sistema deve começar com a introdução da, “*co-gestão nas empresas públicas ou onde o Estado detenha a maioria do capital*”³¹², com o objetivo final de alargamento a todo o setor empresarial.

A implementação deste modelo de gestão empresarial ganha um relevo maior após o 11 de março e a vaga de nacionalizações que se segue. A co-gestão serve como contraponto à tomada das empresas pelo Estado e a sua direção das mesmas, uma vez que o PPD alega que é através da mesma que esta tem, “*um sentido pedagógico na certeza de preparar os trabalhadores para as grandes responsabilidades finais que lhes cabem numa sociedade socialista.*”³¹³, integrando esta política na lógica da transição socialista enquanto a encara como uma transferência de poder do Estado, ou do patrão para os trabalhadores de forma progressiva. Para os social-democratas a co-gestão significa:

- *a via mais eficaz para a construção duma democracia económica*
- *a garantia duma economia de serviço*
- *a certeza dum progresso económico para Portugal*
- *a garantia da segurança de emprego para todo o trabalhador*
- *a via que leva o trabalhador a encontrar no local de trabalho a forma de realização pessoal*
- *o caminho que conduz à libertação da classe trabalhadora*
- *a forma realista de acabar com explorados e exploradores, isto é, de acabar com a exploração do homem pelo homem*
- *é a forma que leva os trabalhadores a utilizarem o capital como instrumento de produção*
- *é a forma de implantar o verdadeiro socialismo democrático em Portugal*³¹⁴

³⁰⁹ *Ibidem.*

³¹⁰ *Ibidem.*

³¹¹ *Ibidem.*

³¹² *Ibidem.*

³¹³ Machete, Rui (dir.).1975. “Os Trabalhadores e os Meios de Produção”. *Povo Livre*, 2 de julho de 1975, número 52, página 10.

³¹⁴ *Ibidem.*

Esta interpretação do sistema de co-gestão pretende afastar a noção de que o mesmo representa a cumplicidade do trabalhador para com o patrão, aderindo a formas de neo-capitalismo, neutralizando o poder de reivindicação da classe trabalhadora e funcionando como alienação dos trabalhadores para com os meios de produção. A co-gestão pretende dar acesso à gestão da empresa por parte dos trabalhadores com, *“comissões de trabalhadores, democraticamente eleitos que têm a missão de intervir na gestão do negócio da empresa desde da função pessoal, passando pela organização do trabalho até aos Serviços financeiros da própria empresa.”*³¹⁵.

Esta interpretação da co-gestão como forma de socialização progressiva das empresas é essencial para o discurso do PPD no olho do furacão da crise económica e na onda de nacionalizações, ficando estabelecida a necessidade de que este socialismo democrático defendido pelo partido se implemente, pois, na sua opinião esta é a única forma de, projetar um futuro no qual, *“os trabalhadores deixarão de ser explorados e alienados. Se assim não for «novos Patrões» substituirão os antigos, transformando a apregoada originalidade da Revolução Portuguesa em mero «slogan».”*³¹⁶. A limitação da utilização deste método de funcionamento dos meios de produção a empresas nacionalizadas tem também como propósito a sua contenção e respetiva proteção das empresas de capital privado, pelo menos enquanto estas não se encontrem abrangidas pelas nacionalizações.

3.8. O PPD e a Reforma Agrária: Medidas a ser Implementadas

No que toca à questão da Reforma Agrária e ao solucionamento dos problemas apresentados pela mesma, o PPD apresenta desde cedo diagnósticos da situação no mundo rural e soluções para a implementação de uma reestruturação do setor agrícola, adaptando as mesmas consoante o progresso das ocupações e a sistematização das Unidades Coletivas de Produção no decorrer do processo revolucionário.

Da mesma forma que os social-democratas apresentam um projeto destinado a solucionar os problemas económicos mais generalizados, é apresentado um esboço do projeto do PPD para uma Reforma Agrária a implementar durante a Revolução. Este pretende integrar o desenvolvimento da agricultura numa estratégia global de desenvolvimento, com o objetivo

³¹⁵ *Ibidem*.

³¹⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Reforma da Empresa”. *Povo Livre*, 30 de julho de 1975, número 56, página 6.

primário de, *"promover o desenvolvimento dos cidadãos do mundo rural de forma a atingirem a mesma qualidade e o mesmo nível de vida desfrutados no mundo urbano."*³¹⁷, de modo a eliminar as disparidades encontradas entre estas duas realidades.

O conceito de Reforma Agrária para o PPD caracteriza-se pelas transformações desejadas, nomeadamente a, *"reestruturação das amplas empresas cooperativas, políticas de crédito e seguros, reestruturação da investigação e da formação profissional, e ordenamento do meio rural."*³¹⁸. Estas pretendem, acima de tudo, configurar-se como mudanças estruturais de grande amplitude dentro do setor. Quanto à propriedade agrícola, os social-democratas optam por garantir o *"direito à propriedade privada enquanto instrumento da iniciativa e da realização pessoal de quem trabalha, e o predomínio dos interesses públicos sobre os privados."*³¹⁹, de modo a otimizar a utilização dos solos, regendo a propriedade através do primado do direito de exploração através de uma fiscalização estatal, que traria consigo *"ações no domínio do sistema tributário, promulgado de um adequado estatuto, de arrendamento (renda justa, indemnização de benfeitorias, proibição de subarrendamento, etc.) exercício do direito de opção no mercado fundiário, eliminações de situações de sub-utilização do solo, através da sua apropriação."*³²⁰.

A política do PPD pretende incentivar o cooperativismo como método ideal de organização empresarial no meio rural, estabelecendo como padrão, a *"empresa familiar económica e socialmente viável, inserida frequentemente num quadro de exploração intensiva e com respeito pelas normas do equilíbrio ecológico."*³²¹, integrando verticalmente as unidades de produção de modo a realizar os objetivos da *"industrialização e comercialização dos produtos da terra."*³²².

As propostas que se seguem durante os últimos meses de 1974 incidem especialmente sobre o fortalecimento do cooperativismo em Portugal, dando a conhecer a forma de organização cooperativa desejada pelos social-democratas. Esta deve articular-se com todo o tipo de instituições, independentemente do seu cariz, sendo que é dada uma maior relevância às relações com o *"Serviços de Vulgarização e de Formação Profissional e com o Sindicalismo*

³¹⁷ Alegria, Manuel (dir.). 1974. "As Sociedades Rurais Vistas pelo PPD". *Povo Livre*, 20 de agosto de 1974, número 2, página 1.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 7.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ *Ibidem*.

³²¹ *Ibidem*.

³²² *Ibidem*.

Agrário.”³²³. O plano de desenvolvimento do cooperativismo português elaborado pelo PPD divide-se então em três graus, com o objetivo de transformar os diferentes níveis das cooperativas:

- 1º grau (nível local) - preferência à cooperativa polivalente sobre a cooperativa especializada;
- 2º grau (nível regional) - constituição de unidades, (uniões) preferentemente especializadas, que sejam competitivas e devidamente integradas com os sectores exteriores à agricultura;
- 3º grau (nível nacional)- criação de um centro de coordenação e dinamização de toda a organização cooperativa (Instituto Nacional de Cooperação Agrícola), com os objetivos fundamentais dirigidos à fiscalização contabilística e de aplicação dos dinheiros públicos e à formação dos cooperadores.³²⁴

Segue-se a distinção dos diferentes tipos de cooperativismo que merecem atenção na execução da política agrária que se pretende descentralizada e ativamente participada. Estes são o Cooperativismo de Produção, desenvolvendo-se neste “a experiência já existente de «agricultura de grupo», experiência que apesar de todos os defeitos se supõe válida como ponto de partida.”³²⁵, enquanto se age de modo a democratizar a mesma. Segue-se o Cooperativismo de Transformação, pretendendo a formação de um novo tipo de “unidade cooperativa bem implantadas e dimensionadas, aptas a competir com as empresas de fim lucrativo”³²⁶, este tipo de cooperativa destina-se às indústrias com mais peso no setor agrícola, como a vinicultura e a indústria dos laticínios, pretendendo incluir os produtores nos circuitos de comercialização, dando-lhes poder num meio do qual se encontram excluídos.

O Cooperativismo Florestal estabelece-se devido à “vocaçāo florestal de grande parte do território nacional.”³²⁷, permitindo o envolvimento das cooperativas na, “comercialização seja na nacionalização da exploração da actividade florestal privada nas regiões mini-fundiários.”³²⁸, dando a uma parte da propriedade que está tremendamente dividida um propósito. O Cooperativismo de Crédito e Seguros é o último apontado pelo PPD, tendo este

³²³ Machete, Rui (dir.).1974. “Os Problemas Agrários do País”. *Povo Livre*, 15 de outubro de 1974, número 10, página 4.

³²⁴ *Ibidem*.

³²⁵ *Ibidem*.

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ *Ibidem*.

³²⁸ *Ibidem*.

como foco a criação de cooperativas de crédito, convertendo assim as caixas de crédito agrícola, de modo a modernizar um sistema de crédito que é, *“potentemente obsoleto e distorcido.”*³²⁹ e ainda a *“dinamização das mútuas existentes seja pela criação de secções de seguro nas cooperativas”*³³⁰, de modo a desenvolver a modalidade cooperativa de seguros, com enfoque no gado.

O surgimento da lei do arrendamento rural, estabelecida no Decreto de Lei 547/74, publicada a 22 de outubro de 1974, suscita por parte do PPD várias sugestões de alteração, verificando-se entre estas:

*Indexação das rendas (...) o Ajustamento do estatuto dos cultivadores directos à definição da empresa familiar, económica e socialmente viável, tal como se encontra numa agricultura europeia, o Congelamento das rendas com base nos montantes pagos em 1973, de modo a evitar os aumentos, de facto, nas rendas pagas em dinheiro, equivalentes a quantidades determinadas de géneros, que, sem isso, aumentariam na realidade, acompanhando os aumentos dos preços desses mesmos géneros e a Definição do limite máximo de área que um empresário poderá arrendar, de modo a evitar por essa via, a exploração capitalista de um instrumento legal de carácter progressista.*³³¹

Numa das últimas intervenções sobre a Reforma Agrária no *Povo Livre*, antes do 11 de março, publicada no dia 4 de fevereiro de 1975, é abordada a questão dos baldios e da propriedade agrícola subarrendada. O PPD expressa o desejo incluir na sua Reforma Agrária uma medida que *“cortará pela raiz esta situação anómala, acabando com os intermediários pelo que todos os sub-rendeiro passam automaticamente a rendeiros.”*³³². Quanto aos baldios, para além de os considerar condenáveis, o partido pretende que estes sejam, *“(...) entregues a Comissões de trabalhadores para que deles tirem o melhor aproveitamento. Este um ponto que se espera não vir a sofrer alterações. Ligada com esta questão, está o da necessidade das terras incultas ou subaproveitadas serem entregues a quem efectivamente nelas trabalha.”*³³³, pretendendo assim a resolução de duas das questões mais relevantes no plano do arrendamento rural.

As ocupações que se verificam no verão de 1975, como consequência do golpe falhado a 11 de março, trazem consigo uma mudança de discurso por parte do PPD. Num primeiro momento,

³²⁹ *Ibidem.*

³³⁰ *Ibidem.*

³³¹ *Ibidem*, pp. 4-6.

³³² Machete, Rui (dir.).1974. “Reforma Agrária”. *Povo Livre*, 22 de outubro de 1974, número 26, página 4.

³³³ *Ibidem.*

a retórica dos social-democratas deixa de ser uma sugestão de medidas a implementar faseadamente e passa a um discurso de apelo à contenção imediata dos exageros revolucionários que as ocupações e a formação de UCP representam do ponto de vista do PPD. É necessária a ordem para que a Reforma Agrária se cumpra de forma efetiva e completa pois o único objetivo que esta deve ter é o de que, *“Portugal deixe de ser o País pobre e subdesenvolvido que o fascismo nos legou, para ser um País livre, próspero e feliz, onde ser habitante do mundo rural não implique necessariamente viver em condições infrahumanas.”*³³⁴.

A realização de denúncias constantes e exigência do fim das ocupações de forma a proteger a legalidade no clima revolucionário torna-se prioritária, como se vê em vários artigos publicados ao longo dos últimos seis meses de 1975. A postura adotada pelo PPD reflete-se em declarações como, *“A não ser posto termo imediatamente à invasão e ocupação de propriedades temos sérias dúvidas se as medidas a realizar estruturalmente em resposta à execução da Reforma Agrária serão exequíveis em tempo útil.”*³³⁵, alegando que a própria viabilidade da agricultura portuguesa está em causa devido às medidas tomadas pelos populares apoiados pela extrema esquerda, a esquerda militar e várias vezes o PCP.

A argumentação dos social-democratas alicerça-se ainda na crença de que os verdadeiros derrotados nesta situação são os próprios agricultores, ao alegar que as ações de agentes representativos de uma minoria, *“não podem sobrepor-se aos reais interesses do País e das classes mais desfavorecidas, e, a continuarmos a actuar deste modo, ela será um desastre no processo revolucionário e um entrave às conquistas dos trabalhadores agrícolas, dos pequenos e médios agricultores.”*³³⁶. Com este posicionamento, o PPD garante do ponto de vista discursivo que não se encontra ao lado dos grandes proprietários mas tem como objetivo a proteção dos que supostamente são mais prejudicados por este cenário.

A chegada do VI Governo Provisório ao poder dá ao PPD um novo élan, mas não cria uma retração tão grande dos efeitos da Reforma Agrária como seria de esperar, apesar de esta retração se verificar no caso das empresas ocupadas e dos setores chave da economia

³³⁴ Machete, Rui (dir.).1975. “A Reforma Agrária Terá de Ser a Expressão da Vontade do Mundo Rural”. *Povo Livre*, 22 de abril de 1975, número 41, página 16.

³³⁵ Machete, Rui (dir.).1975. “Ocupações Indiscriminadas nos Distritos de Beja e Évora”. *Povo Livre*, 12 de junho de 1975, número 49, página 14.

³³⁶ Machete, Rui (dir.).1975. “Assembleia Nacional Constituinte”. *Povo Livre*, 6 de agosto de 1975, número 57, página 11.

portuguesa como a banca ³³⁷. Isto leva a que os social-democratas mantenham um registo de denúncia, como se verifica no artigo *Indivíduos Estrangeiros Entre os Oportunistas que Tentaram Ocupar uma Propriedade na Azambuja* ³³⁸, publicado no número 68 do *Povo Livre*, datado de 30 de outubro de 1975. Neste, o PPD exclama, baseando-se no seu programa e apoiando-se na sua posição governamental, “O PPD (...) bate-se e continuará a bater-se por uma Reforma Agrária apoiada na Lei e no seu integral cumprimento; mas por isso mesmo condena veementemente aventureirismos deste tipo, que apenas servem os interesses inconfessáveis de águas turvas e põem em risco a realização dos verdadeiros interesses da revolução, dos trabalhadores de Portugal.”³³⁹, reforçando ainda o papel da legalidade e da justiça no clima revolucionário, sendo que só neste, “salvaremos a Revolução.”³⁴⁰.

O momento da Reforma Agrária nas vésperas do 25 de novembro, leva o PPD a concluir que os intervenientes na mesma são um dos principais focos de contestação ao VI Governo Provisório, pretendendo o seu derrube, fazendo de si inimigos do avanço do socialismo em Portugal contribuindo para um clima em que, “A violência e a falta de respeito pelos Poderes legitimamente constituídos, nunca poderão conduzir este País para uma sociedade democrática e socialista”³⁴¹, tornando-se elementos representativos de uma facção anti-democrática da sociedade portuguesa, dando origem a, “condições para um golpe anti-democrático que encaminhará Portugal para um qualquer regime de ditadura.”³⁴².

O posicionamento do Partido Popular Democrático no que toca à economia e ao trabalho é um de apresentação de soluções que correspondem a um socialismo-democrático e apelam à moderação durante todo o processo revolucionário, com a pretensão de criar um *status quo* no qual se permitiria a transição para uma democracia plural na qual a economia se ajustaria ao projeto europeu, mesmo que com particularidades mais adjacentes ao socialismo. Os social-democratas funcionam, muitas vezes como a, “representação das “classes médias””³⁴³ e aparecem repetidamente, no plano da intensificação da transição para o socialismo, “na defesa

³³⁷ Noronha, Ricardo. 2018. *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. Página 225. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

³³⁸ Machete, Rui (dir.).1975. “Indivíduos Estrangeiros Entre os Oportunistas que Tentaram Ocupar uma Propriedade na Azambuja”. *Povo Livre*, 30 de outubro de 1975, número 68, página 13.

³³⁹ *Ibidem*.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ Machete, Rui (dir.).1975. “Reforma Agrária e Oportunismos Várias”. *Povo Livre*, 13 de novembro de 1975, número 70, página 10.

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ Noronha, Ricardo. 2018. *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. Página 286. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

dos empresários e administradores confrontados com a conflituosidade laboral. ”³⁴⁴, quer com as suas propostas políticas quer através do seu discurso moderador, que após a chegada ao poder do VI Governo Provisório adota contornos que seriam apelidados de reacionários em diversas fases da revolução.

³⁴⁴ *Ibidem.*

Conjugando as análises realizadas em torno das temáticas abordadas é possível traçar um percurso, quer das ações políticas, quer do discurso do Partido Popular Democrático na Revolução Portuguesa, de maneira a procurar responder às questões colocadas inicialmente.

Bem como foi possível entender, a retórica dos social-democratas altera-se de forma significativa durante a cronologia definida. Esta é uma tendência uniforme em todos os tópicos que foram sujeitos a análise, desde o início da Revolução, verifica-se uma progressiva antagonização dos partidos como o PCP, o MDP e os pertencentes à extrema esquerda, sendo que esta tem como consequência final a tentativa de proibição do PCP na sequência do 25 de novembro, como uma tentativa de afastamento da esquerda militar da esfera de influências no seio do MFA que tem como auge o apoio ao Grupo dos Nove, verificando-se a vitória da legitimidade eleitoral.

Esta tendência de aproveitamento gradual de uma posição política mais favorável para endurecer o discurso e optar por uma retórica cada vez mais moderada, secundarizando os objetivos revolucionários, verifica-se de uma forma clara nas intervenções dos deputados social-democratas na Assembleia Constituinte. Após o sucesso das eleições estes criam então, em conjunto com o PS, uma tentativa de exercer pressão política com o propósito de fazer equivaler o seu resultado eleitoral à sua posição no governo, tornando cada vez mais a revolução num fenómeno legalista e enquadrado num esquema de democracia burguesa, mesmo que a sua representação se visse apenas representada num órgão com o objetivo de criar uma lei fundamental e não de governar Portugal.

A atitude do PPD no contexto da crise económica e perante os conflitos laborais que se apresentam durante a Revolução é também reveladora de uma tendência discursiva que pretende afastar sucessivamente a luta de classes da ordem do dia, conciliando classes e optando por criar soluções que não revolucionam totalmente a estrutura económica do país, preservando a propriedade privada e adotando uma tendência que se distancia quase totalmente

da social-democracia. Esta verifica-se na tentativa de condicionamento das nacionalizações, que são aceites, tal como a maior parte dos avanços revolucionários, mediante uma situação política que não permite ao PPD adotar posições contrárias ao socialismo. Uma vez afastadas estas condições é clara a tentativa de retrocesso neste plano através do clamor para a devolução de propriedades e afastamento das empresas nacionalizadas da esfera do Estado.

Apesar de se denotarem diferentes opções de discurso, algumas mais de esquerda, outras mais moderadas e ainda algumas que se poderiam considerar de direita, a tendência da evolução do discurso que se cimenta no PPD é de clara moderação perante os avanços do socialismo e finalmente de retrocesso perante o que são consideradas medidas que excedem a racionalidade política aos olhos dos social-democratas. Entre estas podem elencar-se as tentativas de estabelecimento de comissões nos locais de trabalho, associações de moradores e unidades coletivas de produção, que para o PPD não têm qualquer espaço no plano político de uma democracia, uma vez que violam as regras democráticas de um país pluralista numa democracia representativa, sendo então sujeitos à oposição por parte dos militantes deste partido.

Aos olhos do PPD, a sociedade deveria ser organizada consoante os resultados eleitorais em eleições destinadas a eleger um Parlamento legislativo e à eleição de um Presidente da República, afastando por completo a noção de democracia direta. Esta é uma das bandeiras que é mantida ao longo de todo o processo revolucionário, alterando-se apenas a tolerância para com a intervenção do MFA, que diminui com a crescente influência adquirida pelos social-democratas.

É possível então, quando encarados com a questão sobre a existência de um objetivo uniforme por parte do PPD durante toda a cronologia analisada, responder positivamente. O que se altera perante os partidários da social-democracia são as condições políticas à sua volta, obrigando os mesmos a condicionar o seu discurso e a sua atuação política de modo a acomodar outras forças com maior influência. Uma vez livres de condicionamentos, os militantes e dirigentes do PPD alteram o seu comportamento e prática discursiva no sentido de alcançar os objetivos que sempre foram claros, a criação de uma democracia burguesa, enquadrada no plano da Comunidade Económica Europeia e na esfera política das potências ocidentais, excluindo a possibilidade da realização de uma sociedade socialista em qualquer plano.

Esta situação mantém-se de igual forma perante a procura pelas prioridades do PPD durante uma situação de instabilidade generalizada. Demonstrou ser imprescindível para os social-

democratas manter os meios de chegar aos objetivos traçados, lutando para a realização de eleições e baseando toda a obtenção de poder político nas mesmas, adotando um discurso eleitoralista, apesar da negação desta estratégia.

A luta pela criação de uma sociedade socialista, com justiça económica, social e igualdade na pretensão do desenvolvimento pleno da pessoa humana, anunciada aquando da formação do PPD foi, ao longo desta cronologia, uma tentativa de cumprir objetivos que estavam claramente enunciados, mas que se poderiam cumprir ao descartar a vertente socialista adotada no discurso dos social-democratas, bem como várias medidas que se anunciavam como socialistas. Porém, tal como é exemplo a solução para a gestão das empresas, pretendem apenas ultrapassar pela esquerda as medidas tomadas de modo a manter uma situação de conciliação de conflitos nos meios de produção, ao criar um meio termo entre a socialização e a manutenção da propriedade por parte dos patrões através da co-gestão, apesar da sua apresentação como uma medida mais socialista do que as nacionalizações.

O objetivo deste trabalho não é demonstrar que o PPD não pretendia o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com mais igualdade e verdadeiramente democrática, alterando drasticamente o plano político do que se verificava após 48 anos de fascismo, mas sim entender quais são as práticas discursivas dos social-democratas no plano revolucionário e como é que estas contrastam com as suas ações nesta cronologia, procurando entender se estas coincidem ou se não existe coerência nas mesmas.

É possível determinar que há uma clara coesão e intenção entre discurso e ação do PPD, sendo que estes se pautam pela sua alteração perante as circunstâncias que se apresentam num clima de mudança constante em todos os planos da sociedade. A meta final dos social-democratas podia não ser o socialismo, e tendo em conta essa hipótese existe uma ação coerente para a realização da democracia representativa em Portugal, evitando a revolução pretendida pelos partidos mais à esquerda do PPD, sendo que para este partido a verdadeira tarefa revolucionária era a transição para este tipo de regime democrático.

O PPD aproveita então os contornos da ideologia social-democrata e o seu posicionamento de moderação dentro da própria esquerda para se tornar uma força moderadora no plano revolucionário de um Portugal em ebulição. A escolha de Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e de Joaquim Magalhães Mota recai sobre a social-democracia devido à sua história e à falta de um partido de relevo que se inserisse nessa posição dentro do espectro

político português. O percurso do discurso político do PPD ao longo da Revolução Portuguesa é portanto sumariado através da interpretação de Karl Marx em relação à geneologia histórica da ideologia social-democrata:

*Às reivindicações sociais do proletariado limou-se-lhes a ponta revolucionária e deu-se-lhes uma volta democrática; às exigências democráticas da pequena burguesia retirou-se a sua forma meramente política e afiou-se a sua ponta socialista. Assim nasceu a social-democracia*³⁴⁵

³⁴⁵ Marx, Karl. 2018. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 3ª ed. Biblioteca do Marxismo-Leninismo. Página 52. Lisboa: Edições Avante!

Balsemão, Francisco Pinto. 1973. *Expresso*. Lisboa: s.n.

International Labour Organization. 148. C087 - Freedom of Association and Protection of the Right to Organise Convention. (87)

https://normlex.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::p12100_instrument_id:312232

Ministério do Trabalho. 1974. “Decreto-Lei n.º 392/74”, *Diário do Governo* 1ª série, 199 (agosto): 946-4. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/392-288025>

Ministério Para o Planeamento e Coordenação Económica. 1975. "Decreto-Lei n.º203-C/75". *Diário do Governo* 1ª série, 88 (abril), 21-27. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/183/2009/08/10/p/dre/pt/html>.

Povo Livre, número 1 a 72

PSDTV. 2024. “Intervenção de Luís Montenegro no 50º aniversário do PSD”. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=mQwZ7OCFqFc>

RTP Arquivos. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/>

Bibliografia

Amaral, Virgílio. 2014. “Pluralismo, unidade ou unicidade sindical? Um excuro histórico sobre os Discursos Políticos em torno da Lei da Unicidade Sindical”. *Oficina do CES*, número 409 (fevereiro): 1-17.

Anderson, Benedict. 2016. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.

Badiou, Alain; Bourdieu, Pierre; Butler, Judith; Didi-Huberman, Georges; Khiari, Sadri; Rancière, Jacques. 2016. *What is a People?* Nova Iorque: Columbia University Press.

Balsemão, Francisco Pinto. 2014. *40 anos de Democracia: Cronologia PSD*. Lisboa: Edições PSD.

Balsemão, Francisco Pinto. 2021. *Memórias*. 1a ed. Porto: Porto Editora.

Barros, Tomás Marques. 2023. *Do thatcherismo ao cavaquismo: Contributos para o Estudo de uma época*. Página 91. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Barton; Terry; Stock, Maria José. 1985. *As bases sociais e ideológicas dos partidos: análise das atitudes e comportamentos dos delegados aos congressos de 1981*. Évora: s.n.

Canfora, Luciano; Serra, José. 2007. *A Democracia: história de uma ideologia*. Extra-coleção. Lisboa: Edições 70.

Carneiro, Sá; Carvalho, Maria da Graça. 2022. *A Democracia em perigo 1975-1977*. Volume 4. S.l.: IFSC - Instituto Francisco Sá Carneiro; Aletheia Editores.

Carvalho, Maria da Graça; Balsemão, Francisco Pinto. 2021. *Sá Carneiro, a caminho da liberdade, 1973-1974*. Textos de Francisco Sá Carneiro. Volume 2. S.l.: Instituto Francisco Sá Carneiro; Aletheia Editores.

Carvalho, Miguel. 2017. *Quando Portugal ardeu*. 2ª ed. Alfragide: Oficina do Livro.

Cerezales, Diego Palacios; Diego, Almeida. 2003. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa: 1974-1975*. Coleção Estudos e Investigações. Volume 30. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cervelló; Josep Sánchez; Gómez, Hipólito de la Torre; Barreiros, José Colaço. 1993. *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola: 1961-1976*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Ferreira, Medeiros. 1983. *Ensaio histórico sobre a revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional*. Temas Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Ferreira, Medeiros. 1985. *Portugal em transe: notas de política internacional e política de defesa*. 1ª ed. Aveiro: Pandora.

Frain, Maritheresa; Figueiredo, Alda. 1998. *PPD-PSD e a consolidação do regime democrático*. 1ª ed. Lisboa: Notícias.

Laclau, Ernesto. 2005. *On Populist Reason*. Londres: Verso.

Lopes, Santana. 1989. *PPD-PSD: a dependência do carisma*. [S.l.: s.n.]

Madeira, Bruno; Pereira, Gaspar Martins; Pereira, Maria da Conceição Meireles. 2019. «Homens entre ruínas»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Porto: s.n.

Mailer, Phil; Brinton, Maurice. 1982. *Portugal - a revolução impossível?* Bolso 6. Porto: Afrontamento.

Marx, Karl. 2018. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 3ª ed. Biblioteca do Marxismo-Leninismo. Lisboa: Edições Avante!

Mattoso, José; Brito, Raquel Soeiro; Sousa, Armindo de; Almeida, André Ferrand de; Cardim, Pedro Almeida; Anacleto, Regina; Rosas, Fernando, et al. 1992. *História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores.

Maxwell, Kenneth; Leone, Carlos; Barata, Saúl Dias. 1999. *A construção da democracia em Portugal*. 1ª ed. Destaques 2. Lisboa: Presença.

Miranda, Jorge. 2015. *Da Revolução à Constituição: Memórias da Assembleia Constituinte*. Parede: Principia.

Neves, José; Pereira, Miguel Serras. 2010. *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Tinta-da-China.

Neves, Orlando (org.). 1975. *A Revolução em Ruptura. Textos Históricos da Revolução*. 1ª ed. Volume II. Lisboa: Diábril Editora.

Noronha, Ricardo. 2018. *A Banca ao Serviço do Povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. 1ª ed. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

Pimentel, Irene Flunser (coord.); Rezola, Maria Inácia (coord.). 2013. *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. 1ª ed. Lisboa: Edições Tinta-da-China.

Pinto, Ana Catarina. 2023. *Francisco Sá Carneiro - O Guia da Direita Liberal*. Coleção Parlamento. 2ª ed. Volume 77. Lisboa: Assembleia da República.

Rancière, Jacques. 2019. *Staging The People. The Proletarian and His Double*. Londres: Verso.

Rezola, Maria Inácia. 2021. «“Antes da ordem do dia”: a revolução na Assembleia Constituinte». *Língua-Luar: Literatura, História, Estudos Culturais*, número 2 (março): 44-64.

Rezola, Maria Inácia; Vidigal, João. 2007. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. 1ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Ruivo, Francisco Bairrão; Rosas, Fernando. 2013. *Spinolismo: viragem política e movimentos sociais*. Lisboa: s.n.

Sousa, Alfredo de; Ferreira, Eurico. 1976. *Em Defesa da Democracia*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Sousa, Marcelo Rebelo de. 1987. *A coabitação política em Portugal*. Estudos de direito público. Volume 14. Lisboa: Cognitio.

Sousa, Marcelo Rebelo de. 2000. *A Revolução e o Nascimento do PPD*. 5ª ed. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora.

Sousa, Marcelo Rebelo de. 2000. *A Revolução e o Nascimento do PPD*. 4ª ed. Volume II. Lisboa: Bertrand Editora.

Stock, Maria José. 1989. *Elites, facções e conflito intra-partidário: o PPD/PSD e o processo político português de 1974 a 1985*. Évora: s.n.